



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

Trabalho de Investigação Aplicada

GUERRA EM ANGOLA
AS HERANÇAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO E A GUERRA CIVIL

Elaborado por: Asp Tir Cav Feliciano Paulo Agostinho (RA)

Orientador: TCor Cav Francisco Amado Rodrigues

Lisboa, Setembro de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Cavalaria

Trabalho de Investigação Aplicada

**GUERRA EM ANGOLA
AS HERANÇAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO E A GUERRA CIVIL**

Elaborado por: Asp Cav Feliciano Paulo Agostinho (RA)

Orientador: TCor Cav Francisco Amado Rodrigues

Lisboa, Setembro de 2011

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial à minha mãe, esposa e filha.
Muito obrigado pelo amor, carinho e apoio prestados.

AGRADECIMENTOS

Manifesto o contentamento por todo o apoio prestado à realização deste trabalho de investigação. O meu muito obrigado:

- Ao Comandante da Academia Militar, Tenente-General Paiva Monteiro, por permitir que esta investigação fosse possível;
- Ao Tenente-Coronel de Cavalaria Francisco Amado Rodrigues, meu orientador, por todo o esclarecimento e orientação concedidos;
- À direcção do curso de cavalaria, na pessoa do Tenente-Coronel de Cavalaria Henrique Mateus, pelo apoio, disponibilidade e partilha de conhecimentos;
- À Chancelaria de Angola em Portugal, pelo apoio material e financeiro prestado durante a sua realização;
- Ao Tenente-Coronel de Cavalaria Paulo Ramos, na ajuda da escolha do tema e na elaboração da questão principal;
- Ao Tenente-Coronel de Infantaria António Marracho, pelo apoio inicial, na definição e estrutura do trabalho;
- Ao Tenente de Artilharia Agostinho Silva, pela compreensão, apoio e dedicação;
- À Biblioteca Nacional do Palácio Gouveia e ao Museu da República e Resistência, por toda a atenção prestada durante as pesquisas;
- À Biblioteca da Academia Militar, em especial à Sra. Paula, pelo carinho e paciência demonstrada durante a pesquisa de informações;
- Ao Misaque Salvador da Costa, meu amigo e camarada, por todo o apoio que prestou e ao tempo gasto para que este trabalho fosse possível;
- A todos os que, de uma forma ou de outra, colaboraram com a bibliografia, as sugestões, as opiniões, as ideias e incentivos no sentido de efectivar, melhorar e concluir o presente TIA;

ÍNDICE

DEDICATÓRIA.....	iii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	vii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO	1
Justificação da Escolha do Tema	1
Delimitação do Tema.....	2
Problema de Investigação	2
Objectivo Geral.....	2
Objectivo Específico	2
Hipóteses.....	3
Orientação Metodológica.....	3
CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO.....	4
1.1 A ORIGEM DO NACIONALISMO ANGOLANO	4
1.2 A INTERVENÇÃO INTERNACIONAL NO APARECIMENTO DOS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS.....	6
1.2.1 A pressão internacional para a independência das Colónias Ultramarinas ...	6
1.2.1.1 A Organização da Unidade Africana (OUA)	7
1.2.1.2 A Organização das Nações Unidas (ONU)	8
1.2.1.3 As superpotências na luta de libertação angolana	9
1.3 A ORIGEM DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO	10
1.3.1 Origem da FNLA.....	10
1.3.2 Origem do MPLA	11
1.3.3 Origem da UNITA	12
1.4 AS RELAÇÕES EXTERNAS E OS PROJECTOS ADOPTADOS PELOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO.....	13
1.4.1 Relações externas e o projecto adoptado pela FNLA.	14
1.4.2 Relações externas e o projecto adoptado pelo MPLA.....	15
1.4.3 Relações externas e o projecto adoptado pela UNITA.....	17
CAPÍTULO II - A LUTA ARMADA	19
2.1 O EMBATE NAS ACTIVIDADES MILITARES DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO.....	19
2.1.1 A FNLA e o MPLA no Norte de Angola.....	20
GUERRA EM ANGOLA - AS HERANÇAS DA LUTA DE LIBERTAÇÃO E A GUERRA CIVIL	v

ÍNDICE

2.1.2	No Leste de Angola.....	22
2.1.2.1	FNLA.....	22
2.1.2.2	MPLA.....	22
2.1.2.3	UNITA.....	23
2.2	AS INTERACÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO	24
CAPÍTULO III - O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL		28
3.1	A REVOLTA MILITAR DE 25 DE ABRIL DE 1974 EM PORTUGAL E AS CONSEQUÊNCIAS EM ANGOLA	28
3.2	O ACORDO DE ALVOR.....	29
3.2.1	O Incumprimento do Alvor	30
3.3	A GUERRA CIVIL E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO	31
3.4	A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA	35
3.4.1	Da competição à confrontação.....	36
3.4.2	O centro do poder: Luanda	37
3.4.3	A Independência.....	39
CONCLUSÃO		42
BIBLIOGRAFIA.....		47
ANEXOS		51
ANEXO A – PAÍSES AFRICANOS POR DATA DE INDEPENDÊNCIA.....		51
ANEXO B - MAPA DOS GRUPOS ÉTNICOS ANGOLANOS		52
ANEXO C – MAPA DE ANGOLA.....		53
ANEXO D – PERCENTAGEM DAS ACTIVIDADES MILITARES DOS MOVIMENTOS EM 1975.....		54
ANEXO E - INFILTRAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA		55
ANEXO F – ÁREA DE FIXAÇÃO E ACÇÃO DOS TRÊS MOVIMENTOS		56
ANEXO G- REGIÕES POLÍTICO MILITARES DO MPLA.....		57
ANEXO H – ENTREVISTA COM Holden Roberto (HR) NO DN EM 25. 04. 1999		58
ANEXO I – PROGRAMAS DOS TRÊS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS.....		61
ANEXO J - TOTAL DE MATERIAL ENTREGUE À FNLA E À UNITA.....		68

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABAKO** – Association dês Bakongo
- ACTAR** – Aliança dos Tshokwe de Luanda, Congo e Rodésia
- ALIAZO** – Alliance dês Ressorissants de Zombo
- AM** - Academia Militar
- AMANGOLA** - Amigos do Manifesto Angolano
- ANC** - African National Congress
- CIA** - Central Intelligence Agency
- CMU** - Conselho Militar Unificado
- CPA** - Conselho Político Angolano
- CSLA** - Comité Superior de Libertação de Angola
- CFB** - Caminho de Ferro de Benguela
- CCFAA**- Comandante-chefe das Forças Armadas Angolanas
- ELNA** - Exército de Libertação Nacional de Angola (FNLA)
- EPLA** – Exército Popular de Libertação de Angola (MPLA)
- EUA** - Estados Unidos da América
- FAA** - Forças Armadas Angolanas
- FALA** - Forças Armadas de Libertação de Angola
- FAPLA** – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
- FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FRELIMO** - Frente de Libertação de Moçambique
- GRAE** - Governo Revolucionário de Angola no Exílio
- MINA** - Movimento para a Independência Nacional de Angola
- MFA** – Movimento das Forças Armadas
- MPLA** - Movimento de Libertação Popular de Angola
- ONU** - Organização das Nações Unidas
- OUA** - Organização de Unidade Africana
- PIDE** – Polícia de Internacional e de Defesa do Estado
- PAIGC** - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
- PCA** - Partido Comunista de Angola
- PDA** - Partido Democrático de Angola
- PCP** – Partido Comunista Português
- PLUA** - Partido e Luta Unida dos Africanos de Angola
- RA** – República de Angola
- RDC** - República Democrática do Congo
- RPC** - República Popular do Congo
- RPM** - Região Política Militar

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SWAPO - South West African People's Organisation (Organização dos Povos do Sudoeste Africano)

TIA - Trabalho de Investigação Aplicada

TPOCav- Tirocínio Para Oficial de Cavalaria

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA - União dos Povos Angolanos

UPNA - União dos Povos do Norte de Angola

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada estuda a história de Angola, nos assuntos sobre a Guerra em Angola, na qual o essencial é compreender as lutas de libertação de Angola, despoletada entre os movimentos de libertação que combatiam entre eles e com as forças Portuguesas. A questão central é: “Que factores decorrentes das lutas de libertação podem ser destacados como propulsores ao início da Guerra Civil?”

Para tal, o estudo encontra-se dividido em três capítulos, onde são apresentados os grandes enquadramentos que conduziram às conclusões do assunto a que nos propusemos investigar.

De modo a familiarizar o caro leitor com a nossa investigação, procurou-se numa primeira fase, enquadrá-lo sobre as origens dos movimentos de libertação e o papel das organizações internacionais na descolonização de Angola. Ainda nesse capítulo, explicamos também as relações externas dos movimentos independentistas, bem como os apoios que lhes garantia subsistência no quadro político e militar da luta de libertação.

Seguidamente, estudamos as opções escolhidas pelos movimentos de libertação, a luta armada, como forma de alcançar a independência. Centramo-nos nas actividades desenvolvidas pelos mesmos, de modo a relacionar até que ponto essas actividades estiveram na desunião entre os movimentos. Por fim, abordamos o período de transição, na qual sucedeu a Guerra Civil. Estudou-se neste ponto, as consequências em Angola da revolta militar de 25 Abril de 1974 de Portugal, os acordos que antecederam a independência, e como foi possível o MPLA destacar-se em detrimento dos outros movimentos na fase da proclamação da independência.

Para este trabalho, fez-se a análise documental e revisão bibliográfica. Baseando-se também em reportagens antigas e depoimentos de autores conceituados.

Assim, verificamos que as lutas de libertação influenciaram as lutas posteriores, ou seja, o início da Guerra Civil, tanto pelo carácter que tomaram como pelas bases ideológicas em que os movimentos se identificavam para resistirem.

Palavra-chave: ANGOLA, LUTAS DE LIBERTAÇÃO, MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO, GUERRA CIVIL.

ABSTRACT

This applied research focus on the history of Angola, in the subjects about War in Angola, in which the essential predisposed is essential to understand the liberation struggles in Angola, fought between the liberation movements that fought among themselves and with the Portuguese forces. The main question is: "What factors arising from the liberation struggles can be highlighted as a driver at the beginning of the civil war?"

For that, the study is divided in three chapters, where the big framings that led to the conclusion of the subject that we proposed to search are presented.

In a way of familiarizing the dear reader with our research, we attempted in a first phase, to frame you about the roots of the movement liberations and the role of the Non-Governmental Organizations in the decolonization of Angola. In this chapter we also explain the external relations of the separatist movements as well as the support that guaranteed their living in the politic and military fight for the liberation scene.

Afterward, we studied the options chosen by the movements of liberation, the armed fight, as a way of achieving the independence. We focused on the movements performed activities so that we could relate how these activities were the reason for the disunion between the movements

It also examines the interaction between movements and their ideological differences disagreements we approach the transition period in which the civil war came next. In this point was also studied the military outbreak consequences of Portugal in Angola, the agreements that came before the independence and how the MPLA secondment was possible instead of the other in this phase of independence proclamation.

To accomplish this research, it was a documentary analysis and literature review. Also rely on old stories and testimonials from respected authors.

So, we find that the liberation struggles have influenced later struggles, that is the beginning of the civil war, both by nature and by taking ideological movements that identify themselves to resist

Keyword: ANGOLA, LIBERATION FIGHT, LIBERATION MOVEMENTS, CIVIL WAR

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) enquadra-se no estágio de natureza profissional do Tirocínio Para Oficial de Cavalaria (TPOCav) dos cursos da Academia Militar (AM), e tem como tema: Guerra em Angola – As heranças da luta de libertação e a Guerra Civil.

Predominam no tema, duas expressões de interesse: “a luta de libertação” e a “Guerra Civil”, que acabaram por se constituírem duas fases históricas de Angola. Nas lutas de libertação enraizaram-se o nascimento do nacionalismo angolano, as origens dos movimentos de libertação e a suas aquisições de meios e forças para amparar a colonização portuguesa. Assim, torna-se interessante verificar, numa primeira fase, a posição das organizações internacionais e o seu estímulo para o aparecimento dos movimentos de libertação.

Portugal detinha o poderio sob a colónia. Como tal, criou medidas que travassem o desenvolvimento do nacionalismo angolano, o que por sua vez já desperta uma curiosidade: como foi possível o aparecimento dos movimentos de libertação, face ao domínio das autoridades portuguesas?

Nota-se que, durante os treze anos de luta colonial travada por Portugal (1961- 1974), apenas três movimentos foram destacados, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola; o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola; e mais tarde a UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola. Foram estes movimentos que constituíram forças e partiram para luta contra o colonialismo. Entretanto, o que é muito interessante, é o facto de que, para além de lutarem pela independência de Angola, também existiam graves divergências entre estes movimentos, as quais acabariam por se resumir em conflitos e, posteriormente, na Guerra Civil.

Para analisarmos essas questões, estruturamos o nosso trabalho em três capítulos de dimensões variáveis. Primeiro, a ascensão do nacionalismo angolano, na sequência das intervenções internacionais, o aparecimento dos movimentos de libertação e as suas relações com o exterior. De seguida, as actividades dos movimentos de libertação, as suas divergências e os esforços internacionais com vista a unificá-los. Por último, o período de transferência do governo português e a independência de Angola, analisando algumas consequências que a revolta militar do 25 de Abril de 1974 em Portugal teve neste país. Também se analisam as acções finais de Portugal no processo de descolonização, estampado no Acordo de Alvor, seu fracasso e início da Guerra Civil, meses antes da proclamação da independência.

Justificação da Escolha do Tema

A Guerra Civil desenrolada no território angolano teve como protagonistas os mesmos movimentos que estiveram empenhados nas lutas de libertação. Assim, tornou-se

INTRODUÇÃO

interessante estudar a luta de libertação de modo a perceber os factores que impulsionaram o início da Guerra Civil.

Contudo, com esse trabalho pretendemos contribuir para a história contemporânea de Angola, analisando as lutas de libertação e identificando os factores que durante esta luta propulsionaram a Guerra Civil.

Delimitação do Tema

No período em análise, de 1961 a 1975, existe um leque muito grande de informações sobre uma diversidade de assuntos. Houve a necessidade de fazer a limitação precisa das fronteiras de pesquisa, bem como dos campos a analisar. Apesar da luta de libertação relacionar conflitos entre os movimentos de libertação e Portugal, iremos cingir os nossos estudos nas acções dos movimentos de libertação.

Deste modo, analisaremos as acções dos movimentos de libertação entre 1961 e 1975, sob a perspectiva das lutas de libertação e os seus impactos no início da Guerra Civil.

Problema de Investigação

Que factores decorrentes das lutas de libertação podem ser destacados como propulsores ao início da Guerra Civil?

Objectivo Geral

Com este trabalho pretendemos evidenciar as ligações existentes entre duas fases da história angolana. Assim sendo, estudaremos as lutas de libertação de Angola, por onde se interagem os movimentos de libertação, que lutavam entre si e ao mesmo tempo contra as forças portuguesas. Deste modo, a finalidade do referido estudo é indicar os factores decorrentes dessas lutas, que constituíram-se como impulsionadores para o início da Guerra Civil.

Objectivo Específico

De maneira a respondermos a nossa pergunta de partida, propusemo-nos a analisar os seguintes assuntos específicos;

- Os factores que proporcionam a ascensão do nacionalismo angolano;
- A Interacção entre os movimentos de libertação e as várias tentativas de unificação;
- O papel das superpotências na luta de libertação;
- A fase de transferência de poder e o início da Guerra Civil.

Diante desses objectivos, surgiram as seguintes perguntas derivadas:

- Quais os factores que proporcionaram a ascensão do nacionalismo angolano?
- Como foi possível a sustentação desses movimentos para fazer face ao poderio de Portugal, e como conseguiram reunir meios necessários para iniciar a Guerra Civil?

INTRODUÇÃO

- Por que razões os movimentos de libertação, no período da luta de libertação disputavam vantagens políticas, uma vez, que seria mais vantajoso se os mesmos unissem para a conquista dos seus objectivos? Porque nunca foi possível a unificação de ambos na luta contra o colonialismo?
- Segundo um parâmetro de influência, qual seria o grau a atribuir às superpotências na luta de libertação de Angola? Até que ponto influenciou no início da guerra?
- A fase de transferência do poder foi bem gerida?

Hipóteses

H1: A ascensão do nacionalismo Angola foi possível segundo um conjunto de factores internos e externos que anteciparam-se as lutas de libertação.

H2: Os estatutos ideológicos, constituídos pelos movimentos de libertação, durante a luta contra o colonialismo, influenciaram nas suas divergências que culminariam com a Guerra Civil.

H3: O processo de descolonização de Angola não foi perfeitamente gerido.

Orientação Metodológica

O estudo da história pressupõe a observação das suas fontes primárias e secundárias. As fontes primárias referem-se a qualquer gravação, documento ou outras fontes de informação escritas ou trabalhadas durante a época. As fontes primárias da história angolana são relativamente poucas, as relacionadas com o assunto estudado nesse trabalho. Pelo que, apegamos na documentação existente, e gravações de reportagens efectuadas por canais televisivos Europeus.

As fontes secundárias entendem-se como aqueles documentos que relacionam ou discutem informações originalmente apresentadas. Portanto, a absorção das fontes primárias foram feitas essencialmente com base em revisões bibliográfica, análise de entrevistas, comentários e artigos na internet.

Contudo, esses dois processos foram agrupados segundo os métodos qualitativos, que se substancio na revisão bibliográfica, e «métodos empíricos», na qual fazemos indução/dedução a interferências a partir das informações recolhidas.

Importante referir que, também foram adoptadas algumas orientações do Manual de Investigação Aplicada de Quivy e Campenhoudt e do Manual de Orientações de Monografias da Academia Militar, pelo qual nos baseamos para a compilação, formatação e estruturação do trabalho.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

Neste capítulo, enquadram-se as razões que levaram a existência dos movimentos de libertação, os mesmos que problematizaram todo o período da luta de libertação. Numa primeira fase, apontam-se as causas do nacionalismo angolano, de seguida, explicam-se a situação internacional perante a descolonização dos países africanos e, por onde as províncias ultramarinas também são abrangidas por essas contestações. Os movimentos foram aparecendo, e em contrapartida os interesses internacionais que predominavam na guerra fria, também se juntaram a essa luta. Posteriormente, apresentam-se as relações que os movimentos de libertação mantinham e os respectivos projectos apresentados no processo de libertação.

1.1 A ORIGEM DO NACIONALISMO ANGOLANO

As origens do nacionalismo angolano alicerçou-se em vultos da sua história, como as empreitadas da resistência de Ngola Kiluanje, da rainha N'ginga, dos povos da Kissama, do Cordeiro da Matta, e de Mutu ia Kevela. Todos eles deram contornos ao incipiente nacionalismo angolano, demonstrando as suas insatisfações com a política da Metrópole para com os habitantes da colónia. Contudo, as novas formas de reivindicações viriam a ser conhecidas posteriormente.

Em 1926, houve em Portugal o golpe de Estado que viria, a partir de 1933, consolidar o Estado Novo de António Salazar. As políticas de Salazar para as colónias ultramarinas portuguesas aplicavam-se no desenvolvimento da infra-estrutura e no crescente incentivo a ocupação dessas terras pelos Portugueses. *De 1900 a 1930 a população branca tinha subido de 9.000 para 30.000 pessoas em Angola (...), Uma das consequências directas da “invasão” de brancos em Angola foi o enfraquecimento da burguesia crioula e local no decorrer da primeira metade do século XX, prejudicando a difusão do sentimento nacionalista na colónia, e fomentando o sentimento de antagonismo entre angolanos e portugueses, como algo que se assemelha à negação da existência das diferenças no território angolano, entre os dois grupos¹.* Essa divergência entre dois grupos instalava uma nova revolta entre os explorados e os exploradores. Os exploradores eram aqueles que detinham as terras e aproveitavam-se dos trabalhos dos indígenas, segundo os parâmetros definidos pelo Estado de Salazar. Consequentemente, essa exploração, documentada pelo trabalho contratado, resultou em grandes revoltas dos trabalhadores.

Outra causa da origem do nacionalismo surgiu fruto das insatisfações por parte dos indivíduos brancos nascidos no território (crioulos), frente ao crescimento da imigração

¹ Filomena, César Luciano e Cheron, Cibele. III Seminário Internacional Organizações e sociedades: Inovações e transformações contemporâneas. Do antagonismo ao extremo – Luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola. Porto Alegre, 11 a 14 de Novembro de 2008

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

promovida pelo governo de Portugal. *Estes brancos, pertencentes a uma burguesia decadente, somaram-se aos movimentos nacionalistas que surgiram na década de 1950, melhorando a difusão desta ideia pelo território angolano*².

No interior do território angolano, as igrejas também ascendiam o nacionalismo. Tendo em vista a independência de Angola, incentivavam a resistência contra à ocupação colonial, e contestavam as tropas portuguesas. As afinidades dessas igrejas com países estrangeiros, devido à sua existência a nível mundial, mostrou-se muito eficaz nos apoios prestado pelos seus irmãos na América, Canadá, Inglaterra e Holanda. Esses apoios, seriam principalmente materiais, sobretudo na área de educação e saúde. (Nogueira e Carvalho; 2004: 45). As suas missões evangélicas constituíam-se como “sementeiras” do nacionalismo angolano. Pelo que, alguns dos chefes iniciais dos movimentos nacionalistas tiveram educação protestante, sendo que muitos deles constituíam-se em líderes protestantes³.

A primeira organização nacionalista a existir no interior de Angola foi a Liga Nacional Africana, mais tarde seria conhecida como a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), em 1929. A ANANGOLA era orientada por um espírito de reacção ao colonialismo e tinha uma tendência revolucionária. Frente às sanções do regime autoritário de Salazar, foram obrigados a operar na clandestinidade. Criaram escolas de alfabetização clandestinas, onde ensinavam aos alunos a necessidade de empreender uma luta pela independência de Angola.

Na medida que os movimentos clandestinos surgiam, o governo português implementou a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), então, recrudescer a repressão aos nacionalistas. Em 1959, começaram as prisões em massa, sendo que os principais líderes eram os mais procurados. Por essa razão, os movimentos começaram por desenvolver-se no exterior.

O episódio da greve dos trabalhadores na plantação de algodão na Baixa Cassange, contra a companhia belga COTONANG, e a dura reacção do exército português, que bombardeou a região com napalm⁴ matando milhares de pessoas no dia 4 de Janeiro de 1961, serviram como incentivo para o início da luta armada pela independência em relação à Metrópole. Luta que iniciou em duas frentes, ainda em 1961: pela FNLA (ainda UPA) e pelo MPLA (Wheeler & Pelissier; 2009).

² Ibidem

³ Como por exemplo, Barros Nekaka, 1º líder da UPA, foi líder protestante.

⁴ Napalm é um conjunto de líquidos inflamáveis à base de gasolina gelificada, utilizados como armamento militar. Este tipo de arma incendiária havia sido de uso proibido contra civis, facto que as forças armadas portuguesas não respeitaram.

1.2 A INTERVENÇÃO INTERNACIONAL NO APARECIMENTO DOS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS

1.2.1 A pressão internacional para a independência das Colónias Ultramarinas

A seguir à I Guerra Mundial, surgiu o movimento pan-africano⁵, com origem nas Caraíbas, numa iniciativa criada pelos descendentes dos escravos africanos na América, com o objectivo de detectar as manifestações de solidariedade nacionalistas com os seus irmãos africanos. Era um movimento anti-racista e anticolonialista. Nos anos 20, W. Du Bois, dirigente do movimento, procurou estabelecer contactos com os dirigentes que começavam a organizar-se para a luta anticolonial nas colónias portuguesas, especificamente com a Liga Africana, uma organização criada em 1920 por um grupo de estudantes africanos em Lisboa⁶. Foi depois da II Guerra Mundial que ficou evidente o “despertar” da independência dos países africanos, altura em que o pan-africanismo passou-se a desenvolver em África.

O 5º Congresso Pan-africano, realizado em Outubro de 1945, em Manchester, funcionou como um encorajamento aos nacionalistas, apelando a todos os povos africanos a unirem os seus esforços e organizarem a luta pela independência. Esse impulso funcionou positivamente nos movimentos nacionalistas que lançaram-se na luta ainda na década de 50.

A Conferência de Bandung, realizada em Abril de 1955, funcionou também como motor de mudança em África. Trata com especial realce a tomada de consciência dos povos da Ásia, quanto ao seu valor, e no reconhecimento da necessidade de uma solidariedade activa com os povos de África. Este constitui-se no argumento que a URSS passou a dispor para penetrar em África. Surgem também nessa conferência os Movimentos dos não-alinhados. Estes, como tratado por Pezarat Correia, constituíam-se assim como forte grupo de pressão junto a da ONU, para o cumprimento da resolução sobre territórios não autónomos, constantes do artigo 73.º da carta da ONU, que obrigava todos os países membros detentores de colónias a desenvolver aí sistemas de auto governo, de acordo com as principais aspirações políticas dos respectivos membros” (Pezarat Correia, 1991: 30).

Em 1958, dá-se o início de uma série de congressos Pan-africano no interior de África. As primeiras foram em Acra, capital do Gana, na qual se realizaram duas conferências. A primeira, em Abril, reafirmava a obediência aos princípios da Carta das Nações Unidas, debatidas na conferência de Bandung, e a segunda, em Dezembro, contemplava o futuro dos países não independentes de África. Preconizava também que devia ser marcada a data⁷

⁵ O Pan-africanismo é uma ideologia que propõe a união de todos os povos de África como forma de potenciar a voz do continente no contexto internacional.

⁶ Os delegados africanos foram o Dr. José António Magalhães e Nicolau dos Santos que representavam a Liga dos Africanos e outras associações aderentes como a Liga dos Interesses de S. Tomé e Príncipe, a Liga Angola, o grémio Africano de Lourenço Marques e delegações da Guiné e Cabo Verde.

⁷ Data que seria considerado por Kwame Nkrumah como o Dia da independência africana.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

precisa para a independência dos territórios coloniais em África. Em Julho, o Congresso de Cotonou, no Benim, visou à constituição do Partido do Reagrupamento Africano. Posteriormente, em 1959, em Monróvia, Capital da Libéria, a qual proclamou a auto determinação dos territórios coloniais. Em Janeiro de 1960, em Tunes, a Conferência teve como lema: a África será livre e unida⁸. E em Julho do mesmo ano em Addis Abeba, capital da Etiópia, e em Março de 1961 no Cairo, capital do Egipto. Nesta última é aprovada o recurso à força para liquidar o imperialismo. São também analisadas as possessões de Portugal e reclamou-se a independência das suas colónias.

No seguimento destas reuniões, realiza-se em Maio de 1963, em Addis Abeba, uma conferência de chefes de Estado e de governo de trinta e um países, que proclamou a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), uma organização de Estados independentes que viriam a desempenhar um papel importante na luta de libertação dos países sob a dominação colonial.

1.2.1.1 A Organização da Unidade Africana (OUA)

Fruto das desavenças existentes em África durante a fase de descolonização⁹, surgiu a OUA como uma organização capaz de promover a unificação e a solidariedade entre os Estados africanos; defender a soberania, integridade territorial, independência dos estados africanos; e erradicar todas as formas de colonialismo em África.

Conforme dissemos, a OUA nasceu em 1963, na Conferência de Adis Abeba, os seus órgãos principais eram: a Conferência dos Chefes de Estados e de Governo, o Conselho de Ministros, o Secretariado-Geral e a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem. Criou vários órgãos e possibilitou o aparecimento de muitas outras comissões, das quais a mais activa era a Comissão de Coordenação para a Libertação de África da qual faziam parte: a Argélia, o Congo-Leopoldville, a Etiópia, a Guiné Conacri, a Nigéria, o Uganda, a Tanzânia, o Senegal, a Zâmbia e a Somália.

Com a fundação da OUA, os líderes africanos manifestaram a grande ambição de construir uma África livre do colonialismo, e a vontade e a determinação de afirmar a ideia de «personalidade política africana» num espaço onde a concorrência e a luta pelo poder dominavam as relações internacionais.

A Organização da Unidade Africana teve um importante papel na história da descolonização de África, não só como grupo de pressão junto da comunidade internacional, mas também fornecendo apoio directo aos movimentos de libertação, através do seu Comité Coordenador de Libertação da África, a OUA legitimou a luta, internacionalizando-a politicamente. Todavia,

⁸ Nessa conferência, o movimento anti colonialista de Angola enviou Lúcio Lara e a UPA (União das populações de Angola), uma delegação de quatro membros, chefiada por Holden Roberto (Presidente da UPA).

⁹ Rivalidades entre o grupo de Casablanca e o grupo de Brazzaville. Outros de ordem variada, agravados com o assassinato de Sylvanus Olympio, presidente do Togo, em Janeiro de 1963.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

foi por intermédio do apoio desta organização que foi possível manter a acção dos movimentos independentistas (Garcia, 2003).

No caso particular de Angola, a OUA, para além do que referimos, procurou unificar os movimentos nacionalistas¹⁰, muito embora quase sem sucesso.

1.2.1.2 A Organização das Nações Unidas (ONU)

Paralelamente às organizações africanas, que buscavam a autonomia nos territórios colonizados, a ONU também estava empenhada em propósito idêntico, ou seja, contestava os seus estados membros com responsabilidades de administração no território africano.

Portugal entrou na ONU a 14 de Dezembro de 1955, e nessa altura quando questionado sobre a situação da dependência de territórios, a política das províncias ultramarinas foram simples e conviventes para confundir a ONU¹¹.

Em Janeiro de 1957, a quarta comissão da ONU reviu o artigo 73.º da carta da ONU¹², na qual a abrangência da situação, e segunda o que defendiam concluíram que Portugal tinha colónias. Esta decisão estava relacionada com a cidadania por parte da população das colónias: os indígenas. Assim, face a essa controvérsia, o governo português criou o Estatuto dos Indígenas, para responder às questões, pois estes estatutos apenas visavam defender as populações menos evoluídas e respeitar os seus costumes e usos na linha tradicional portuguesa (EME, 1998: 43).

A problemática do estatuto de Portugal na ONU foi-se agravando, o que geraria boatos da sintonia entre a ONU e os movimentos pan-africanos. Em 1960, a ONU rejeita qualquer “arquitectura” jurídica ou política que ocultasse o incumprimento do artigo 73.º. E isso teve grandes impactos nas colónias Portuguesas.

Em 15 de Dezembro de 1960 foram aprovadas diversas propostas apresentadas pela URSS sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais. E uma dessas “(...)era aplicável a Portugal por possuir territórios não autónomos e que, a negar-se à autodeterminação, tal como era definida pela ONU, constituiria uma ameaça ao bem-estar da humanidade e à paz internacional” (EME, 1998: 43). Consequentemente a esses argumentos, a ONU deixou de reconhecer as províncias ultramarinas portuguesas e impunha que se concedesse a independência em todas as suas colónias.

¹⁰ As formações nacionalistas unificadas nas colónias portuguesas: GRAE (Governo Revolucionário de Angola no exílio), CONCP (Conferencia das Organizações Nacionalistas das Colónias) e FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas)

¹¹ Em 1951 realizou-se em Portugal uma revisão constitucional que integrou o Acto Colonial de 1930 na Constituição de 1933, assimilando à estrutura do estado os territórios ultramarinos que ficavam a fazer parte dele. Teríamos "Portugal do Minho a Timor", sendo que Angola, Moçambique, Guine, Cabo Verde e S. Tome e Príncipe teriam um estatuto de província tal como o Alentejo.

¹² O Artigo 73.º da carta da ONU estabelecia que os membros da ONU tinham a obrigação de transmitir ao secretário-geral determinadas informações sobre as condições nos territórios sob a sua determinação.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

1.2.1.3 As superpotências na luta de libertação angolana

O desacordo entre os vencedores da II Guerra Mundial conduziu à Guerra Fria¹³ (1950-1990), despoletada entre as duas superpotências mundiais que se abstinham de recorrer directamente às armas, mas utilizaram, um contra o outro, as mais refinadas e agressivas formas de propaganda ideológica. Enquanto os EUA defendiam um regime político democrático-liberal e uma economia inspirada no modelo capitalista, a URSS defendia um regime socialista de centralismo democrático e uma economia colectiva e planificada, inspirada no comunismo. Assim sendo, os americanos implementaram a “Doutrina Truman”, destinada a apoiar os países que estivessem em perigo de cair em mãos comunistas. A URSS, acirrada na corrida, procurou instalar o comunismo nos países do terceiro mundo (Afonso e Gomes; 2010: 15). A África viria a ser um palco onde as duas superpotências mediam forças para mostrar o seu poder e prestígio internacional, como escreveu Raymond Aron: *“Em África, cada uma das superpotências tem por objectivo principal evitar a presença da outra. Os Estados Unidos desejam preservar do comunismo o maior número possível das novas repúblicas que, do ponto de vista dos interesses, um país de alguns milhões de habitantes não interessa a nenhum dos dois grandes; todavia, cada transformação de alinhamento representa um ganho de prestígio para um deles, uma perda para o outro. E o prestígio aumenta a força e a força aumenta o prestígio”* (Raymond Aron; 2007: 147).

No caso de Angola, essa influência fazer-se-ia sentir com o aparecimento dos apoios externos aos movimentos. A primeira superpotência a alistar-se nessa corrida foi os EUA, através dos seus apoios à FNLA. A URSS e a China seriam as próximas a juntarem-se na luta contra o colonialismo em Angola. Sendo que a URSS simpatizava com o MPLA, e a China repartida quanto as suas acções, por uma lado pelo MPLA, e por outro pela UNITA.

Enquadrando a influência dessas superpotências, segundo parâmetros que distingue: «grande influência, média influência, e influência pacífica».

Sobre “Grande influência” enquadram-se todos aqueles países que prestavam apoios na formação e estrutura política do movimento (Organograma e objectivos), apoio logísticos e financeiros, apoios com armamentos e forças, e aqueles que tivessem projectos e ambições após a independência. Na Média influência enquadram-se os países fornecedores dos apoios de armamentos e forças, apoios logísticos e financeiros, com projectos e ambições após independência, bem como também os países intervenientes nas acções dos movimentos mas sob a influência de uma superpotência. Os países que desempenharam a influência pacífica, são todos aqueles em que os seus fins eram meramente comerciais, como por exemplo vender armamento.

13 Anunciada por W. Churchill em Fulton (Missouri) em 1946, quando afirmou que do Báltico ao Mediterrâneo se tinha instalado uma cortina de ferro, mostrando a total incompatibilidade entre os sistemas capitalistas e comunistas (Afonso e Gomes; 2010: 15)

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

As duas superpotências, EUA e URSS, estiveram dispostas a impedir que a ideologia tanto de uma como de outra, não fosse concretizada, em território angolano, de modo que os seus envolvimento na luta de libertação de Angola são motivos de observação. Assim, nos dois pontos seguintes, estudaremos a origem dos movimentos e a relação externa que os movimentos de libertação mantiveram, para que, a partir daquela, se possa enquadrar as interferências dos países na luta de libertação angolana, segundo os parâmetros de influência estabelecidos anteriormente.

1.3 A ORIGEM DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

1.3.1 Origem da FNLA

As origens da FNLA fazem parte de uma sequência de acontecimentos dentro da etnia bacongo¹⁴. As influências da ceita religiosa protestante fizeram que desse início, ou seja antes da década 60, muito clandestinamente fossem ampliando os seus membros. Como tal, aquando do seu aparecimento, era uma modesta associação de bacongo angolanos, cujos líderes eram simultaneamente líderes religiosos da igreja baptista e protestantes. O seu nome inicial era UPNA (União das Populações do Norte de Angola) e o seu presidente era Barros Nekaka, pastor protestante, juntando consigo vários protestantes bacongo, em 1954. Inicialmente procuravam restaurar o reino do Congo, sob a governação de um rei católico. Entretanto, com a abolição do trono por parte das autoridades portuguesas, quebraram-se as expectativas do partido que se encontrava incapaz de avançar naquela direcção, sob o olhar conjunto da administração belga e da polícia portuguesa. Em 1958, sob uma nova orientação e um líder mais influente, Holden Roberto, o partido deixou de ter o carácter tribal, mudou de designação e de objectivos. Passou de UPNA para UPA, retirando a palavra Norte, que os caracterizava como um grupo tribal. Como UPA, os objectivos eram: a compreensão e a fraternidade no seio dos naturais de Angola, o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos da sua população, a luta pela independência de Angola e a contribuição para a edificação da unidade africana.

Assim sendo, com receio de ser ultrapassado pelo MPLA, aos olhos da OUA, Holden Roberto decidiu avançar com os seus projectos e, em 1962, juntou-se ao PDA e criaram a FNLA. O Partido Democrático Angolano (PDA) de 1961 foi o sucessor de duas associações: a Associação dos Originários de Maquela do Zombo – ASSOMUZO, de 1956, em Léopoldville, e a Aliança dos Naturais do Zombo – ALIAZO, fundada em 1959 (Frente Nacional de Libertação de Angola, 2007). Essa junção é feita no exílio, no território da República Democrática do Congo, na época, Zaire. Essa união teve duas consequências imediatas: a formação do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), presidido por Álvaro

¹⁴ Ver anexo B, a distribuição dos grupos étnicos angolanos.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

Holden Roberto, e do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), apoiado pelo governo da então República do Congo (antigo Congo Belga).

Em suma, a UPA/FNLA, ao ser a primeira organização a iniciar as hostilidades em grande escala, mobilizando milhares de seguidores, acabou por conseguir grandes apoios internacionais, desde os Estados Unidos até vários países africanos.

1.3.2 Origem do MPLA

Ao mesmo tempo que surgiam os movimentos do Norte de Angola, constituíram-se em Luanda várias organizações políticas clandestinas, de forma geral por iniciativa de angolanos que tinham acedido ao estatuto de assimilados¹⁵.

Conforme a versão oficial divulgada pelos seus líderes, a criação do MPLA aconteceu em torno da década de 50, especificamente em 10 de Dezembro de 1956¹⁶, sob o comando do poeta Mário de Andrade, em Luanda, após a unificação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) com outros grupos nacionalistas clandestinos, entre eles o Movimento de Independência Nacional Angolano (MINA) e o Partido Comunista Angolano (PCA).

A principal base de apoio do MPLA foi a etnia mbundo (os quimbundos), apesar que contou sempre com apoios noutros grupos tribais. Reuniu, além disso, elementos da pequena burguesia negra e mestiça e dos sectores operários.

O crescimento do MPLA foi lento, ainda mais quando, em Março de 1959 e Junho de 1960, ficou praticamente decapitado pela prisão de muitos dos seus escassos quadros no chamado «processo dos 50¹⁷». Neste processo foram incriminados 57 nacionalistas, alguns à revelia, dos quais 20 por pertencerem ao MPLA, destacando-se nestes o padre Joaquim Pinto de Andrade e Agostinho Neto. Nessa altura, a cúpula dirigente ficou constituída por Mário de Andrade, como presidente, e Viriato da Cruz, como secretário-geral, os quais, em face da situação, decidiram transferir a direcção do movimento de Luanda para Conacri.

Politicamente, o partido tentou a aproximação à UPA, por esta ser, então, a força nacionalista hegemónica na altura. Esta estratégia veio, contudo, a falhar inteiramente, em especial porque a UPA se transformou em FNLA no início de 1962, e porque este partido constituiu o GRAE, acções que consolidaram a imagem de Holden Roberto e impuseram a sua política como a única via independentista de Angola. O MPLA atravessou um período de contradições. A situação em Leopoldville veio a agravar-se com a chegada de Agostinho

¹⁵ O estatuto de assimilado visava criar personalidade jurídica aos indígenas.

¹⁶ 1956 é uma data problemática, pois o aparecimento do MPLA em público deu-se 1960 durante a conferência de Tunes, na Tunísia.

¹⁷ Foi designado “Processo dos 50” a um conjunto de três processos políticos que se iniciaram a 29 de Março de 1959 com as prisões de vários nacionalistas Angolanos, terminando em 24 de Agosto do mesmo ano com a última prisão. Deve-se esse nome ao facto de Joaquim Pinto de Andrade ter enviado para o seu irmão que vivia no exterior, Mário Pinto de Andrade, um folheto denunciando a prisão de 50 nacionalistas.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

Neto, em Julho de 1962, que havia fugido de Portugal. Já nomeado presidente honorário do MPLA, depois da sua detenção em Junho de 1960, chegou disposto a integrar-se na cúpula do partido, mas as suas ideias «presidencialistas» acabaram por chocar com a direcção, o que viria a provocar a demissão de Mário de Andrade.

Em Julho de 1963, a OUA criou uma comissão de reconciliação com a missão de aproximar o FNLA ao MPLA, mas acabaria ela própria por reconhecer o GRAE como a única organização representativa angolana, em face das divisões do MPLA. Neto e os seus seguidores culpavam, por esta resolução da OUA, o trabalho fraccionário de Viriato da Cruz e do sector minoritário do movimento, que, aliás, tinha já sido expulso. Mas como um mal nunca vem só, Agostinho Neto, que tinha encabeçado a direcção com a promessa de incrementar a luta armada, acabou por não consegui-la, tanto pela política de obstrução da FNLA, como por acção do Governo de Lisboa. Holden Roberto não queria competidores em solo bacongo, para além de se apresentar com o exclusivo da luta anticolonial, pelo que era essencial impedir a penetração do MPLA pela fronteira norte. Portugal, por seu lado, conseguiu de alguma forma comprometer o Governo Congolês na neutralização do MPLA, com a ameaça, sempre em jogo, do corte de saída do cobre pelo caminho-de-ferro de Benguela. Por estas e outras razões, o MPLA acabou por ser expulso do Congo-Brazzaville, onde, desde Agosto de 1963, se havia instalado um governo marxista, mais próximo do seu ideário. A partir daqui, o movimento podia aceder, com facilidade, à fronteira de Cabinda, onde iniciou a sua actividade militar.

1.3.3 Origem da UNITA

As origens da UNITA estão fisicamente ligadas a Jonas Sidónio Malheiro Savimbi, fundador e primeiro presidente do partido. Savimbi fez os seus estudos primários na Missão Protestantes do seu pai¹⁸, no Andulo. Posteriormente recebeu uma bolsa de estudo da Missão Protestante do Chileso, na Universidade de Lisboa. Após um ano e meio, por razões que não conseguimos explicar, matriculou-se em Genebra, na Universidade de Fribourg. Por ter raízes da etnia ovimbundo, rapidamente encontrou lugares importantes na UPA¹⁹, onde veio ocupar o lugar de secretário-geral em 1961 e membro da JUPA²⁰.

Em 1962, é referido como membro do conselho executivo da FNLA e, em Abril do mesmo ano, ascende a Ministro dos Negócios Estrangeiro do GRAE. Este cargo permitiu-lhe obter vários contactos e influências que lhe seriam úteis posteriormente. Manteve-se ligado ao GRAE até 18 de Julho de 1964, data em que anunciou, no Cairo, a sua demissão do GRAE,

¹⁸ Lote Malheiro Savimbi, encarregado da missão protestante do Chileso (BIE) e viria a ser elemento do AMANGOLA (Amigos do Manifesto Angolano), em Abril de 1966.

¹⁹ Isso porque, por essa altura era objectivo da UPA mostrar que não primava pelo tribalismo, como era acusada, expandir as suas acções no leste de Angola, na qual um elemento ovimbundo constituía-se como peça chave.

²⁰ JUPA – Juventude da União das Populações de Angola

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

por discordar da política seguida por Holden Roberto. Decidiu então estabelecer-se por conta própria, juntamente com o núcleo de ex-militantes ovimbundo do GRAE, fixando-se na Zâmbia e onde formou a AMANGOLA – Amigos do Manifesto Angolano. Com esta associação, Savimbi procurou captar as populações afectas à UPA e os refugiados e emigrados bailundos na Zâmbia, com o objectivo de formar o seu exército. Tendo reunido um grande número de membros, entre eles José Calundungo²¹, Savimbi partiu em busca de ajuda. Esta chegou a ser da República Popular da China, que garantiu um curso de preparação para doze elementos, incluindo o próprio Savimbi. (EME, 2006: 102)

No início de 1966, Savimbi fundou a UNITA, no Moxico, província de Angola, com escritórios em Lusaka, operou sobretudo nas regiões do planalto e do Sul, junto à etnia ovimbundo, que era a mais populosa de Angola na altura. A UNITA surge com objectivos muito menos ambiciosos. Para além da independência, procurava cativar o maior número populacional para ingressarem como militantes no partido. De modo à conseguir esse objectivo, era preciso disputar com os outros grupos que muito antes já haviam dado início a essa luta. Embora o número dos seus quadros fosse sempre muito reduzido, a UNITA conseguiu alguma audiência a nível externo, em especial da China e do Egipto. Teve também alguns apoios por parte da Zâmbia, mas nunca conseguiu construir uma retaguarda firme, como o MPLA construiu. Assim sendo, a UNITA enfrentou inicialmente várias dificuldades, incluindo à oposição tanto do MLPA como do GRAE, qualquer deles dispunham de melhores estruturas e melhores grupos.

Surgia assim um novo movimento nacionalista na luta, muito embora inferior aos outros. A política adoptada por Savimbi ascenderia o movimento que, após 1975, empenhou-se na guerra com um conjunto capaz de fazer frente ao MPLA.

1.4 AS RELAÇÕES EXTERNAS E OS PROJECTOS ADOPTADOS PELOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO.

Durante os anos de luta contra o domínio colonial português, os Movimentos de Libertação relacionaram-se com vários países, conforme o seu posicionamento ideológico e apoio, quer bélico, quer financeiro. Estes relacionamentos estiveram presentes nas formulações dos projectos políticos de cada Movimento de Libertação, dentro do processo de independência. Para uma boa compreensão, é necessário analisar os caminhos político-ideológicos percorridos pelos Movimentos de Libertação, assim como o relacionamento externo de cada um, na construção dos seus projectos²².

²¹ Ex-chefe do Estado-maior do ELNA (Exercito de libertação Nacional de Angola), que constituía-se no braço armado da GRAE.

²² Ver Anexo I- Programa dos Movimentos Independentistas.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

1.4.1 Relações externas e o projecto adoptado pela FNLA

As relações externas da FNLA iniciaram ainda sob a sigla da UPNA. Baseada na etnia bacongo, abrangia populações que ultrapassavam os limites fronteiriços, entre Angola e o ex - Congo Belga, actual República Democrática do Congo. As afinidades entre Holden Roberto, Kwame Nkrumah, presidente do Gana, e Ahmed Sékou Touré, presidente da Guiné Conacri, influenciaram a mudança de UPNA para UPA, com o objectivo de lutar pela independência total do país. Assim, tanto o Gana como a Guiné tornavam-se fortes apoiantes de Holden Roberto, desde a conferência em Acra, realizada em 1958. Posteriormente, e após a independência da República Democrática do Congo e sob a presidência de Mabuto Sese Seko, que para além do apoio militar permitiu a instalação das bases do movimento, onde funcionou durante todo o período de luta.

Nos finais de 1960, a FNLA recebeu as primeiras armas, e segundo o seu líder, estas foram provenientes da Tunísia, que na altura estava sob a presidência de Habib Bourguiba.

“O principal apoio foi da Tunísia, que nos deu as primeiras armas ... E então conseguimos introduzir essas armas a partir dos capacetes azuis em Kinshasa... Eu aproveitava a presença das tropas das Nações Unidas, para receber essas armas da Tunísia e introduzir essas armas em Angola, aos bocados”(Jaime et Barber:1998)

A ligação privilegiada foi sempre com os EUA, que lhe fornecia apoio financeiro anual e conselho técnico, inclusive com a presença de agentes nas suas bases²³ (Felgas, Hélio; 1968). No entanto, Os Estados Unidos consideravam a FNLA como uma opção para o estabelecimento de um governo pró-ocidental em Angola na eventualidade da independência. Quando ela foi alcançada, em 1975, o governo norte-americano não reconheceu o governo de Agostinho Neto e continuou a prestar apoio ao GRAE de Holden Roberto, até ao final da década de 70.

Quanto aos seus projectos, a FNLA foi alterando conforme a situação que encaravam na luta. Primeiro, ainda como UPNA, tinha como objecto a ocupação do reino do Congo. Posteriormente, com a denominação UPA, na qual Holden Roberto era o encabeçado, os seus objectivos alteraram-se. Assim, os objectivos da UPA resumem-se nas palavras dadas por Holden Roberto durante a entrevista, *“libertar o país, libertar toda Angola”*, sendo que não programavam ainda para a pós-independência, pelo facto de *«estarem» em luta e a independência era coisa que não se sabia quando*. A sua finalidade era: o entendimento, a compreensão e a fraternidade no seio dos naturais de Angola; o desenvolvimento dos sentimentos patrióticos da sua população; a luta pela independência de Angola; e a contribuição para a edificação da unidade africana (EME; 1998: 68). Não obstante, surge a FNLA, da unificação entre a UPA e o PDA, estes dois partidos viriam a dar origem ao GRAE.

²³ Agentes pertencentes a um grupo progressista americano conhecido como “ American Comittee on África”

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

O GRAE foi um governo formado para incentivar a luta, promover a sua projecção internacional e assim conseguir angariar fundo pelo mundo para ajudar o povo na luta pela libertação (Jaime & Barber:1998). Movimento esse que não teve grandes actividades, dado o facto de uma crise vir a ser instalada no movimento logo a seguir à sua formação.

No âmbito do seu programa nos períodos que se aproximavam à independência, definiu duas políticas: interna e externa. No que concerne a política interna, a FNLA pretendia criar uma República soberana, alicerçada numa constituição democrática e social que salvaguardasse a integridade territorial de Angola. Na sua política externa visava essencialmente a cooperação com todos os países do mundo.

Em suma, a FNLA desde a sua origem à sua busca de apoios, encaixou-se nos países ligados à cultura capitalista, da qual tais relações serviram-lhes de impedimento na unificação com outros movimentos, e conseqüentemente posicionou-a em oposição aos outros movimentos.

1.4.2 Relações externas e o projecto adoptado pelo MPLA

A presença do MPLA, pela primeira vez numa conferência, em Tunes, Janeiro de 1960, permitiu-lhes angariar os primeiros apoios para a luta contra o colonialismo. Assim sendo, buscou a unificação ao lado de contestações já existentes na Guiné-Bissau e em Moçambique. Ainda na Tunísia estabeleceram-se os primeiros contactos para a futura instalação do MPLA em Conacri, capital da Guiné. Esta base permitiu-lhes estabelecer contactos, divulgar a sua luta, e projectar-se internacionalmente na obtenção de apoio financeiro que fundamentasse a sua actuação. Como já era evidente para o MPLA a impossibilidade de organizar qualquer acção em Angola a partir da Guiné, procurou estabelecer-se no Congo Leopoldville, país recém-independente. A UPA, já desenvolvia forte aliança nesse território, e além disso a forte imagem comunista do movimento, impediram o sucesso dessa instalação. Em virtude desse acontecimento, o MPLA instalou-se no Congo Brazzaville, onde criou as suas bases e deu início as suas campanhas em Angola.

A instalação do MPLA no Congo Brazzaville possibilitaria o estreitamento das relações e o apoio de um outro grupo de países, tais como a Bulgária, a Checoslováquia, a URSS e Cuba, que tinham representação diplomática e fortes laços de cooperação naquele país.

O MPLA recebia desses países, em quantidade muito limitada, apoio financeiro, armamento, formação técnica e universitária²⁴, e apoio na formação das forças de guerrilha²⁵.

²⁴ Exemplo dessa formação é a sua excelência José Eduardo dos Santos, actual presidente de Angola, licenciado em engenharia.

²⁵ Manuel Lima, primeiro comandante do EPLA (Braço armado do MPLA), em entrevista com Fernando Guimarães (1995: 17-23), confirma o envio de material militar pela Bulgária e acrescenta que este teria chegado ao movimento através de Marrocos. Diz também que os cursos de formação, eram da responsabilidade da União Soviética.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

“Com a vinda de Che-Guevara a Brazzaville nós pedimos e ele mandou-nos 5..., 5 instrutores para nos ensinar a fazer o assalto de guerrilha²⁶.”

Essa afirmação de um dos seus fundadores, Lúcio Lara, comprova a acção de Cuba no âmbito da construção das forças do MPLA, que posteriormente viriam a ser conhecidas como ELPA (Exército de Libertação Popular de Angola).

No que respeita as ajudas internacionais, a UPA conciliava a sua ligação com os EUA, enquanto o MPLA buscava apoios juntos de países comunistas. As filiações internacionais existentes em África comportavam os grupos de Casablanca e Monróvia, separados pelos ideais.

O MPLA apoiava-se no grupo de Casablanca, onde actuavam países como a Argélia, Gana, Mali, Guiné-Conacri, Egipto e Marrocos. Esses países forneceriam ao MPLA formação, armamento, apoios logísticos e financeiros (Bittencourt; 2008: 26-29).

A partir de 1967, juntam-se ao MPLA 3 países importantes: Zâmbia, Tanzânia e China. Esses países possibilitaram a acção do movimento no Leste de Angola. Ou seja, a Zâmbia como país independente, constituiu-se numa forte base de apoio para as actividades dos movimentos no Leste. A Tanzânia, país fronteiriço do mar e da Zâmbia, possibilitaria a entrada de armamento proveniente da China. Ressalva-se que, apesar da diferente ideologia encontrada na altura, entre a China e a URSS. O apoio de ambas constituiu-se como um impulso fundamental no reconhecimento do MPLA pela OUA, como a principal organização nacionalista em Angola para a luta da independência. Contudo, esse forte apoio dessas duas potências, viriam construir divisões no partido (Bittencourt; 2008: 32-39).

No que diz respeito ao projecto, o movimento desenvolvia dois programas: mínimo e o maior. No “programa mínimo”, o MPLA lutava para a criação de uma Frente Angolana de Libertação, que agrupe numa larga união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes no país, todas as organizações religiosas, todas as etnias, todas as camadas sociais angolanas, todos os angolanos sem distinção de tendências políticas, de condições económicas, de raças, de sexo ou de idade, todos os angolanos residentes no estrangeiro, a fim de continuar a luta por todos os meios para a liquidação da dominação colonial. No seu “programa maior” o MPLA apresentava um regime democrático para Angola. Apresentava ainda, uma reforma agrária, com tendência ao desaparecimento das injustiças; liquidação do monopólio privado da produção dos produtos de consumo agrícolas, conforme o princípio de que “a terra pertence aos que trabalham”; distribuição de terras aos camponeses sem terra e aos que a possuíam em extensão insuficiente para o seu sustento. No seu plano de defesa, previa a criação de forças armadas com efectivos intimamente ligados ao povo e comandados por cidadãos angolanos.

Assim sendo, e pelo que constamos, o MPLA dispunha de um programa muito bem argumentado, que acabou por lhe valer aquando da independência de Angola.

²⁶ Lúcio Lara em entrevista com Drumond Jaime e Helder Barber em 1995.

1.4.3 Relações externas e o projecto adoptado pela UNITA

As relações externas da UNITA começaram muito antes desse movimento estar completamente constituído. Para constituí-lo, Savimbi uniu-se aos ex-militantes da UPA/GRAE e fixou-se na Zâmbia, criando, como dissemos, a AMANGOLA. As primeiras tentativas de encontrar apoio foram dirigidas a alguns países africanos: Egipto, Tanzânia e Argélia. Dos blocos socialistas procurou a URSS, Alemanha Oriental, Checoslováquia e a Hungria (Rosa; 1980: 139). Por essa altura, apenas a República Popular da China ofereceu apoio a UNITA, possibilitando a formação de quadros militares dentro do seu território (EME, 2006).

Nos países da África Austral, apenas a Zâmbia permitiu ao movimento o exercício de actividades no seu território, incluindo as instalações da sua sede, bem como de bases recuadas e facilitadas de movimentos. Esse apoio durou até 1967, altura em que a UNITA foi obrigada a sair do país, por divergências com o governo zambiano.

Na viragem de 1967, os dirigentes do movimento iniciam uma nova campanha internacional para obter apoio financeiro e político. Em 1968, surgem apoios por parte da SWAPO²⁷ e posteriormente, as relações com a Zâmbia seriam retomadas, pois o presidente zambiano, Kenneth Kaunda, interessava-se em ter uma alternativa ao MPLA, considerando à época como estando próximo demais dos soviéticos (Bettencourt; 2008: 95).

Instalado no interior de Angola, e sobretudo em áreas que chocavam com as do MPLA, a UNITA constituía-se num adversário directo do mesmo. Apesar da sua fragilidade, apresentada na altura, relatada nos relatórios da PIDE²⁸, a sua presença criava mais uma dificuldade às campanhas do MPLA, que pretendiam estabelecer contacto com as populações e exercer as suas acções militares contra os portugueses.

O desdobrimento desses embates resultou no acordo da UNITA com as autoridades portuguesas e com a PIDE/DGS, articulado em 1971, e que ficou conhecido com o nome de “Operação Madeira”. Segundo a revista *Afrique-Asie* de 8 de Julho de 1974, este acordo permaneceu até 1974 sob a forma de aliança, cujo objectivo principal era combater o MPLA.

Apesar do apoio que os sul-africanos deram à FNLA, a sua intervenção manifestou-se mais intensamente a partir do Sul, em acções autónomas ou em apoio da UNITA. Um relato do Brigadeiro Pezarat Correia evidencia esse facto:

Nos princípios de Outubro «de 1975», unidades de combate sul-africanas, incluindo uma unidade de blindados, são colocadas, por via aérea, em Silva Porto, actual Cuito, a pedido da UNITA e em apoio deste movimento (Pezarat Correia; 1991: 157). A África do Sul seria assim convidada, por parte dos EUA, a intervir nos confrontos em Angola e, como tal, apoiava a

²⁷ South West Africa People's Organization (SWAPO) é um partido político e ex- movimento de libertação na Namíbia, país fronteiriço ao sul de Angola.

²⁸ IAN/TT, PIDE/DGS Delegação de Angola, NT 9089, Pasta 1, 52.

CAPÍTULO I – A EMANCIPAÇÃO DO NACIONALISMO ANGOLANO

UNITA, tanto em meios como em forças ou recursos financeiros. Por isso mesmo é que a UNITA tinha meios para enfrentar o MPLA, nos primeiros períodos da independência (Stockwell; 1979: 196).

Quanto aos seus projectos e ideologia, Savimbi diferenciava-se dos outros. Desde o início, sabia que para alcançar os seus objectivos era preciso o emprego da força. Assim que dispôs dela, avançou logo para a luta. Os projectos que procuravam levar a cabo, eram: liberdade e independência nacional, justiça social, trabalho e progresso, e incentivava a religião no seio da sociedade, que teria efeito catalisador das suas propagandas²⁹. As suas ideias quanto ao comunismo, apresentado pelo MPLA, em colaboração com países comunistas, levaram a que o partido nunca aceitasse o poder do MPLA. Posteriormente, constituiu-se como um partido revolucionário, que buscava salvar o povo da mão do comunismo. Essa discordância de ideologia resultaria numa trágica Guerra Civil.

²⁹ Palestra apresentada por Savimbi, as suas forças em 19 de Dezembro de 1984.

CAPÍTULO II - A LUTA ARMADA

“Na Guerra, o destino dos Povos depende da sorte das armas”.

Savimbi 1984

As lutas de libertação efectivaram-se em 15 de Março de 1961, quando um grupo armado da UPA atacou a população branca no Norte de Angola. Porém, esses acontecimentos foram precedidos por duas revoltas, a Baixa de Cassange e o assalto às cadeias de Luanda. A revolta laboral na Baixa de Cassange, a Leste de Malange, iniciada em 11 de Janeiro de 1961, mostrava o descontentamento da população nativa sobre os maus tratos do regime que lhes haviam sido impostos. E o assalto a cadeia de S. Paulo, em 4 de Fevereiro, para além de confirmar esse facto, também efectivaram o desejo da população em serem governados por pessoas que compreendessem e respeitassem as suas personalidades, facto que nunca foi claro para o governo português, que respondeu violentamente a essas revoltas. Esses acontecimentos marcavam o início de um período turbulento em Angola, onde a UPA, o MPLA e a UNITA reivindicariam a colonização portuguesa por meio da luta armada.

Neste capítulo, abordam-se as actividades desenvolvidas pelas forças independentistas contra as forças portuguesas, que tudo faziam para o insucesso dos movimentos. O valor dessa rubrica prende-se pelo facto dessas actividades militares dos movimentos independentistas chocarem umas contra as outras.

Ainda são retratados as interacções entre os movimentos de libertação, descrevendo todas as tentativas, interna e externa, de unificar os movimentos na busca de um objectivo comum: a independência de Angola.

2.1 O EMBATE NAS ACTIVIDADES MILITARES DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A partir de 1960, deu-se na África Austral uma “chuva” de independências dos países locais³⁰. No Norte, os dois países fronteiriços viriam a tornar-se independentes em 1960, tendo sido um factor importante na implantação dos movimentos nacionalistas angolanos. No Leste, a Zâmbia obteve a sua autodeterminação em 23 de Outubro de 1964, permitindo aos movimentos a abertura de uma nova frente no Leste de Angola. Malawi (antiga Niassalândia) torna-se independente em 6 de Julho de 1964. O Zimbabwe alcançou a sua independência a 11 de Novembro de 1965. Todo este processo de independência, envolvendo o antigo império britânico na região, teria importância decisiva para a luta anticolonial que se desenvolvia em Angola, pelo que os movimentos independentistas, para além de buscarem motivação nesses países independentes, também procuravam estabelecer bases como sustentação das suas lutas no interior de Angola.

³⁰ Ver anexo A, lista das datas da independência dos países africanos.

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

2.1.1 A FNLA e o MPLA no Norte de Angola

A UPA/FNLA começou por criar acessos fáceis na fronteira Norte de Angola e nas zonas interiores próximas, acção conseguida dada a boa relação com a população bacongo, residente de ambos os lados da fronteira, e com os grupos de guerrilha aí existentes. Com base nessas vantagens, procurou isolar o MPLA com um forte sistema de barragem, de modo a impedir o acesso deste no interior de Angola. Esta pressão exercida sobre o MPLA, visava sobretudo levar para o seu lado os guerrilheiros desmoralizados do MPLA ou, se isso se tornasse impossível, destruí-los e evitar o seu reabastecimento e a fuga para a RDC (EME; 2006: 116-117).

Em Outubro de 1961, quando o MPLA ainda se instalava em Léopoldville, um grupo de 21 homens foi interceptado pelas forças da FNLA e de seguida dizimado. O MPLA denunciou tais perseguições. Alguns dissidentes da UPA, como seria o caso de Marcos Kassanga e André Martins Kassinda, reforçariam essas acusações em declarações públicas, e o próprio Holden Roberto admitiria que o seu movimento assassinara homens do MPLA, entre eles o comandante Ferraz Bomboco, que tentava atravessar a fronteira do Congo (Davezies; 1965: 38, 189).

Esse relato prova as acções que a FNLA exercia sobre o MPLA, no âmbito da rivalidade que predominava entre os mesmos. A razão destes confrontos era a projecção internacional, uma vez que essas autocracias desenvolvidas pela FNLA sobre o MPLA contribuiriam para que fosse o movimento nacionalista dominante. A OUA viria a reconhecer este facto em 1963, considerando o governo da FNLA (GRAE) como único e legítimo movimento de libertação de Angola. Isso teve impactos internacionais, como descreve José Antunes: *“em Washington, o governo de Kennedy, deseioso de afirmar as suas credências anticoloniais, mas desconfiado da ideologia de alguns movimentos anticoloniais, sentiu-se tranquilizado com a evidente orientação ocidental de Holden Roberto e, através da CIA começou a ser canalizado dinheiro para a FNLA”* (Antunes; 1990. Apud: Macqueen; 1997:51)

Esse bloqueio feito pela FNLA ao MPLA, no Norte de Angola e o seu reconhecimento na conferência da OUA, mergulharam o MPLA numa profunda crise, que acabou mesmo por estar dividido em duas facções: a de Agostinho Neto e a dos dissidentes, liderada por Viriato da Cruz. Alega-se que desistiu do MPLA por ficar sem funções³¹ (Correia, Fernando; 2009: 185). A facção de Viriato viria posteriormente a juntar-se à FNLA. Os problemas do MPLA agravaram-se em Setembro de 1963, quando Neto foi preso em Leopoldville, juntamente com Lúcio Lara. Em Novembro, o gabinete do MPLA foi encerrado e o movimento expulso do Congo Leopoldville. O afastamento de Leopoldville, no fundo, acabou por trazer vantagens ao

³¹ Assunto controverso, pois a autores que defendem que Viriato da Cruz, que fora secretário-geral do MPLA, foi expulso por actos de indisciplina tendentes a prejudicar a unidade do movimento e inspirado por ambições pessoal de poder.

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

MPLA. O movimento procurou refúgio na capital do antigo Congo Francês, Brazzaville, que era mais simpatizante ao comunismo e ao MPLA.

Apesar dos êxitos diplomáticos de Holden Roberto e da segurança da sua base congoleza, os resultados militares da FNLA eram insignificantes contra as forças portuguesas. O máximo que até então haviam conseguido, era o levantamento de 15 de Março de 1961, na base do terrorismo. Por um lado, procurou obrigar a população branca a abandonar a terra, e por outro, levar elementos dos grupos quimbundo, e até no seio dos bacongus, a aceitarem a revolta armada e a participarem nela, de modo a mostrar argumentos perante a opinião pública internacional que toda a população nativa se opunha à presença portuguesa em Angola³². *No fim desse ano, os portugueses calculavam existirem no dembo cerca de 2000 guerrilheiros da UPA, mais de 10 a 12 mil ao longo da fronteira em território do Congo* (Macqueen; 1997: 52). Apesar dessa impressionante força numérica, a actividade da FNLA limitava-se a alguns ataques limitados, intermitentes e relativamente ineficazes. Esta fraqueza militar contribuiria para um acentuado declínio da posição da FNLA na segunda metade da década de 60, período em que o MPLA viu as suas expectativas reviverem.

Em 1962, na sua 1ª conferência nacional, para efeitos da luta da expansão da guerrilha, o MPLA dividiu o território angolano em Regiões Militares, que estavam subdivididas em zonas militares e que, mais tarde, foram designadas por Regiões Político Militares (RPM)³³. A organização militar que resultou da divisão ficou assim dividida: Iª Região Militar – Distrito do Zaire; IIª Região Militar - Distrito de Cabinda; IIIª Região Militar – Distrito de Moxico e Cuando-Cubango; IVª Região Militar – Distrito de Malange e Luanda; Vª Região Militar - Distritos de Cuanza Sul, Benguela, Huambo e Bié; VIª Região Militar - Huila e Moçâmedes.

Durante três anos, em rivalidade com a FNLA, a estratégia do MPLA passou pela abertura das suas regiões militares para obrigar as forças portuguesas a dispersar os esforços. Em 1964, abriu a IIª Região Militar, instalando-se em força na RP Congo e na fronteira de Cabinda. Atacou as forças portuguesas nesse enclave, tendo-as deferido grandes baixas. A campanha de Cabinda foi importante para o MPLA, pois constituiu-se como um meio de fazer reconhecimento à sua identidade guerrilheira. Em 1964 a OUA reconheceu o MPLA, embora esse reconhecimento devesse ser partilhado com a FNLA. Abriam-se assim as vias diplomáticas para o MPLA. Neto em 1964, viajou para Moscovo, onde foi bem recebido. Segundo Narrie Macqueen, essa visita possivelmente foi organizada pelo PCP. A visita de Che Guevara em Brazaville deu novo vigor ao MPLA, que aumentou o seu crédito entre os vizinhos regionais. Em 1965, o MPLA abriu escritórios em Lusaka, Capital da Zâmbia, dispondo desse modo, algumas possibilidades de desencadear operações militares mesmo no interior de Angola.

³² Esse afeito deu-lhes mérito por parte da OUA, que posteriormente os iria reconhecer como único movimento independentista em Angola.

³³ Ver anexo – G Regiões Político Militares do MPLA.

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

2.1.2 No Leste de Angola

A independência da Zâmbia proporcionou as acções dos movimentos por um novo flanco. Por um lado, as fortificações portuguesas no norte eliminavam qualquer acção ou intenção dos nacionalistas. Por outro lado, a característica geográfica, a população numerosa do Leste, e a dificuldade de instalação das forças portuguesas nessa região, tornava o terreno ideal para as lutas independentistas. Por isso mesmo, nessa região os movimentos também embateram-se, uma vez que a mobilização da população era o objectivo de todos.

2.1.2.1 FNLA

Em 1964, a FNLA abriu uma delegação na Zâmbia. Mas, os aspectos tribais acabaram por definir o insucesso do movimento. Outra razão do insucesso deveu-se a crise que se vivia na FNLA. Por essa altura, a OUA havia desviado os seus apoios para o MPLA, confiando-lhe deste modo a luta de libertação. Por conseguinte, este insucesso e as dificuldades enfrentadas, levaram os mesmos a abandonar as suas actividades neste país, ficando o MPLA e a UNITA sem a rivalidade da FNLA.

Em 1967, começou a interessar-se desta vez pelo distrito da Lunda, zona conhecida pelas suas riquezas e o centro do mineiro da Diamang. Assim, nessa região, que constituía a sua Frente Nordeste, fez entrar em Angola o seu segundo batalhão, na área de Santa Cruz, na região de Sanza Pombo- fronteira do Cuango, exercendo uma intensa acção de aliciamento sobre as populações e fazendo preparativos para se instalar na região, de modo a ligar esta frente à Frente Norte. Na Frente Leste, a sua estratégia militar nessa região integrava-se no conceito anterior. O batalhão fixado a norte do rio Cassai, no sul da Lunda, a Norte das posições do MPLA e da UNITA, furtando-se ao contacto com os grupos de guerrilha destes movimentos, teria como missões: vigiar o MPLA, constituir, com o apoio da sua Frente Nordeste, um obstáculo à sua progressão para Malange e exercer uma ameaça permanente sobre o caminho-de-ferro de Benguela. Deste modo, poderia avançar para Malange, por decisão própria ou acompanhando o MPLA, caso este se movimentasse nesse sentido (Pires Nunes, 2009: 125).

2.1.2.2 MPLA

Em 1963, com a dissolução da federação da Rodésia e da Niassalândia, acto decisivo na desestruturação do antigo império britânico na região da África Austral, abrem-se as portas para o MPLA. Lembramos que, em 1961 o MPLA tinha as suas actividades bloqueadas pela FNLA, situação que alterou-se posteriormente. O primeiro factor preponderante nessa alteração foi a crise enfrentada pela FNLA em Léopoldville, com a saída de dirigentes e militantes. O segundo factor foi o estreitamento das relações entre o MPLA e a Tanzânia, do

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

presidente Julius Nyerere. Essa aproximação foi vital para o MPLA, pois a Tanzânia era independente e também seria uma das principais portas de acesso ao mar.

Praticamente o MPLA entrou nessa corrida sem a rivalidade dos outros movimentos independentistas. A UNITA, em 1964/65, ainda era um movimento em construção, muito embora já exercesse alguma actividade de propaganda nessa região.

No início de 1966, o MPLA transferiu uma parte dos seus efectivos e combatentes para a Zâmbia, aliviando de certa forma a pressão militar que exercia em Cabinda. No Leste, abriu a sua IIIª Região Militar e procurou ocupá-las por zonas. A sua estratégia territorial nessa região visava obter o seu domínio e ligar a IIIª à IIª Região Militar, instalada no Norte. Pretendia destruir ou transbordar a UNITA da sua zona de refúgio e alcançar o Bié por dois eixos principais de penetração, ao mesmo tempo que, para iludir as forças portuguesas, utilizava outros eixos mais curtos e secundários. Um eixo estratégico acompanhava parte do curso do rio Cuando e seguia em direcção ao alto Cuito. O outro seguia o rio Luena, em direcção ao Luso. Pela rota do Cuando, planeava alcançar as regiões populosas e ricas do Bié e do planalto central do Huambo que, por si só, são o coração de Angola; dali controlaria todo o território angolano e, pelo vale do Cuanza, poderia chegar a Malange. A rota do Luena, além de ser uma ameaça directa ao Luso, levá-lo-ia também ao planalto de Malange. Na posse desse planalto, o MPLA ficaria em condições de controlar o caminho-de-ferro de Malange (CFM), que acompanha o curso do rio Cuanza, desde a nascente no Bié até perto de Luanda, onde desagua, com o apoio da sua Iª Região Militar, no Norte. Curiosamente, os percursos definidos pelo MPLA e a FNLA parece que colidiriam, o que levaria a admitir que nenhum deles conseguiria concretizar o seu objectivo sem destruir ou entrar em acordo com o outro movimento rival (Pires Nunes; 2009: 129-131).

2.1.2.3 UNITA

A UNITA inicia a sua actividade militar em 1966, com a abertura da corrida para o Leste. Não temos informações sobre as suas actividades no Norte, pois durante esse período os elementos constituintes deste partido eram integrantes da FNLA.

Para o início da sua actividade no Leste, a UNITA organizou-se em comités locais. Segundo o seu líder, destinaram-se a: estabelecer novos postos no interior, especialmente no Luso (interior de Moxico); explicar ao povo a razão da luta contra o colonialismo; organizar uma campanha de alfabetização; improvisar os métodos de cultura e de aprendizagem de produtos; dar informações acerca do movimento das tropas portuguesas; e criar corpos sanitários³⁴.

Assim, em Fevereiro de 1966, infiltrou alguns dos seus elementos no distrito do Moxico com a finalidade de aliciar os nativos do vale do rio Lungué-Bungo, a sul do caminho-de-ferro de

³⁴ Boletim de informações do EME, nº 20, Agosto de 1966. Apub (EME; 2006: 105)

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

Benguela, e levou a efeito actividades violentas de destruição de pontes, incêndio a casas, ataques a civis e viaturas isoladas, pequenas povoações comerciais e serrações, e intimidação da população. No início de 1967 fez explodir o caminho-de-ferro de Benguela, acção que resultou na expulsão do movimento da Zâmbia.

O coração do movimento fixava-se na área Lucusse-Luvuei. As suas acções eram preferencialmente desenvolvidas um pouco por toda a parte do distrito do Moxico e até limítrofes da Lunda, Malange, Bié e Cuando Cubango. A UNITA procurou cada vez mais a infiltração no território nacional, instalou-se numa área de refúgio, no alto curso do rio Lungué-Bungo, no Bié, ligando-se ao exterior com a Zâmbia, pelas linhas de infiltrações dos rios Luio e Luanguinga. Entrou ali em confronto com os grupos do MPLA que intencionavam instalar-se na região. Também a Norte de Cangumbe, a expansão e fixação do MPLA obrigou a UNITA a abandonar algumas das áreas de refúgio ali estabelecidas, mantendo-se, todavia, na margem direita do Munhango, a NE de Cangumbe.

Sob essa decaída e dificuldades logísticas enfrentadas na Zâmbia, a UNITA aproxima-se das forças portuguesas de modo a ser mais eficaz contra os outros movimentos. Esse acordo ficou conhecido como a “operação madeira”, na qual Portugal permitia que a UNITA se mantivesse na região do planalto central, onde não seria importunada pelas tropas portuguesas, e poderia receber apoio de natureza logística e humanitária. Em contrapartida, a UNITA comprometia-se a não actuar fora daquela área, a combater guerrilheiros dos outros movimentos que ali se revelassem e a fornecer informações ao comando português sobre as bases e movimentações dos grupos do MPLA e da FNLA.

Este acordo funcionou, sendo prejudiciais ao MPLA e a FNLA que viram as suas bases destruídas no interior da zona militar Leste, uma vez que as forças portuguesas passaram a obter um factor decisivo nas guerras, a informação (Pezarat Correia; 1991: 38).

2.2 AS INTERACÇÕES ENTRE OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

A primeira tentativa de união foi promovida pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), nos inícios de 1960. Faziam parte o MPLA, a FRELIMO (partido moçambicano) e o PAIGC (da Guiné e Cabo Verde). A finalidade dessa confederação era polarizar os esforços do levantamento emancipalista em todas as parcelas das «colónias portuguesas», coordenando a acção dos diversos movimentos agitadores e agrupando-as em frentes unidas de libertação. Esse desiderato foi em parte alcançado na Guiné com a constituição do PAIGC e, em Moçambique, com a FRELIMO. Mas em Angola, não obstante os esforços do MPLA nesse sentido, a reunificação dos partidos não se concretizou (EME 1998). A UPA sentia-se superior ao MPLA, e pelo seu carácter tribal e cristão enraizado na existência do partido, não aceitavam essa união. Tanto a UPA como os

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

outros movimentos existentes na altura, não aceitavam o facto do MPLA querer a hegemonia da frente a constituir.

A outra tentativa de união foi com a criação da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional – FRAIN (das colónias Portuguesas), fundada em 1960, com a sua sede em Conacry, na Guiné e as agências em Londres, Alemanha Oriental, Accra, Leopoldville, Tunis, e Casablanca. Essa frente pretendia englobar e unificar a acção dos diversos movimentos existentes «nas colónias» - UPA, MPLA, PAIGC e Organizações de Moçambique, «possivelmente a FRELIMO», e assim obter a independência. Dos seus principais dirigentes destacaram-se Amílcar Cabral, Lúcio Lara, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz. Foram aliciados pelos países comunistas que desenvolviam actividades junto dos africanos. O principal objectivo dessa frente era juntar todos outros partidos já existentes, de modo a ter um bom argumento populacional que pudesse justificar o início das lutas políticas dentro das colónias portuguesas. Em Angola, a unificação dos movimentos independentistas para a criação dessa frente foi sem sucesso. Primeiro pelo comunismo demonstrado pelos representantes, e depois porque a liderança dessa luta ficaria na mão dos principais criadores da frente.

Em Junho de 1962, N'Khruma propôs como solução de “frente única” a criação de um Comando Militar Unificado (CMU) e de um Conselho Nacional de Angola (CNA), a fim de reunir os partidos existentes (FNLA, MPLA e PDA). O assunto foi discutido mas sem resultados. Uma fracção do MPLA, dissidente, aderiu à UPA, que constituía a coligação com a PDA e na qual a ELNA era o braço armado³⁵.

As organizações internacionais que apoiavam a FNLA procuravam avançar sem o contributo da ideologia comunista do MPLA. Assim, este movimento decide incrementar os seus objectivos, afastados da união que, desde então procurava obter. Em 1964, a partir de Cabinda, incrementa as suas actividades militares, ao mesmo tempo que inicia diligências na Zâmbia para abrir uma nova frente, que mais tarde viria a ser a frente Leste.

Jonas Malheiro Savimbi, o líder e fundador da UNITA, depois das suas passagens na UPA (FNLA), criou o seu próprio movimento e com apoios externos que beneficiava da China, da Zâmbia e da Namíbia, criou uma nova força, que tinha como objectivo a ocupação do Leste de Angola. Deste modo, começou uma nova disputa entre os movimentos independentistas.

A mobilização da população passou a ser um dos objectivos principais, pois o apoio dessa mesma população era fundamental para a concretização das metas traçadas por cada um deles (Agostinho Silva; TIA 2010). Assim sendo, todos os movimentos precisavam de explorar as zonas do interior, as áreas rurais, na qual a população indígena, como era tratada, era a chave para o início de qualquer revolta ou luta armada.

³⁵ Faz-se aqui referência a desistência de Viriato da Cruz e outros integrantes do MPLA que posteriormente viriam a unir-se a UPA e combater contra o MPLA.

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

Em 1972 realizou-se o Acordo de Kinshasa. Nesse acordo, constatou-se outra particularidade interessante. O MPLA e a FNLA mantinham as suas individualidades, face à reconciliação, pelo que não seria pertinente prever uma unificação propriamente dita. Os órgãos militares estavam à presidência do MPLA, cujos militantes estavam muito melhores preparados tecnicamente e psicologicamente do que os da FNLA³⁶, dando-lhes assim preponderância militar. A presidência dos órgãos políticos competia à FNLA, que tinha menor projecção internacional que o MPLA. Assim através das viagens de Agostinho Neto, o MPLA começou uma jornada de visitas, de modo a levar avante a sua acção política, principalmente em países de feição comunista, o que desiludiu a importância da FNLA. É importante realçar que nessa data o MPLA era o partido escolhido pela OUA como representante legítimo dos povos de Angola.

Analisando esse quadro, sobre as divergências entre os movimentos, que razões apontaremos? Como vimos, os movimentos independentistas nunca se entenderam, nem souberam coordenar as suas acções na luta pela libertação. Estes desentendimentos, pelo que constamos, estiveram patentes desde as primeiras acções violentas desenvolvidas em Fevereiro e Março de 1961, com o MPLA e a FNLA a disputarem influências e iniciativas, em actuações separadas, de naturezas diferentes, e com o MPLA a condenar publicamente o tipo de actividade militar da FNLA.

Contudo, as causas das divergências não resultaram apenas de incompatibilidade entre os dirigentes. Radicavam também em razões objectivas, derivadas da complexa constituição étnica do povo angolano, dos projectos programáticos dos movimentos e dos apoios externos.

O MPLA apresentava-se com uma ideologia relacionada ao bloco comunista, derivada das intervenções que teve durante todo o período da luta. A FNLA, diferente do MPLA, tinha orientações políticas centradas no socialismo, uma vez que os apoios que recebia dos EUA, desviavam os mesmos sob a influência dos países ocidentais. A UNITA reaparece nessa divergência ideológica como opositora dos outros movimentos. Apresentou-se com uma base programática avançada, mas com uma vocação mais populista, e era timidamente apoiada pela República Popular da China.

Outro factor importante, que estava na base destas divisões, era o de natureza étnica. Angola era uma colónia extensa, com grandes diversidades de grupos étnicos, na qual a disputa de algumas zonas de interesse incrementava entre os movimentos a rivalidade e os confrontos armados.

Em suma, essa divergência entre os movimentos trouxe enormes vantagens às forças portuguesas, que soube aproveitá-las oportunamente, resultando em enormes perdas aos movimentos e um longo curso na luta de libertação.

³⁶ Ver anexos D – Percentagem das actividades militares dos movimentos em 1972.

CAPÍTULO II – A LUTA ARMADA

Uma das origens do início da Guerra Civil assenta nesse factor, dos movimentos nunca terem conseguido uma aliança. Antes porém, conseguiram uma rivalidade sem tréguas, que resultou na Guerra Civil.

CAPÍTULO III - O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

Para o nosso estudo, a fase de transição assenta principalmente em 1975, ano em que foi proclamada a independência de Angola. Os antecedentes que marcaram esse evento, são de especial importância e constituem objecto deste estudo. É sobre eles que se verifica ou não, o impulso do início da Guerra Civil. Assim sendo, neste capítulo, aborda-se a fase propulsora para a independência, incluindo a revolta militar de 25 de Abril de 1974 em Portugal, e os acordos que surgiram na tentativa de apagar as guerras entre os movimentos.

3.1 A REVOLTA MILITAR DE 25 DE ABRIL DE 1974 EM PORTUGAL E AS CONSEQUÊNCIAS EM ANGOLA

O importante não é discutir os acontecimentos desta revolta militar, mas sim perceber e delimitar o seu impacto em Angola.

Os efeitos da revolta militar de 25 de Abril de 1974 sentiram-se, tanto no país como nas colónias. Neste dia, oficiais de carreira derrubaram o regime em Lisboa na sequência de uma revolta militar. E complica-se assim, a luta pela criação de uma nova situação política para a antiga colónia. Primeiro, o governo português ficou dividido quanto à política a adoptar para as suas ex-colónias ultramarinas. O Movimento dos Capitães deu lugar ao Movimento das Forças Armadas (MFA), já com objectivos políticos, introduziu o programa de descolonização das colónias. O General António Spínola, Presidente da República indigitado, defendia a continuação de uma certa forma de autoridade sobre um império federado, ao passo que a generalidade dos partidos portugueses propunham soluções que apontavam sem ambiguidade para a independência das colónias (Pezart Correia, 1991: 59). A questão nessa altura era saber se já haveria condições para tal, e qual seria o momento ideal para a consumação da independência?³⁷

Em segundo, o novo poder de Portugal passou a sofrer fortes pressões internacionais. Como explica Pezarat Correia, «os governos de todo o Mundo, especialmente africanos e europeus, insistem com Portugal para que declare o direito à independência das suas colónias (idem p; 61)». A ONU e a OUA também intensificam as suas pressões. A ONU recomenda a Portugal negociar com os movimentos de libertação. A OUA, perante o adiamento da definição portuguesa, endurece as suas posições e recomenda aos movimentos que intensifiquem a luta armada, para forçarem o governo português a negociar. Os movimentos correspondem a esse apelo e também fazem as suas pressões a Portugal.

Terceiro, uma percentagem significativa das forças armadas portuguesas estacionadas em Angola estava impaciente e ansiosa pelo regresso à metrópole. E sob essa situação, a mais

³⁷ Assunto que teria sido abordado á posterior no acordo de Alvor.

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

difícil de contornar para o MFA, era a dos militares naturais das colónias, “*que antevendo o horizonte da independência, não mais desejavam bater-se contra os seus compatriotas*” (Pezarat Correia; 1991: 63).

Quarto, o desejo dos corpos de oficiais do exército, bem como dos soldados alistados, de deixar Angola, foi rapidamente acompanhado pelo êxodo da maior parte dos colonos residentes portugueses e estrangeiros, incluindo pessoal especializado dos sectores da administração, dos serviços técnicos, da agricultura, da indústria e da exploração mineira.

Assim, na sequência desses impasses, o Governo Português finalmente averiguou que a solução da guerra nas colónias nunca se resolveria pela força, mas sim pela política e pelo diálogo com aqueles que os combatiam.

Em Outubro de 1974, foi finalmente assinado um cessar-fogo com a FNLA, o MPLA e a UNITA, sendo encetadas negociações acerca das condições da independência. Meses de negociações intermitentes entre Portugal e os três partidos nacionalistas levaram ao Acordo de Alvor, de 15 de Janeiro de 1975, que estabeleceria um governo de transição e fixou a data da independência de Angola em 11 de Novembro de 1975 (Pelissier, René; 2009: 359).

3.2 O ACORDO DE ALVOR

Na sequência da conferência de Mombaça³⁸, no ano seguinte (1975), membros do governo português e dos movimentos sentaram-se a mesa, e definem os pontos em comuns acordos naquilo que se iria chamar de acordo de alvor.

Nesse acordo ficou estabelecido o seguinte:

No capítulo I, «*o Estado Português reconhecia os movimentos de libertação FNLA, MPLA e UNITA como os únicos representantes legítimos do povo angolano (art. 1º)*», o reconhecimento do povo angolano à independência (art. 2º). Nos artigos 4º e 5º marcava 11 de Novembro de 1975 a data da proclamação da independência. O artigo 6º frisava o cessar-fogo geral. O artigo 7º «*após o cessar-fogo as forças armadas do FNLA, do MPLA e da UNITA ficarão nas regiões e nos locais correspondentes à sua posição presente*». O artigo 9º «*(...) considerava-se amnistiados todos os efeitos os actos patrióticos praticados no decurso da luta de libertação de Angola (...)*», esse nunca chegou a ser confirmada entre os movimentos que assediam a rivalidade entre eles.

O governo transitório seria presidido por um colégio presidencial, que seria constituído por três membros de cada movimento. «*Os ministros do governo de transição, nomeados em número igual pela FNLA, MPLA, UNITA e pelo Presidente da República Portuguesa(...)* (art. 20º)». Um Estado-Maior seria formado pelos comandantes das forças dos três ramos das forças portuguesas e dos três comandantes dos movimentos de libertação (art. 31º). «*As*

³⁸ Realizou-se em Novembro de 1974, em Mombaça, Quênia. O programa consistia na assinatura de um tratado de cooperação com a FNLA e o MPLA, que possibilitasse uma plataforma comum de negociações com o governo português.

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

forças armadas dos três movimentos de libertação serão integradas de forma paritária com o exército português numa força militar combinada, segundo a importância seguinte: 8000 para cada movimento e 2400 das forças armadas portuguesas (art. 32º)». Previa também a data das eleições, no artigo 40º « (...) no prazo de 9 meses a partir de 31 de Janeiro de 1975» e no artigo seguinte estabelecia que « as candidaturas para a assembleia constituinte serão submetidas exclusivamente pelos movimentos de libertação FNLA, MPLA e UNITA como únicos representantes legítimos do povo angolano³⁹».

O último capítulo concluía os acordos de maneira optimista, felicitando ambas as partes pelo acordo assinado. Estava assim levantado um outro problema, a exequibilidade do acordo, que como era lógico, dependia da boa-fé e da vontade política das várias partes que o subscreveram.

3.2.1 O Incumprimento do Alvor

As cláusulas apontadas no Alvor constituíam-se na mais importante via de descolonização. Outrossim, se realmente esse acordo fosse obedecido, talvez o rumo da história de Angola não seria tão dramático. As divergências entre os movimentos de libertação e a condição desfavorável do governo Português, seriam os principais obstáculos para o cumprimento desse acordo.

Como tal, a aproximação da independência proporcionou a competitividade entre os movimentos, que muito apressadamente foram ajustando os seus dispositivos.

O MPLA procurou antecipar-se aos seus oponentes, implantando-se em Luanda, nas principais estruturas administrativas, nos quadros das empresas, nos meios intelectuais, em confronto com os seus concorrentes, favoreceu o seu diálogo com os membros do MFA, que ao contrário, e apesar dos seus esforços, se viam sempre em enormes dificuldades para estabelecerem ligações com a UNITA e a FNLA. Assim, os movimentos lançaram uma ampla acção de recrutamento dos militantes angolanos, acabados de licenciar pelo exército português e dos elementos dos vários tipos de forças auxiliares que estavam em vias de ser dispensados. Isto revelou a deliberada preocupação de reforçarem os seus efectivos armados, sem terem em consideração os limites e as metodologias reguladas pelo texto aprovado no Alvor, para a constituição das forças militares mistas. Era o prenúncio da confrontação armada que começava a desenhar-se e a apresentar-se como inevitável (Pezarat Correia; 1991: 136).

A situação política de Portugal agrava-se, exactamente quando também a situação atingia um dos momentos mais dramáticos do pós-25 de Abril, com os acontecimentos do 11 de

³⁹ Ver anexo G - entrevista de Holden Roberto ao Diário de Notícias em 25. 04. 1999. Nessa entrevista o líder da FNLA confirma que o artigo 40º e 41º não passavam de mera letras, sem prática nem confirmação.

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

Março⁴⁰. Por isso, os responsáveis pelo poder em Portugal e as forças políticas continuavam exclusivamente envolvidos nos graves problemas internos e sem disponibilidade, para dedicar a Angola, toda a atenção que a complexidade da situação recomendava e os responsáveis locais reclamavam.

Na tentativa de minimizar a situação, o Quênia organizou a cimeira de Nakuru, procurando assinar um acordo entre os principais líderes dos movimentos. O acordo de Nakuru foi assinado a fim de possibilitar uma transferência pacífica de poderes, agendada para Novembro, mas os efeitos desta iniciativa foram escassos. A realidade pesava ao governo português, dado que o governo de transição de Angola, praticamente já não existia ou não se fazia sentir na prática, até porque os membros da FNLA e da UNITA tinham anunciado formalmente abandonar o acordo em 9 de Agosto (Macqueen; 1997: 225). Na sequência desses acontecimentos penosos no Acordo de Alvor, o Decreto-Lei nº 458/A-75, de 22 de Agosto de 1975, vem suspender parcialmente o acordo⁴¹. Dessa maneira, Portugal procurou manter a sua neutralidade mas, sem força suficiente para se impor, assegurar a tranquilidade e paz na ex-colónia, e as invasões de forças regulares de outros países, que estavam já em marcha. Imprevisivelmente, Angola não tardou a sofrer os efeitos da intervenção armada internacional, mergulhados no interesse territorial e no confronto da Guerra Fria. As forças armadas estrangeiras viriam a desempenhar um papel crescente naquilo que começou como um conflito puramente doméstico.

3.3 A GUERRA CIVIL E A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONFLITO

O equilíbrio das forças nacionalistas angolana, após o Acordo de Alvor, era algo notável. A FNLA, desde a sua génese, concentrou-se no Norte, “numericamente mas forte, com cerca de 21500 combatentes divididos entre bases norte de Angola e campos de exercícios no Zaire” (Macqueen; 1997: 215), com unidades de tipo convencional, inicia uma manobra para Sul cujo objectivo era a ocupação de Luanda.

“O MPLA, tinha cerca de 8000 efectivos, a maior parte no Leste de Angola, mas com um considerável corpo em Cabinda e em Luanda”(Macqueen; p.216). Segundo Pezarat Correia, o MPLA lançou a batalha de Luanda, com o objectivo de expulsar da capital os outros

⁴⁰ 11 de Março de 1975 - pronunciamento militar com base em unidades da força aérea e do exército da região centro do País, que teve expressão no ataque aéreo e cerco por tropas pára-quedistas ao Quartel do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS) e pretendia derrubar o poder vigente e entregá-lo ao General Spínola. O fracasso deste golpe, que pela primeira vez colocou, depois do 25 de Abril, militares contra militares, com as imagens transmitida pela TV em que soldados pára-quedista se queixavam de ter sido aldrabados pelos seus chefes, teve reflexos imediatos no agravamento da disciplina nos quartéis e deu lugar a uma nova aceleração do processo revolucionário, com a queda do III governo provisório e a criação do conselho da revolução, em substituição dos anteriores órgãos de cúpula do Estado: Junta de Salvação Nacional, Conselho de Estado e Comissão Coordenadora do Programa do MFA.

⁴¹ Sendo prezadas a independência do povo, a fixação da data da proclamação da independência em 11 de Novembro de 1975 e o reconhecimento dos três movimentos de libertação como únicos e legítimos representantes do povo angolano

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

movimentos. Desencadeou também ofensivas na faixa de Luanda a Malanje e estendeu-se até as Lundas, eliminando praticamente a presença da FNLA e da UNITA nos distritos do Cuanza Norte, Malanje, Lundas e Cabinda (Pezarat Correia; 1991: 143).

A UNITA fixou-se no planalto central, expulsando as forças da FNLA e do MPLA dos distritos do Huambo e Bié. «A UNITA tinha cerca de 6000 guerrilheiros, número que aumentara imenso depois do 25 de Abril» (Macqueen; 1997: 216). Cada um dos movimentos continuava a recrutar activamente homens para as suas fileiras, e estendiam a campanha ao longo de todas as zonas de Angola e internacionalmente.

Por todas essas razões, a Guerra Civil estava latente, uma vez que os movimentos fixavam-se em zonas influentes e preparavam a ofensiva contra as áreas que eram controladas pelos outros. A busca acirrada pela conquista do poder, constituía-se a base das investidas dos movimentos independentistas. Os interesses diferenciavam-se em muitos pontos, e as seitas ideológicas que os enraizava, determinava a separação e a destruição de um pelo outro na conquista do poder. Aquilo que viria a constituir-se novidade, e que deve ser considerado como o que verdadeiramente caracterizou a internacionalização do conflito angolano, foi a intervenção directa de forças regulares de países estrangeiros.

Nessas intervenções estrangeiras, começamos por analisar o contexto dos países fronteiriços a Angola. A posição do Zaire era preponderante no seu apoio à FNLA. Esse apoio baseava-se tanto no facto da etnia bacongo se encontrar de ambos os lados da fronteira, como na preferência na ideologia de Kinshasa pelo anticomunismo da FNLA. A posição da Zâmbia acabou por ser bipartida, pois tanto favorecia o MPLA como a UNITA, em ocasiões diferentes. O Congo Brazzaville, nominalmente de orientação marxista, apoiava o MPLA com o objectivo de ganhar um aliado ideológico na região. Relativamente pobre, não descartava a possibilidade de partilhar a riqueza mineral de Cabinda. Mais a Sul, a Namíbia, para além de garantir as suas possessões territoriais, alinhava-se à UNITA. Por seu lado a SWAPO atribuía meios e força a UNITA.

A divergência internacionalizava-se no seio dos países vizinhos, que embora mostrassem que discordavam da desunião partidária em Angola, continuavam a apoiar os seus aliados enquanto a Guerra Civil se intensificava.

A OUA, como Organização Internacional, nada podia fazer nesse instante, pelo que insistia que a responsabilidade de uma saída aceitável cabia a Portugal.

Segundo Macqueen, a potência regional africana, que dispunha de capacidade física para influenciar os acontecimentos, era a África do Sul. Os interesses da África do Sul em Angola eram numerosos e importantes. A prolongada guerra contra a SWAPO, na Namíbia, era uma das preocupações. Durante o regime colonial português, a Força Sul-Africana de Defesa (SADF) gozava de liberdade de acção na zona da fronteira de Angola com a Namíbia e, ocasionalmente, da participação do exército colonial em operações conjuntas. Um regime hostil em Luanda não só poria fim a esta vantagem, como provavelmente concederia

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

facilidades para a instalação de bases da SWAPO em território angolano. *“Inicialmente só a vitória da FNLA parecia corresponder aos objectivos da África do Sul. O MPLA estava claramente fora de causa, devido à sua doutrina marxista, enquanto a UNITA, com as suas afinidades étnicas com a SWAPO, associava-se a causa da Namíbia”* (Macqueen 1997: 229). Em Março de 1975, iniciavam as primeiras lutas entre MPLA e a FNLA que marcariam o início da Guerra Civil. Nesse instante, a diligência adoptada pelos líderes dos movimentos, foi reforçar os seus potenciais relativos de combate, com base em apoios que poderiam angariar do estrangeiro.

Assim, a FNLA, que beneficiava do apoio do Zaire de Mubutu, nessa altura intensificaria os seus apoios.

O alemão ocidental Franz Wilhelm Heimer diz que «Mubutu põe à disposição da FNLA vários batalhões de infantaria e paracomandos, assim como unidades blindadas e de artilharia, do exército zairense »(Heimer; 1980: 83). Portugal, ao aperceber-se dessa situação, procurou a diplomacia com a República do Zaire, o que não impediu que Mubutu prosseguisse a sua intervenção directa no conflito, em apoio da FNLA, que até se intensificaria. Esse incidente diplomático apenas mostrava a fragilidade da posição em que Portugal se encontrava. O grande empenhamento a favor da FNLA viria dos EUA, que forneciam fundos financeiros e equipamentos militares⁴².

Na descrição da operação «lafeature», que John Stockwell descreve, podemos perceber a intenção dos EUA em coordenar a acção conjunta dos apoios à FNLA e à UNITA, «De 3 a 9 de Agosto o lafeature tornou-se um completo programa de acção secreta. Os principais aliados, Mubutu, Holden Roberto, Savimbi e Kaunda (presidente da Zâmbia) tomaram da operação e a sua cooperação foi assegurada (...). Os presidentes do Zaire e da Zâmbia estavam envolvidos. Durante Setembro e Outubro, a CIA, com o apoio considerável do Governo dos EUA e seus gabinetes militares em todo o mundo, organizaram a controversa guerra a baixo custo (...). A 17 de Setembro, uma força de choque reforçada, composta por tropas zairenses, da FNLA e portuguesas, retomou o Caxito; em seguida iniciaram um avanço cauteloso em direcção à própria cidade de Luanda (...). A 2 de Novembro uma força de invasão conjunta desencadeou um ataque de 3 colunas contra os defensores do MPLA, que estavam reforçados por conselheiros cubanos. Eram acompanhados por meia dúzia de mercenários franceses (...). A solução mais pacífica para a CIA era colocar os seus próprios peritos paramilitares com os comandos da FNLA e da UNITA» (Stockwell; 1979: 91, 95, 170, 173, e 186)

Stockwell refere também o envolvimento de tropas portuguesas no apoio à FNLA. O Coronel Santos e Castro, que durante a guerra colonial comandara em Luanda o Centro de Instrução de Comandos e em 25 de Abril era Governador do distrito de Cuanza Norte, organizou uma coluna constituída por militares portugueses licenciados, que não eram, obviamente tropas

⁴² Ver anexo J – Total de Material entregue pelos EUA a FNLA e a UNITA.

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

regulares, a que chamou «comandos especiais» e actuaram juntamente com a FNLA no ataque a Luanda a partir do Norte. Santos e Castro chegou a ser mesmo o chefe do Estado-Maior do ELNA, através das suas acções e a influência exercidas a outros portugueses, levou com que fosse considerado mercenário, afastando-se aqui a hipótese da junção de Portugal à FNLA no combate ao Imperialismo Soviético, que se enraizava no MPLA (Pezarat Correia; 1991: 157). Foram mercenários portugueses, e segundo Stockwell baseavam-se na guerra a baixo custo, e apoiaram ambos os movimentos durante a batalha de Luanda⁴³.

Os Sul-Africanos também deram o seu apoio à FNLA, colocando no Ambriz, via aérea, um pelotão de artilharia pesada, para o apoio da coluna que, a partir do Caxito, desencadearia o pretense ataque final a Luanda (Ibidem).

As intervenções sul-africanas manifestaram-se em maior ênfase, a partir do Sul, em acções autónomas ou em apoio da UNITA.

«A UNITA» começou a beneficiar de uma ajuda americana importante e um apoio cada vez mais efectivo da parte da República da África do Sul. Oficiais e sub – oficiais do exército regular sul – africano assumiram as funções de instrutores e conselheiros junto à UNITA desde Setembro, e a sua presença foi decisiva para bloquear o avanço do MPLA em direcção ao Huambo (...) Mais tarde (...), tropas sul-africanas, incluindo uma unidade de carros blindados, foram transportadas para o planalto central por via aérea, para bloquear o outro avanço do MPLA, vindo do Norte (Heimer, 1980: 83).

Este movimento de tropas sul-africanas para o Norte, juntamente com a UNITA, o esquadrão Chipenda e alguns mercenários portugueses constituiu a operação de “savannah”⁴⁴, planeada pela África do Sul com a colaboração da CIA que, através da operação “iafeature”, coordenava essa operação com as forças do ELNA no norte (Pezarat Correia; 1991:159).

A intervenção sul-africana segundo Macqueen seria influenciada por dois autores Internacionais: os EUA e a França. Os EUA foram coniventes com a intervenção sul-africana e desejaram participar nela. A França procurava igualmente salvaguardar os seus próprios interesses económicos na região apoiando a aliança FNLA-UNITA (Macqueen; 1997: 232).

A URSS e a China, apareceriam no contexto da luta de libertação de Angola, contestando as intervenções dos ocidentais, na qual cada um defendia muito particularmente a sua ideologia.

A influência dos chineses começou a acentuar-se desde os meados dos anos 60. Inicialmente, essa presença fora mais visível na África Oriental, particularmente com a construção da linha de caminho-de-ferro entre a Zâmbia e a Tanzânia, mas foi-se alargando gradualmente para o Zaire e, finalmente, para Angola. O auxílio chinês, sob a forma de

⁴³ Ver reportagem de Grignon Dumoulin e Girard Raymond na qual constata-se o apoio de mercenários portugueses à FNLA e ao MPLA. Disponível em <http://www.ina.fr/politique/allocation-discours/video/CAA7501497601/angola.fr.html>, visto aos 13 de Maio de “2011 as 14H05”.

⁴⁴ A operação Savannah materializou-se através de duas colunas, a Foxbat, que partiu do planalto central para o norte, pelo interior, e a Zulo, que entrou em Angola, a partir da Namíbia, em 14 de Outubro e seguiu ao longo da costa tomando as varias cidades em poder do MPLA, Sá da Bandeira, Moçâmedes, e Benguela. O objectivo da operação era o assalto a Luanda a partir do sul, depois de garantir o controlo do território que iam deixando para trás.

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

armamento e instrutores militares, era destinado em primeiro lugar a Holden Roberto, mas estendia-se também, embora de forma mais modesta, a Savimbi. Os interesses da China acabavam por ser mais de ordem política do que económica, pelo que se exprimia mais no apoio a movimentos que se intitulavam anti-soviéticos. Uma facção do MPLA seria dividida sob essa influência chinesa, a facção de Chipenda, que posteriormente se juntaria à FNLA.

Para inverter a situação e contrapor as duas intervenções supracitadas, a URSS também intensificou o seu auxílio ao MPLA, como explica Macqueen: “*O Governo dos EUA calculou entre 100 e 200 milhões de dólares o auxílio militar da URSS ao MPLA, entre Março de 1975 e o fim do mesmo ano. Naquela verba incluíam-se os gastos com cerca de 170 conselheiros militares, carros blindados, aviões e o que se revelaria como a mais devastadora arma no terreno: o rocket de 122 mm*” (Macqueen, 1998: 235). Portanto, de muito maior significado, foram os apoios da URSS, tanto militares como políticos, que superavam os auxílios quer da China como os dos EUA.

A Guerra Civil alterou-se com a chegada de tropas cubanas a Angola. Em Outubro chegavam os primeiros militares cubanos, em apoio do MPLA, como afirma John Stockwell: “*No início de Outubro, o navio cubano Vietnam Hervice descarregava 700 soldados cubanos fardados, pertencentes ao exército regular, em Porto Amboim*” (Stockwell; 1979: 177).

As unidades cubanas foram imediatamente empenhadas na organização da defesa de Luanda com as tropas das FAPLA⁴⁵ e, com os efectivos do poder popular⁴⁶, muito numerosos mas deficientemente enquadrados, organizados, instruídos e armados. Instalaram-se a Norte na periferia imediata da cidade, na encosta sobre a baixa do Kifangondo, e a Sul, a cerca de 250 quilómetros da capital, na margem Norte do rio Queve. Há indícios de que alguns efectivos cubanos terão seguido directamente para Cabinda.

A situação era preocupante, principalmente com a aproximação do 11 de Novembro de 1975, data fixada para a proclamação da independência, intensificando-se a negação entres os movimentos, de um ou de outro, como dominante na estrutura do poder.

3.4 A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

“Na cimeira de Penina e Mombaça, Neto propôs o armamento da população negra, com o argumento de que esta gente necessitava de meios para se defender da agressão da população branca. Holden Roberto e Savimbi estiveram de acordo. (...) Neto quis armar o poder popular de uma forma legal, que se viria a impor não apenas contra a população branca, mas também contra a UNITA e contra a FNLA” (Valdemiro de Sousa; 1976:74).

⁴⁵ FAPLA – Forças Armadas Populares de libertação de Angola: Dispositivo armado do MPLA.

⁴⁶ Poder Popular é a população organizada em comités, bases e acções que cuja suas actividades juntavam-se na proliferação da luta nacionalista. Esse poder popular era favoráveis as forças do FAPLAS (estrutura militar do MPLA), sendo oponentes dos outros movimentos.

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

Essas palavras mostram que se aproximava para Angola o novo período de instabilidade, para além daquele que já era vivido. O MPLA procurou desenvolver uma política de poder popular totalitário, a curto, a médio, e a longo prazo, consentidas pela ingenuidade dos outros líderes. A violência tomou conta do território nacional, e oportunamente o MPLA expulsou os outros movimentos da capital, de modo a envergar o seu poder em Angola.

3.4.1 Da competição à confrontação

Segundo o escritor e historiador alemão, Franz Wilhelm Heimer, a iniciativa do ataque foi tomada pelo MPLA, que chegou á conclusão de que a sua hipótese de sobreviver consistia em procurar o confronto, antes de se estabelecer um novo desequilíbrio de forças a favor do seu adversário. A sua primeira meta foi alcançar algo que a FNLA possuía desde fins de 1974 – o controlo sobre uma área importante onde podia movimentar-se sem ser constantemente ameaçado, e de onde manteria os seus contactos e apoios logísticos exteriores.

Assim, em 9 de Julho de 1975, o MPLA lançou uma ofensiva, por meio das suas forças (FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) e da população apoiante ao movimento, ou o poder popular, contra as unidades da FNLA, em todo o território quimbundo, e no distrito da Lunda, a Leste de Angola. Bloqueou também as zonas da capital, Luanda, impedindo assim o avanço da FNLA que, desde fins de Julho, lançou uma contra-ofensiva, obrigando o MPLA a retroceder em algumas áreas, mas não conseguindo entrar em Luanda.

O MPLA procurou alargar as suas zonas em direcção a Sul, o que levou a um aumento de tensões com a UNITA. A intenção deste avanço do MPLA não foi somente de consolidar as suas próprias posições e de reduzir a influência da UNITA, mas também de levar este movimento a não alinhar-se à FNLA, muito embora isso não tivesse sido evitado. A UNITA em resposta, procurou impor-se no planalto central, assim como em todas as cidades maiores, ao longo do caminho-de-ferro de Benguela e mais ao Sul. Pouco depois, o MPLA reconquista essas áreas, deixando a UNITA e os seus aliados praticamente reduzidos, a Sul do Cuanza, conhecida como a fortaleza do planalto central. Os êxitos e a superioridade do MPLA evidenciavam os seus apoios por parte dos países soviéticos, e o fraco apoio que tanto a UNITA como a FNLA beneficiavam. Essa realidade terminou, quando as ajudas dos outros movimentos se intensificaram.

A FNLA passou a receber uma ajuda importante, em equipamento e conselheiros, da parte da CIA, e de outras organizações semelhantes. O Zaire também se dispôs nessa ajuda. Nas palavras ditas por Holden Roberto, durante uma entrevista ao jornal português Diário de Notícias, isso é evidente: *“A guerra começou em Fevereiro, o primeiro soldado que nós fizemos prisioneiro era do Congo – Brazzaville e mais tarde apanhamos guineenses, Descobrimos que eram forças coligadas, e então pedimos ao Zaire que deu-nos três*

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

batalhões de 1800 soldados. E em Maio de 1975 entrei com essas tropas em Angola, mas já havia uma coligação de forças estrangeiras que ajudavam o MPLA”.

A situação militar da UNITA mudou depois das ajudas externas da África do Sul se intensificarem e, alinou-se à FNLA permitindo aos mesmos levarem o recuo por parte dos avanços do MPLA.

O incremento das forças da coligação levaria o MPLA a aumentar os seus pedidos aos seus aliados nessa luta. A derrota ou a decaída do MPLA poderia se efectivar aquando dessa coligação. O historiador e escritor Garcia Marques revela que «o MPLA sobreviveu por razões políticas e não militares». Afinal, os países intervenientes da coligação haviam feito tudo para manter a operação secreta, devidos aos efeitos da opinião pública internacional sobre os envolvimento nos conflitos em Angola. E quando realmente o assunto comprometeu os EUA, o poder legislativo norte-americano, face às suspeitas que se levantaram, quanto as suas acções clandestinas, inteiramente assumidas pelo executivo e conscientes das consequências de uma possível ligação com a invasão da África do Sul, provocou a suspensão na operação.

Em detrimento dessa aflição vivida pelo MPLA, as forças cubanas seriam convidadas a acudir-nas. Garcia Marquez afirma também que, o primeiro contingente de 650 homens chegaria a Luanda a 8 de Novembro. Entretanto, o MPLA através desse incremento, conseguiria manter a posse da capital (Garcia Marquez; 1997: 128).

3.4.2 O centro do poder: Luanda

Aproximava-se o período de proclamação da independência e as preocupações do conjunto de forças em oposição – MPLA/cubanos, com o suporte da União Soviética, de um lado; FNLA/UNITA/Chipenda/comandos especiais/ Zaire/África do Sul, apoiados pelos EUA, do outro lado – era, logicamente, o controlo da capital, para que a partir dela declarassem a independência de Angola.

O relato do nosso brigadeiro Pezarat Correia, explica as grandes correrias da coligação para a ocupação da capital: *“Em 10 de Novembro, a conquista de Luanda pelas forças coligadas na operação “lafature” parecia inevitável. Era muito grande a desigualdades entre as forças, o conjunto MPLA/cubanos tinha de se confrontar com duas frentes distintas e a cidade estava já ao alcance da artilharia instalada a norte, em apoio do ataque pronto a ser desencadeado pela coluna da FNLA e seus aliados. A Sudeste, a coluna Zulu preparava-se para a travessia do rio Queva, depois de ter assegurado o domínio de todas as cidades costeiras até ao Cuanza (...) A coluna Foxbat, um pouco mais atrasada, detivera-se a meio caminho entre Nova Lisboa e Luanda, depois de ter assegurado o controlo da cidade de Nova Lisboa e do planalto central. Uma outra coluna UNITA/sul-africanos, marchara a leste, expulsara o MPLA*

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

da cidade do Luso e controlava o distrito de Moxico. Todo o caminho-de-ferro de Benguela estava assim sob o controlo da UNITA/sul-africanos” (Pezarat Coreia, 1991: 166).

As forças da coligação preparavam-se para lançar o ataque a Luanda em 10 de Novembro, para que a cidade estivesse na posse da coligação FNLA/UNITA, em 11 de Novembro. Mas as forças do MPLA/cubanos resistiriam a essas ofensivas, como se explica nos relatos de John Stockwell, responsável e testemunha presencial dos acontecimentos, que não hesita em narrar o fracasso da coligação: «Em 10 Novembro de 1975 (...) uma pequena força de 1500 homens no seu todo – a FNLA, o 7º e 4º batalhão zairenses e uma centena de comandos angolanos de ascendência portuguesa – movimentaram-se cautelosamente através do vale amplo e plano do Kifangondo. A coluna era apoiada no seu avanço por uma dúzia de pequenas viaturas blindadas, e metade dessa quantidade de canhões sem recuo 106 montados em jeeps. As 4 peças de artilharia sul-africanas de 14 cm foram instaladas na elevação situada na retaguarda e manejadas por homens de artilharia sul-africanos. Os 2 abuses 130 mm norte-coreanos foram colocados alguns quilómetros atrás (...) Os conselheiros da CIA e sul-africanos observavam o avanço da última coluna atrás do vale (...) Então os rockets cubanos de 122 mm começaram a cair no vale de Kifangondo (...) a força de choque (FNLA) desmantelava-se e fugia em pânico, espalhando-se pelo vale em todas as direcções, abandonando armas, veículos e também feridos (...) para a FNLA e zairenses, a guerra tinha chegado ao seu fim». A Sudeste, a coluna Zulo, um destacamento MPLA/cubanos conseguiram antecipar-se e destruir a ponte, detendo dessa forma, a coluna Zulo exactamente quando se preparava para a travessia (Stockwell; 1979: 229-231).

O MPLA conseguia assim manter a posse de Luanda em 11 de Novembro e a FNLA/UNITA falharam o seu objectivo de a conquistar naquela que seria conhecida a posterior como a Batalha de Luanda. A sorte dessa vitória é controversa. Por um lado, John Stockwell afirma que deu-se primeiro pelo facto do MPLA/cubanos terem compensado a desproporção de forças a Sul, antecipando-se na chegada ao rio Queve e procedendo à destruição da ponte, pondo ponto final na progressão da coluna Zulo. Esta antecipação foi possível porque a coluna Zulo foi retardada na sua progressão pelos combates que teve de travar pela tomada de Benguela. Segundo, a precisão de meia dúzia de rockets cubanos ter sido suficiente para destroçar a coluna Norte, que afinal se revelou demasiado frágil, provavelmente pela sua heterogeneidade deficiente articulação e nula coesão. Urbano Chassanha, um antigo guerrilheiro da UNITA põe em causa essas afirmações, “*é que Waco-Kungo, ex-cela, era na altura controlado pela UNITA e, conseqüentemente, a outra ponte do rio Queve. As forças sul-africanas retiraram por imposição da OUA, depois de uma comissão daquela organização ter visitado Angola, e não porque não conseguiram saltar a ponte (...)*”, reconhecendo dessa forma que a ponte não era o único ponto de acesso a Luanda (Chassanha, Urbano. 1999: 37).

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

Contudo, não é nossa intenção abordar pormenorizadamente essa batalha. O que interessa é o facto de que, por intermédio dessa batalha, o MPLA conservou as suas posições no interior de Luanda e impediu a entrada da FNLA e da UNITA. Assim sendo, como único movimento instalado no interior da capital, este proclamaria o governo da República Popular de Angola.

3.4.3 A Independência

A aproximação de 11 de Novembro caracteriza-se por ser um período onde estavam irremediavelmente ultrapassadas as condições que permitissem a transferência do poder nos termos acordados no Alvor, “o *Presidente da República Portuguesa multiplicou os seus contactos com as diversas instâncias do Estado, no sentido de definir a atitude a assumir por Portugal, que corresponda às coordenadas políticas existentes mas se apoie em fundamentos de natureza jurídica*” (Pezarat Correia; 1991: 170).

As hipóteses da transferência do poder eram: Hipótese A – proclamação da independência sem reconhecimento de governo, limitando-se o Estado português a proclamar solenemente a independência de Angola e sua plena soberania radicada no povo angolano a quem pertence decidir das formas do exercício; Hipótese B – proclamação da independência com reconhecimento do governo constituído em Luanda, seja ou não anunciada a formação de outros governos; Hipótese C – proclamação da independência com reconhecimento de um governo de unidade nacional assegurado pelos três movimentos. Essas hipóteses foram seriamente debatidas numa reunião do Conselho de Ministros, que acabou por consenso em torno da Hipótese A, apresentada pelo Ministro da Cooperação, isto é, o Presidente da República deveria proclamar a independência do Estado de Angola, transferindo a soberania para o povo angolano.

“Foi esta a declaração que, no dia 10 de Novembro de 1975, no salão nobre do Palácio do Governo, perante muitas dezenas de jornalistas, portugueses, angolanos e estrangeiros, o alto-comissário leu, em nome do presidente da República Portuguesa (...). À meia-noite de 10 para 11 de Novembro de 1975, o alto-comissário, os seus colaboradores e os últimos contingentes militares portugueses arriavam pela última vez a bandeira portuguesa e deixavam Angola, embarcando na base Naval da ilha de Luanda” (Pezarat Correia; 1991: 171).

Terminava assim o período de descolonização portuguesa, e lançava-se o período em que os movimentos de libertação revalidariam efectivamente o poder. Entretanto, se Portugal tivesse decidido controlar o processo de descolonização, naturalmente teria adiada a data da independência. A verdade é que o governo português estava decidido a abandonar Angola, utilizando a data da independência como mudança e retirada das suas tropas. O que ficou certo, nessa fase final da descolonização portuguesa, foi o seu fracasso em contornar a

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

situação da ex-colónia, e “lavando as mãos” da situação, deixou a resolução dos problemas na mão dos nacionalistas angolanos.

Assim, no dia 11 de Novembro, o MPLA proclamou a República Popular de Angola e a FNLA e a UNITA, em conjunto, a República Democrática de Angola. Constituíram-se dois governos paralelos, o primeiro em Luanda, o segundo no Huambo. O governo de Luanda foi imediatamente reconhecido por um significativo número de países, progressiva e rapidamente ampliando em todos os continentes. O governo anunciado no Huambo nunca foi internacionalmente reconhecido por um único país. As desavenças entre os líderes da UNITA e da FNLA fizeram com que o governo proclamado por ambos desaparecesse em tão pouco tempo. Jonas Savimbi confirma o seu desinteresse nas seguintes palavras: «(...) A UNITA não cooperou com o governo da República Democrática porque isso não nos interessava (...) não acreditando na viabilidade do referido Governo, não fizemos o menor esforço para que ele fosse reconhecido (...)»⁴⁷.

O MPLA vivia de superioridade nessa altura, enquanto os seus oponentes procuravam derrubar essa superioridade, ou pelo menos criar um governo tripartidário. Na verdade, essa associação ameaçava o poderio do MPLA, que por essa altura fixava o comunismo. Assim, dada a ameaça que poderia vir a por em causa a sobrevivência do MPLA, os seus aliados externos aumentaram o seu apoio, pois afinal havia mas motivações para o fazer. Antes da independência, foram as chegadas das tropas cubanas e, imediatamente após incluiu equipamento pesado soviético, acompanhado por um certo número de conselheiros militares e técnicos. Em consequência disso, nos inícios de Dezembro, o MPLA lançou uma ofensiva contra a FNLA, ocupando quase todos os pontos importantes no Norte do país. Estas conquistas territoriais foram de importância vital para o seu reconhecimento oficial.

A situação parecia controlada, ao Sul do rio Queve, mas a situação militar, no seu total, pouco mudara, desde a segunda metade de Dezembro, exceptuando os conflitos repetidos entre a FNLA e a UNITA. Na segunda metade de Janeiro, o MPLA lançou uma ofensiva em direcção ao Sul, com recursos humanos e materiais consideráveis, forçando a UNITA e seus aliados a uma retirada acelerada. Assim, até ao começo de Abril, o MPLA e os seus aliados, haviam ocupado o centro e o sul do país, sem encontrar resistência séria. Deste modo, o governo de Luanda estabeleceu o seu controlo administrativo na maior parte dos postos-chaves da sociedade, e obtivera o reconhecimento diplomático da maioria dos países, como foi o caso dos países europeus, em Fevereiro de 1976, o reconhecimento da França, Inglaterra e posteriormente Portugal, assumindo desse jeito a aceitação de um governo único, ou seja monopartidarista. A FNLA e a UNITA, por contestarem esse poderio do MPLA, lançariam várias ofensivas, alegando por essa altura, o combate ao comunismo em Angola. Particularmente, a UNITA, através de apoios que viria a adquirir pós 1975, viria a constituir-se

⁴⁷ Angola, a resistência em busca de uma nova Nação, pp. 60 e 63.

CAPÍTULO III – O PERÍODO DE TRANSIÇÃO E O INÍCIO DA GUERRA CIVIL

em movimento revolucionário, e fazia frente ao MPLA até Abril de 2002, período em que terminou a Guerra Civil em Angola, com a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, procurou compreender o processo de independência de Angola, tendo em especial atenção os movimentos independentistas, FNLA, MPLA e UNITA. Assim sendo, estudamos o período da luta de libertação de Angola e procuramos perceber os factores que propulsionaram o início da Guerra Civil.

Para a realização do mesmo, encontrámos vários inconvenientes, que impuseram-se na concretização do nosso trabalho. Dos quais, destaca-se o período de tensão que se vivia em Angola, entre Fevereiro à Março de 2011, período em que me desloquei a Angola, a fim de realizar entrevistas a personagens intervenientes na luta de libertação. Como tal, baseamos na bibliografia existente, arquivos históricos, monografias, reportagens antigas e depoimentos relatados por autores conceituados.

As maiores dificuldades que sentimos na realização do mesmo, foram: primeiro, pelo facto da realização desse trabalho ser em Lisboa, e não em Luanda, uma vez que as verdadeiras fontes orais vivem em Angola; segundo, a consideração desse trabalho exigiu da nossa parte a imparcialidade, tanto no que diz respeito aos movimentos, como no que diz respeito ao quadro entre nacionalistas angolanos e Portugal; e por último, o tempo dedicado para a realização do mesmo limitou a investigação.

Assim sendo, no enquadramento geral deste trabalho, falamos de três pontos diferentes, mas interligados: «a emancipação do nacionalismo angolano; a luta armada; e por ultimo o período de transição e o início da Guerra Civil».

O primeiro capítulo, destaca-se a ascensão do nacionalismo angolano, resultante de um conjunto de factores, internos e externos, que se antecedem as lutas de libertação.

Dos factores internos, interessa anunciar os seguintes:

- A revolta da população nativa, fruto do descontentamento dos maus tratos e da imposição do governo português.
- A diferença racial, que determinava o explorador do explorado.
- As intervenções religiosas, nomeadamente a protestante.
- A formação dos indígenas, segundo uma politica de assimilados, serviram de aspirações para o nacionalismo angolano.
- A recusa dos brancos e mestiços nativos por parte do governo português.

A nível externo, consideramos os seguintes factores:

- As influências dos países africanos independentes.
- As intervenções da OUA e da ONU, que para além da forte pressão que exerciam sobre Portugal, também disponibilizavam apoio aos movimentos.
- O posicionamento das superpotências no âmbito das disputas ideológicas.

CONCLUSÃO

A obstinação de Portugal face aos ventos de mudanças em África era evidente na repressão exercida nas colónias. E como era verídico, dificilmente os nacionalistas poderiam prejudicar o Estado colonial, que era capaz de montar rapidamente recursos repressivos maciços. Qualquer manifestação de protesto era sujeita a uma violenta repressão. Face a essas dificuldades, os nacionalistas procuraram constituir-se a partir do exterior, por países que lhes eram simpáticos.

Após tentativas de negociações propostas pelos movimentos de libertação e pela OUA ao governo português, a luta armada constituía-se como único meio de acabar com a colonização, o que analisando actualmente, seria desnecessário por parte de Portugal, afinal as vantagens eram ambas: Angola não teria mergulhado nessa guerra demorada, e Portugal não despenderia tantos meios de maneira desnecessária.

Impreterivelmente, as superpotências seriam convidadas a intervir. Sendo, os EUA do lado da FNLA e a URSS do MPLA, dividiriam os movimentos segundo um padrão de ideologia, facto que contribuiu enormemente para a desunião dos mesmos.

Analisando o grau de influência, verificamos que a URSS e os EUA desempenharam grande influência na luta de libertação de Angola. Relembramos que, nesse parâmetro os pontos frisavam aqueles países que prestavam apoios na formação e estrutura política do movimento, apoio logísticos e financeiros, apoios com armamento e forças, e aqueles que tivessem projectos e ambições com o movimento nos após independência. A Cuba, Zaire e a África do Sul enquadravam-se na Média influência, pelos que os seus apoios foram influenciados pelas superpotências. A China sob esses critérios, leva-nos à duvida sobre como enquadra-lo, pois as suas ajudas sempre tiveram carris político, do que propriamente o engajamento na luta de libertação Angolana. E sobre esse enquadramento da China, só com um estudo mais aprofundado podemos saber a sua classificação nesses parâmetros.

Nos que concerne a influência pacífica, verificamos que não se enquadram nenhum país nesse parâmetro, dado que somente organizações particulares podiam preencher tais requisitos (p.e. os mercenários).

Estava assim criada duas grandes correntes na luta de libertação, de modo que a junção entre os movimentos era algo impossível.

No segundo capítulo foram elucidados os embates entre os movimentos, decorrente das suas acções como forma de eliminar o colonialismo. Os embates entre os movimentos tornavam verídico o seguinte:

- O carácter ideológico que os cegava; por onde se opunham dois blocos, o comunista e o capitalista.
- A liderança na luta de libertação, acirrada pelas acções da OUA, que agia como juiz na luta de libertação angolana, determinando quem ocuparia a liderança na luta, e essa liderança intensificava o conflito e a rivalidade entre os movimentos, que tudo faziam para

CONCLUSÃO

impedir a evolução nacionalista do outro movimento. Um bom exemplo desses conflitos, foram os acontecimentos no norte de Angola, entre a FNLA e o MPLA.

- A disputa de zonas de interesse culminava em conflito armado entre os movimentos. Assim sendo, porque os movimentos ocuparam zonas de interesses e impediam o avanço de outras forças? Nos seus Programas políticos a abordagem de sociedade referia-se a toda Angola, mas a verdade é que durante a luta procuravam estabelecer em zonas com Maior número populacional, zonas ricas e posteriormente em Luanda, o que significaria poder para os mesmos. A justificação do primeiro ponto interliga-se com a liderança na luta, acirrada pela OUA como dissemos anteriormente. Com respeito as zonas ricas em recursos naturais, Cabinda e Lunda, aqui muito analiticamente demonstravam a intenção dos outros intervenientes na luta de libertação, ou seja, para que após a independência estivesse no controlo dos seus aliados.

Luanda era a capital, e como tal não á duvidas sobre a sua ocupação. Significava poder, controlo e superioridade em relação aos outros conducentes. Portanto, na fase de transição as forças intervenientes intensificaram os seus apoios, muito embora a ideia da transferência de poder por parte do governo português aos movimentos pareceu ter acirrado essa corrida, mas a verdade seria outra. E como prova disso foi o governo da República Democrática de Angola, anunciada no Huambo, por não ter essa componente (a capital) na sua posse acabou por ser irreconhecível.

- A incompatibilidade entre os dirigentes dos movimentos, também nunca permitiu a unificação. Normalmente, os líderes são diferentes e abordam a conquista dos objectivos de maneira diferente, mais no caso da luta de libertação angolana, os líderes eram incompatíveis na sua natureza étnica e tribal, nas suas habilitações, nos apoios e nas forças que dirigiam. Em Angola existe uma diversidade se etnias, sendo que o MPLA embora tivesse especial aceitação na etnia mbundo, era o movimento que contava com apoios em etnias mais diversificadas e principalmente era o único que tinham implantação nos principais centros urbanos e na faixa costeira, meio mais influenciado pela cultura ocidental. Daqui o apoio exclusivo que contava nas camadas intelectuais e entre grupos significativos de mestiços e brancos. A FNLA estava implantada na etnia bacongo do norte de Angola, e a UNITA no grupo ovimbundo, no planalto central.

Em detrimento dessas razões, era difícil a unificação dos movimentos de libertação, que a medida que se desenvolviam militarmente, mais divergentes tornavam-se na luta de libertação. Situação que Portugal soube aproveitar muito bem, e quando conveniente, alinou-se a UNITA, como forma de destruir as acções da FNLA e do MPLA. Contudo, essa unificação era possível. Relembramos a influência que teve os EUA aquando da criação da coligação entre a FNLA e a UNITA, que apesar de serem líderes incompatíveis e com divergências internacionalmente reconhecidas, acabaram por trabalhar juntos para um objectivo comum, a destruição do MPLA e do comunismo em Angola. Assim sendo, a

CONCLUSÃO

unificação seria possível se as intervenções internacionais primassem ou facilitassem a mesma, em vez de particularmente buscarem os seus próprios interesses.

O último capítulo descreve o período de transição, ou seja, o período em que finalmente Portugal sede a oposição, e procura uma maneira melhor de descolonização. Como vimos, essa atitude só foi possível devido a revolta militar que deu-se em Portugal, no entanto, fruto das consequências que daí resultaram na estrutura política portuguesa e das pressões que decorriam tanto a nível internacional como a nível dos partidos de libertação, Portugal foi obrigado a ceder. Afinal e como constatamos, não seria a melhor hora para a descolonização.

A descolonização de Angola seria empírica, inventada, sem nenhum planeamento prévio, e ajustada a situação que Portugal encontrava-se. Condições que constituíram aquilo que Pezarat Correia designou, como «os parâmetros da descolonização portuguesa», que formaram-se como condicionantes ao processo de descolonização. Dentre eles, interessa anunciar:

- Os treze anos de guerra colonial, travados em três frentes, produto da intransigência do Estado português, hermético a qualquer possibilidade de solução política e para o qual era preferível a «Guerra Colonial» do que uma abertura negociável.
- O Isolamento internacional do Estado português, quer em instâncias interestaduais e nomeadamente nas Nações Unidas, quer nas relações diplomáticas bilaterais, sendo cada vez mais reduzido o número de países onde eram acolhidas as “teses” portuguesas e cada vez maior o daqueles que apoiavam os movimentos de libertação. Portugal era, no ponto de vista da comunidade internacional, associado a dois países alvos de condenação generalizada, África do Sul e Rodésia, por virtude as suas políticas de apartheid, e que eram, na realidade, os únicos que abertamente apoiavam Portugal, ainda que, a partir de 1968, com alguma cobertura camuflada dos Estados Unidos;
- Crise económica internacional, provocada pelo choque petrolífero de 1973, que iniciava um período de recessão que iria prolongar-se e que em Portugal vinha agravar as difíceis condições internas resultantes do esforço político de guerra;
- Rotura do sistema político, provocado por uma revolução que tivera como uma das principais motivações o fim da guerra colonial e a opção por uma resolução política para o conflito com as colónias;
- Estrutura militar desgastada pela guerra colonial;
- Interferências estrangeiras em apoio dos movimentos de libertação, que se intensificavam quando aproximava-se o período da independência de Angola.

Assim sendo, foi sobre esse quadro que Portugal iniciou a fase de transferência do poder, e como era verídico, não poderíamos esperar uma descolonização perfeita, mas sim aquela que se podia, condicionada por inúmeros factores já abordados. Conciliantemente, o reconhecimento do povo em detrimento dos movimentos de libertação foi a maneira que Portugal achou para que diante dos actores envolvidos na guerra pudesse mostrar a sua

CONCLUSÃO

imparcialidade. Se perguntamos, foi bem gerida? Claramente não. Mas que outras opções Portugal poderia ter diante dos acontecimentos que se desenrolavam?

Terminado o período de descolonização de Angola por parte de Portugal, os movimentos revalidaram a conquista do poder. Assim, as forças MPLA/Cuba apoiados pela URSS foram melhor sucedidas, proporcionando, desse modo, o destacamento do MPLA em detrimento dos outros movimentos.

Os apoios fornecidos a FNLA e a UNITA foram sempre muito cautelosos, devido a repercussão na Comunidade Internacional. Assim, sob forte pressão da ONU, os EUA paralisaram temporariamente os seus apoios, conseqüentemente, a África do Sul e o Zaire sob fortes pressões da OUA e a saída temporária dos EUA nessa luta, acabaram por desistir do seu empenhamento. Facto que ficou marcado na Batalha de Luanda, por onde o MPLA em enormes vantagens, acabou por vencer os seus oponentes na fase da proclamação da independência. Essa vitória ascenderia ainda mais a revolta dos movimentos de libertação, pelo que nos anos seguintes intensificariam os seus meios sob a forma de contestação ao comunismo. Assim renasceria a Guerra Civil, e todas as divergências demonstradas durante a fase de libertação seriam provadas nessa guerra, que só veio a terminar em 2002, com a morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

Em síntese, os factores que decorrentes da luta de libertação destacam-se como propulsor ao início da Guerra Civil, foram:

- As influências externas e internas que proporcionaram a emancipação do nacionalismo angolano;
- A disputa pela liderança na luta de libertação e a projecção internacional;
- As orientações ideológicas, com forte influência internacional, não permitindo a unificação dos movimentos na luta em nenhum momento;
- A incompatibilidade dos líderes dos movimentos de libertação, evidenciada entre a sua natureza étnica, formação e orientação ideológicas;
- A má gestão do processo de descolonização por parte do governo português, por falta de meios e forças.
- O destaque do MPLA sobre a FNLA e a UNITA, que veriam posteriormente a contestar esta posição.

Para concluirmos, é importante frisar que fruto das dificuldades sentidas durante a realização do trabalho e das delimitações do tema que nos propusemos a investigar, não abordamos dois pontos interessantes que são susceptíveis de investigações posteriores:

- A abordagem do mesmo tema sob o ponto de vista dos colonizadores e das intervenções internacionais;
- A Batalha de Luanda.
- Grau de influência dos países com envolvimento na luta de libertação

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primarias

Documentos:

- FNLA; Preambulo, Estatutos e organizações de 2009.
- Boletim do Acordo de Alvor, Janeiro de 1975.
- Textos e documentos do MPLA sobre a Revolução Angolana; Maria da Fonte, 1974, Lisboa
- O Colonialismo Português é julgado pela primeira vez – Arquivo PIDE, delegação de Angola, Processo 11.12-A, fl 722.
- Cartas das Nações Unidas; Apud J. Fernandes, Relações internacionais: Factos, teorias e organizações, 1ª ed, Lisboa, Presença, Anexo I, pp. 397-428
- A Política Externa do Estado Novo: O Ultramar e a ONU; Uma Doutrina Histórica-jurídica (1955-68). Fernando Martins; Departamento de História da Universidade de Évora
- Documentos e comentários para a história do MPLA até Fevereiro de 1961, com prefácio à edição Portuguesa. Lúcio Lara, Lisboa, Dom Quixote, 2000.
- Diário de Noticias, Entrevista a Holden Roberto aos 24-04-1999.

Vídeos:

- Entrevista à Jonas Savimbi em 1975 ao Canal TV França 1, sobre o acordo de alvor, disponível em <http://www.ina.fr/histoire-et-conflits/autres-conflits/video/I00017364/itw-jonas-savimbi-leader-de-l-unita.fr.html>, visto aos 23 de Maio de 2011 as 22H02.
- Entrevista à Agostinho Neto em 1975 ao cana TV França 1, sobre o acordo de alvor, disponível em <http://www.ina.fr/histoire-et-conflits/autres-conflits/video/I00017363/itw-agostinho-neto-leader-du-mpla.fr.html>, visto aos 23 de Maio de 2011 as 22H05.
- Entrevista à Holden Roberto em 1975 ao Canal TV França 1, sobre o acordo de alvor, disponível em <http://www.ina.fr/histoire-et-conflits/autres-conflits/video/I00017362/itw-holden-roberto-leader-du-fnla.fr.html>, visto aos 23 de Maio de 2011 as 22H14.
- Reportagem de Grignon Dumoulin, Jacques (6/11/1975) Apoio de Forças Portuguesas à FNLA, in Canal TV França 1, disponível em <http://www.ina.fr/politique/allocutions-discours/video/CAA7501497601/angola.fr.html>, visto aos 13 de Maio de “2011 as 14H05.
- Reportagem de Girard, Raymond (17/07/1975). Apoio de Forças Portuguesas ao MPLA, in Canal TV ITH, disponível em <http://www.ina.fr/histoire-et-conflits/autres->

conflits/video/CAA7500632201/dossier-angola-no-4.fr.html, visto em 23 de Maio de 2011 as 23H00.

- Reportagem de Deflandre, Claude e Berger, Yves Guy (7/02/1965). Guerra Colonial Angola em 1965 na opinião da população portuguesa, disponível em: <http://www.ina.fr/economie-et-societe/education-et-enseignement/video/CAF93012719/vue-des-deux-camps-l-angola.fr.html>, visto aos 23 de Maio de 2011, as 0H29.
- Reportagem da RTP, sobre as autênticas causas da guerra ultramarina de 1961-1974 em Angola e Moçambique, disponível em: <Http://www.dalealplay.com/informaciondecontenido.php?con=130550>, visto aos 23 de Maio de 2011, as 00h48.
- Reportagem sobre a CIA e a revolução em Angola, disponíveis em: <http://www.youtube.com/watch?v=c35COXObeo8&feature=related>; http://www.youtube.com/watch?v=dW8_cXOG7wl&feature=related;

Fontes Secundarias

Academia Militar, (2008), *Orientações para Redacção de Trabalhos*. Lisboa.

Afonso, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos (2000). A Guerra colonial, Editorial Notícias, Lisboa.

António, Pires Nunes (2010). “A Guerra em Angola”, in Vários, Revista A Academia Militar e a Guerra de África, Prefácio, Lisboa.

Antunes, José Freire (1990). O Factor Africano, Bertrand, Lisboa.

Aron, Raymond (2007). Political reason in the age of ideology, Editors, New Jersey.

Bittencourt, Marcelo (2008). «Estamos Juntos!» O MPLA e a Luta Anticolonial 1961-1974. Volumes I e II, Kilombelombe, Luanda.

Brittain, Victoria e Pepetela (1999). Morte da dignidade: a guerra civil em Angola, Dom Quixote, Lisboa.

Carvalho, J. M. (1976). O MPLA na destruição de Angola, edição do autor, Lisboa.

Carvalho, Nogueira e (2004). Era tempo de morrer em África: Angola, guerra e descolonização (1961-1975), Prefácio, Lisboa.

Cunha, Mateus Souza da (2005). Monografia: O processo de independência da Angola: projectos conflituantes, Porto Alegre, disponível em <http://www.fapa.com.br/monographia>.

CECA (EME) (1988). Resenha Histórica das campanhas de África 1961-1974. Aspectos de Actividades Operacionais, Volume I, II e VI, Lisboa.

Correia, Pezarat (1991). Descolonização de Angola: A jóia da coroa do império português, Inquérito, Lisboa.

Chassanha, Urbano (1999). Angola: Onde os guerreiros não dormem, Quod, Lisboa.

- Davezies**, Robert (1965). Les Angolais, Éditions de Minuit, Paris.
- Ferro**, Marc (1996). Historia das descolonizações. Das conquistas às independências - séculos XIII a XX, campanha de letras, São Paulo.
- Filomena**, César Luciano e Cheron, Cibele. III Seminário Internacional Organizações e sociedades: Inovações e transformações contemporâneas. Do antagonismo ao extremo – Luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola. Porto Alegre, 11 a 14 de Novembro de 2008.
- Freitas**, Amadeu José de (1975). O longo caminho da liberdade, Morais editores, Lisboa.
- General Ribeiro**, Gonçalves (2002). A vertigem da descolonização - Da agonia do êxodo à cidadania plena.
- General Cardoso**, Silva (2000). Angola: Anatomia de uma tragédia., oficina do livro, Lisboa.
- Heimer**, Franz Wilhelm (1980). O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976, A Regra do jogo, Lisboa.
- Jorge**, Manuel (1998). Para compreender Angola: da política à economia, Dom Quixote, Lisboa.
- Lecoff**, Georges (1977). Angola: Independência envenenada, Flecha, Lisboa.
- Lores**, Manuel Fr'ometa. Monografia: Guerra civil em Angola (1976-1991). Efeitos e considerações. Janeiro de 2002.
- Macqueen**, Norrie (1997). A descolonização da África Portuguesa – A revolução metropolitana e a dissolução do império, Inquérito, Mem Martins (Portugal).
- QUIVY**, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan (2008). Manual de investigação em ciências sociais, Gradiva, Lisboa.
- Ribeiro**, Orlando (1981). A Descolonização de Angola e o seu Fracasso, Estudos Portugueses, Lisboa.
- Rosa**, João (1980). O desafio de Savimbi, agência de revistas portuguesa, Lisboa.
- Rocha**, Edmundo (2009). Angola: Contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano – 1950 a 1964 – Testemunhos e Estudos Documental.
- Santos**, Fernando Barciela (1975). Angola: Na hora da dramática da descolonização, Prelo, Lisboa.
- Savimbi**, Jonas (1979). Angola: A resistência em busca de uma nova nação, A.P.R, Lisboa.
- Savimbi**, Jonas (1986). Angola: Por um futuro melhor, Nova Nordiga, Lisboa.
- Sousa**, Julião Soares (2006). MPLA: Da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968), in Revista Latitudes, Nº 28, Dezembro de 2006, pp 11-16.
- Sousa**, Valdemiro (1976). Angola: A guerra e o Crime, Formação, Lisboa.
- Stockwell**, John (1979). A CIA contra Angola, Ulmeiro, Lisboa.
- WHEELER**, Douglas e PÉLISSIER, René (2009). História de Angola, Tinta-da-china, Lisboa

Sites Consultados:

[Http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/past-present.php](http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/past-present.php); consultado em 23 Março 2010

[Http://www.angola.org/referenc/history/tour12.html](http://www.angola.org/referenc/history/tour12.html); consultado em 10 Março 2010

[Http://www.eisa.org.za/WEP/angrecovery.htm](http://www.eisa.org.za/WEP/angrecovery.htm) consultado em 10 Março 2010

[Http://www.historyworld.net/wrldhis/plaintexthistories.asp?Historyid=ad33](http://www.historyworld.net/wrldhis/plaintexthistories.asp?Historyid=ad33), consultado em 10 Março 2010

[Http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/past-present.php](http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/past-present.php), consultado em 10 Março 2010.

[Http://www.historyworld.net/wrldhis/plaintexthistories.asp?Historyid=ad33#ixzz0j2hta2ma](http://www.historyworld.net/wrldhis/plaintexthistories.asp?Historyid=ad33#ixzz0j2hta2ma), consultado em 14 Março 2010

[Http://www.triplov.com/miguel_garcia/tipologias_de_guerra/tipologias.htm](http://www.triplov.com/miguel_garcia/tipologias_de_guerra/tipologias.htm), consultado em 7 Junho de 2010.

[Http://historiaeciencia.weblog.com.pt/arquivo/034565.html](http://historiaeciencia.weblog.com.pt/arquivo/034565.html), consultado em 30 de Junho de 2010.

[Http://www.ovimbundu.org/Ciencias-Politic/Ciencias-Politic/O-movimento-de-descolonizacao-em-Angola-e-guerra-fria.html](http://www.ovimbundu.org/Ciencias-Politic/Ciencias-Politic/O-movimento-de-descolonizacao-em-Angola-e-guerra-fria.html) aos 9 de Maio de 2011 as 14:28

[Http://descolonizacaodeangola-1975.blogspot.com/](http://descolonizacaodeangola-1975.blogspot.com/) consultado em 23 de Maio de 2011 as 20h00

Benemelis, Juan (2010). Angola: Operação Carlota Internet: <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/carlota.htm>, consultado em 23 de Maio de 2011 as 20h45.

[Http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/carlota.htm](http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/carlota.htm), consultado em 23 de Maio de 2011 as 21h37.

[Http://www.a-patria.com/products/batalha%20de%20kifangondo%3A%20%22a%20fnla%20so%20n%C3%A3o%20consseguiu%20entrar%20em%20luanda%20devido%20a%20teimosia%20de%20holden%20roberto%22%20-%20jorge%20risquet/](http://www.a-patria.com/products/batalha%20de%20kifangondo%3A%20%22a%20fnla%20so%20n%C3%A3o%20consseguiu%20entrar%20em%20luanda%20devido%20a%20teimosia%20de%20holden%20roberto%22%20-%20jorge%20risquet/), consultado em 24 de Maio de 2011 as 17H43.

[Http://senadonews.blogspot.com/2005/08/batalha-de-luanda-uma-histria-mal.htm](http://senadonews.blogspot.com/2005/08/batalha-de-luanda-uma-histria-mal.htm), consultado em 24 de Maio de 2011 as 17H50.

[Http://pissarro.home.sapo.pt/memorias0.htm](http://pissarro.home.sapo.pt/memorias0.htm), consultado em 24 de Maio de 2011 as 18h30.

[Http://visiteangola.com/lutalibertacao.htm](http://visiteangola.com/lutalibertacao.htm), consultado em 24 de Maio de 2011 as 19h00.

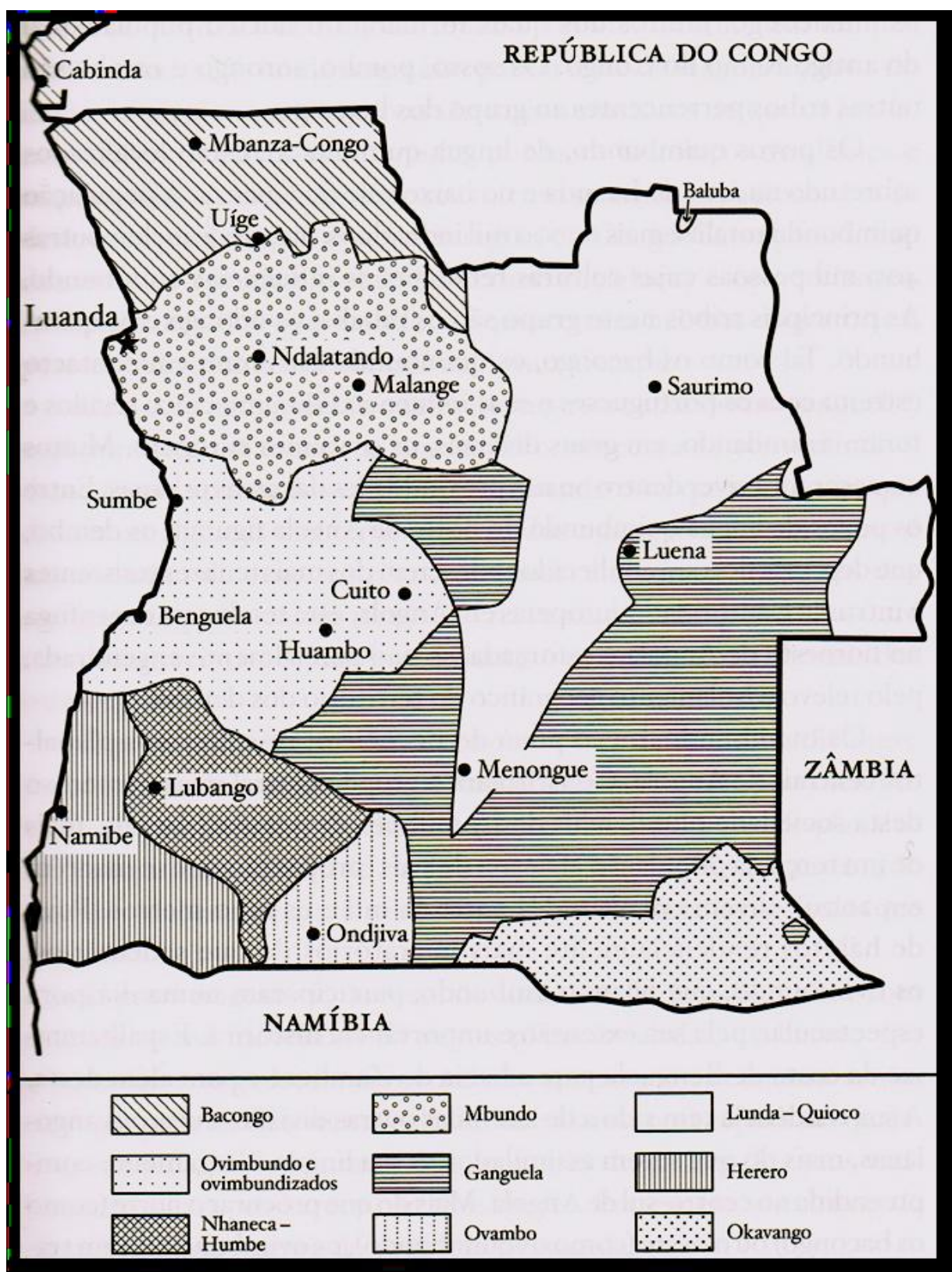
ANEXOS

ANEXO A – PAÍSES AFRICANOS POR DATA DE INDEPENDÊNCIA

País	Data de independência	Antiga metrópole
Argélia	3 de Julho de 1962	França
Angola	11 de Novembro de 1975	Portugal
Benim	1 de Agosto de 1960	França
Botsuana	30 de Setembro de 1966	Reino Unido
Burkina Faso	5 de Agosto de 1960	França
Burundi	1 de Julho de 1962	Bélgica
Camarões	1 de Janeiro de 1960	França
Cabo verde	5 de Julho de 1975	Portugal
República Centro Africana	13 de Agosto de 1958	França
Chade	11 de Agosto de 1960	França
Comores	6 de Julho de 1975	França
República Democrática do Congo	30 de Julho de 1960	Bélgica
República do Congo	15 Agosto de 1960	França
Costa do Marfim	4 de Dezembro de 1958	França
Djibouti	27 de Julho de 1977	França
Guiné Equatorial	12 de Outubro de 1968	Espanha
Egipto	28 de Fevereiro de 1922	Reino Unido
Eritreia	24 de Março de 1993	Etiópia
Etiópia	5 de Março de 1941	Itália
Gabão	17 de Agosto de 1960	França
Gâmbia	18 de Fevereiro de 1960	Reino Unido
Gana	6 de Março de 1957	Reino Unido
Guiné	2 de Outubro de 1958	França
Guiné-Bissau	10 de Setembro de 1974	Portugal
Quênia	12 de Dezembro de 1963	Reino Unido
Lesoto	4 de Setembro de 1966	Reino Unido
Libéria	26 de Julho de 1947	EUA
Líbia	24 de Dezembro de 1951	Reino Unido
Madagáscar	26 de Julho de 1960	França
Malawi	6 de Julho de 1964	Reino Unido
Mali	22 de Setembro de 1960	França
Mauritânia	28 de Novembro de 1960	França
Maurícia	12 de Março de 1968	Reino Unido
Marrocos	7 de Abril de 1956	França
Moçambique	25 de Julho de 1975	Portugal
Namíbia	21 de Março de 1990	África do sul
Níger	3 de Agosto de 1960	França
Nigéria	1 de Janeiro de 1960	Reino Unido
Ruanda	1 de Julho de 1962	Bélgica
São Tomé e Príncipe	12 de Julho de 1975	Portugal
Senegal	20 de Agosto de 1960	França
Seychelles	29 de Julho de 1976	Reino Unido
Serra Leoa	27 de Abril de 1961	Reino Unido
Somália	1 de Julho de 1960	Reino Unido
África do Sul	31 de Março de 1910	Itália
Sudão	1 de Janeiro de 1956	Reino Unido
Suazilândia	6 de Setembro de 1968	Reino Unido
Tanzânia	9 de Dezembro de 1961	Reino Unido
Togo	27 de Abril de 1960	França
Tunísia	20 de Março de 1956	França
Uganda	9 de Outubro de 1962	Reino Unido
Zâmbia	24 de Outubro de 1964	Reino Unido
Zimbabué	18 de Abril de 1980	Reino Unido

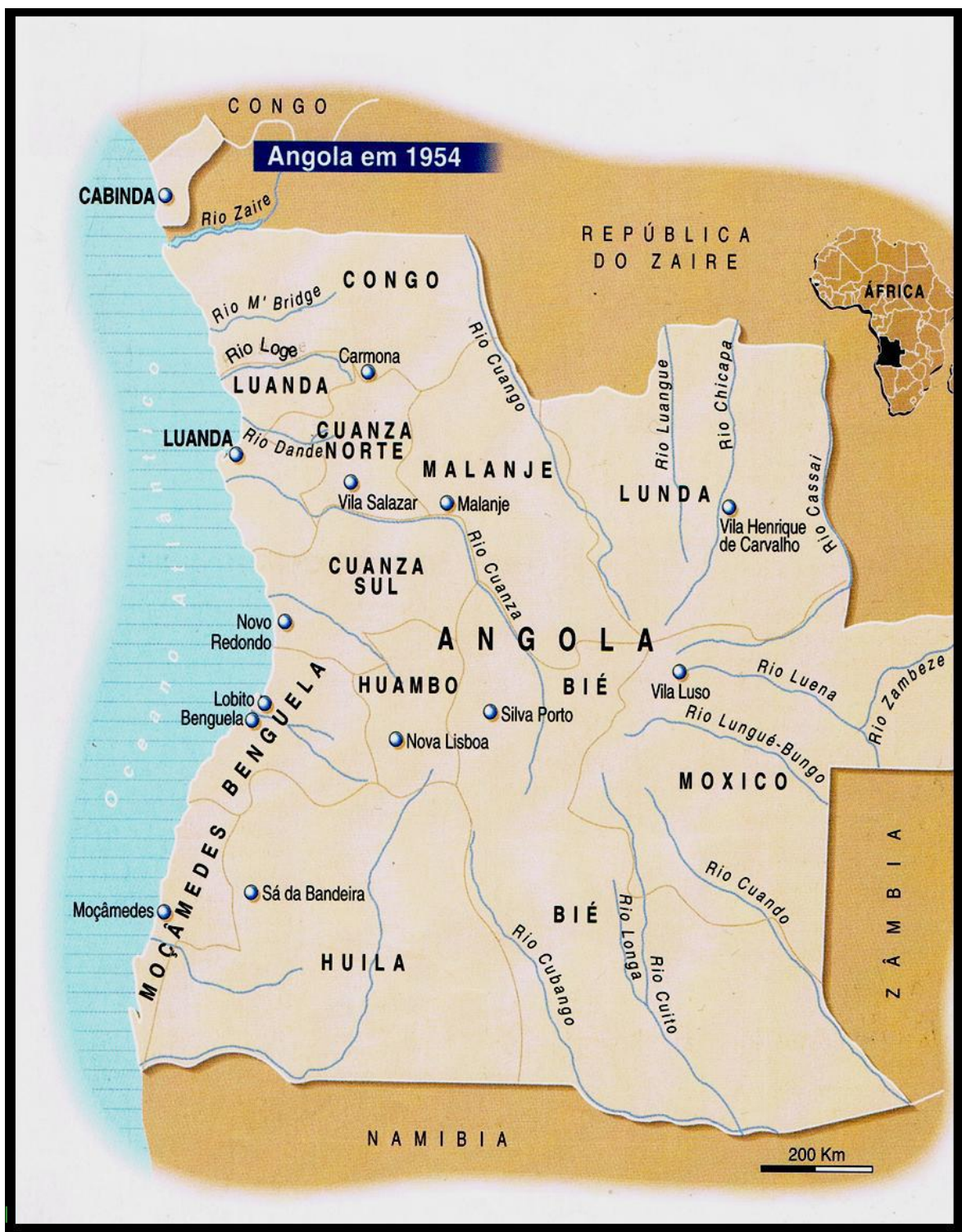
Fonte: <http://www.abed-defesa.org>

ANEXO B - MAPA DOS GRUPOS ÉTNICOS ANGOLANOS



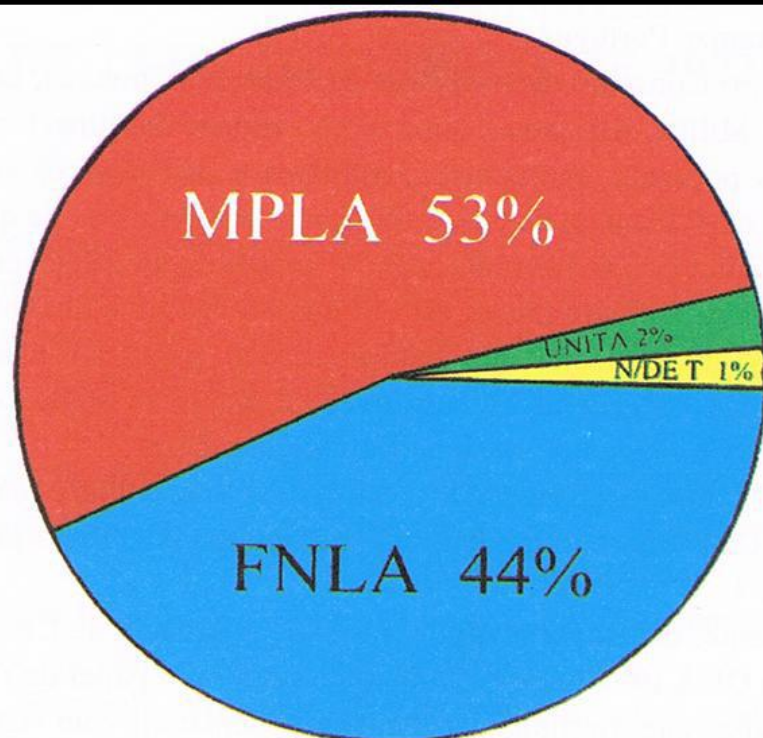
Fonte: Weeler; Pélissier, 2009, Tinta da China

ANEXO C – MAPA DE ANGOLA



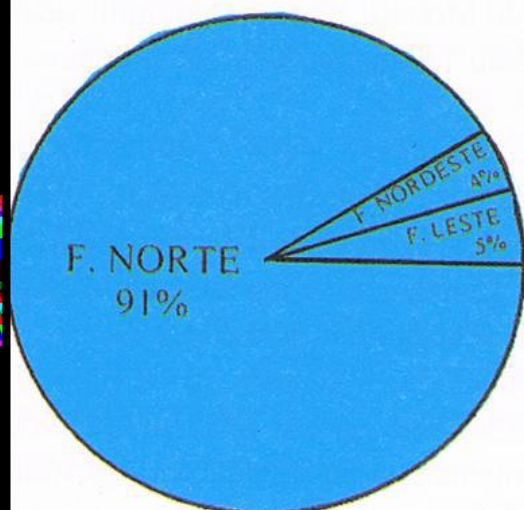
Fonte: Afonso; Gomes, 2000, Diário de Notícias.

ANEXO D – PERCENTAGEM DAS ACTIVIDADES MILITARES DOS MOVIMENTOS EM 1972

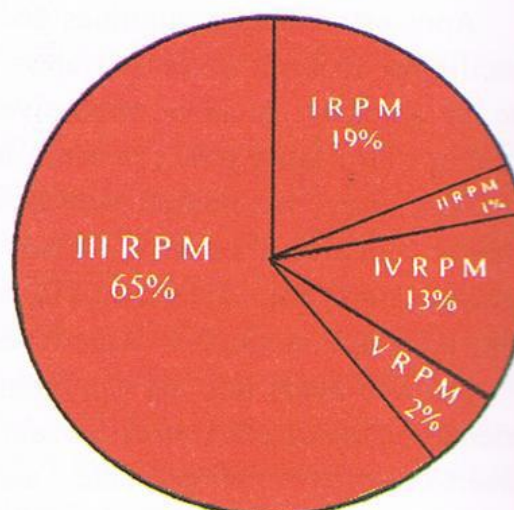


Percentagens totais por Movimento

FNLA

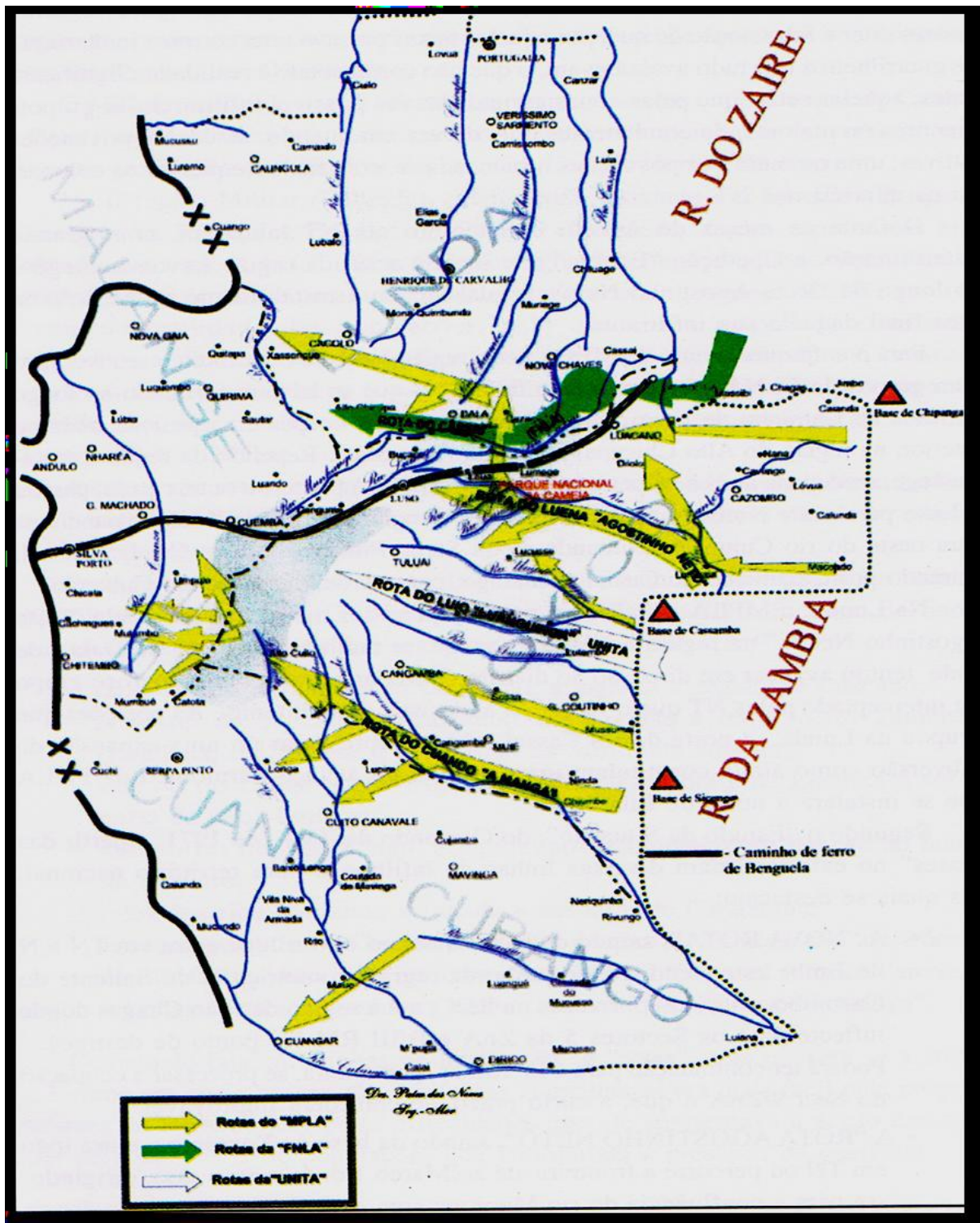


MPLA



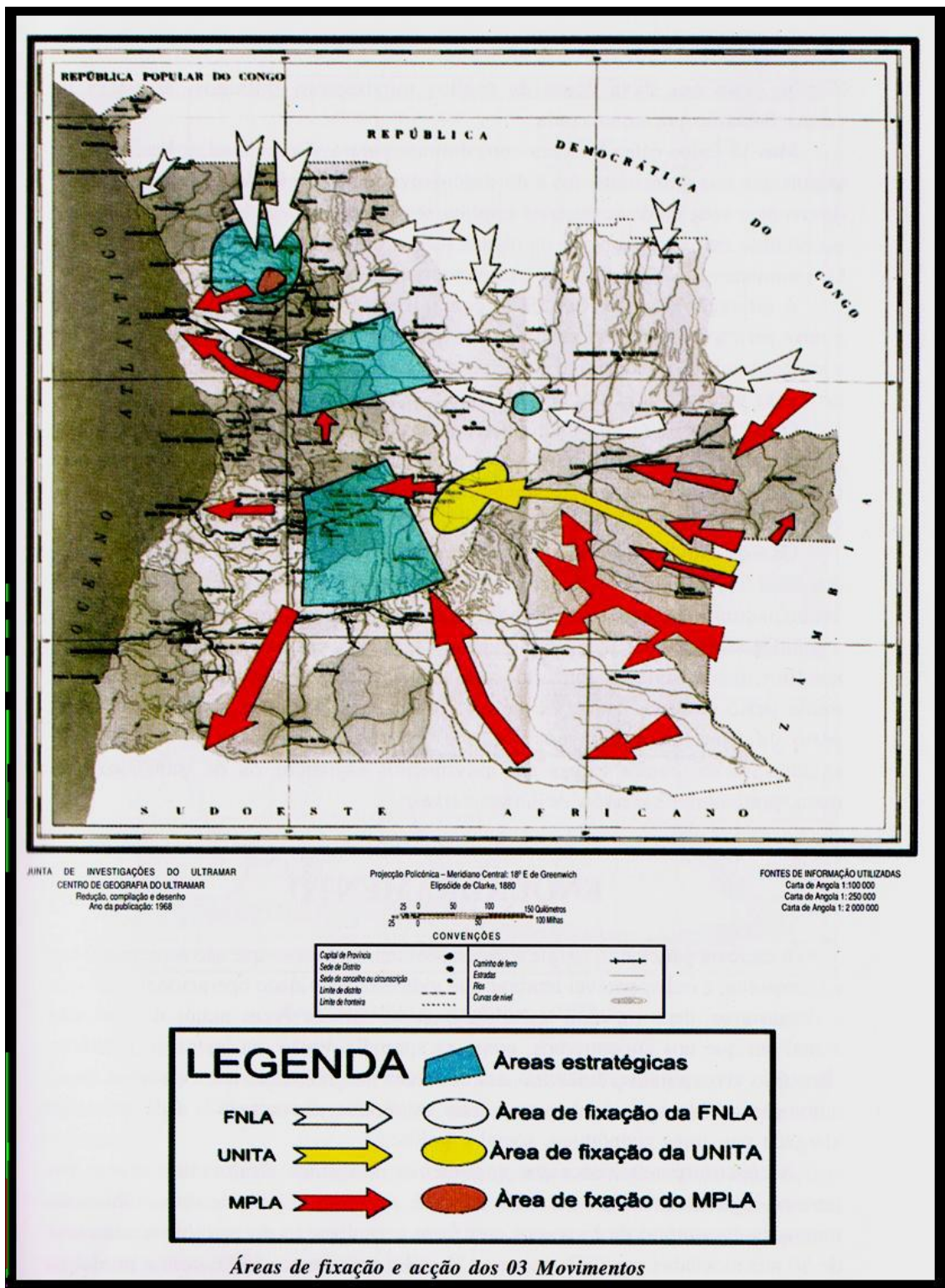
Fonte: CECA, 2006.

ANEXO E - INFILTRAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO EM ANGOLA



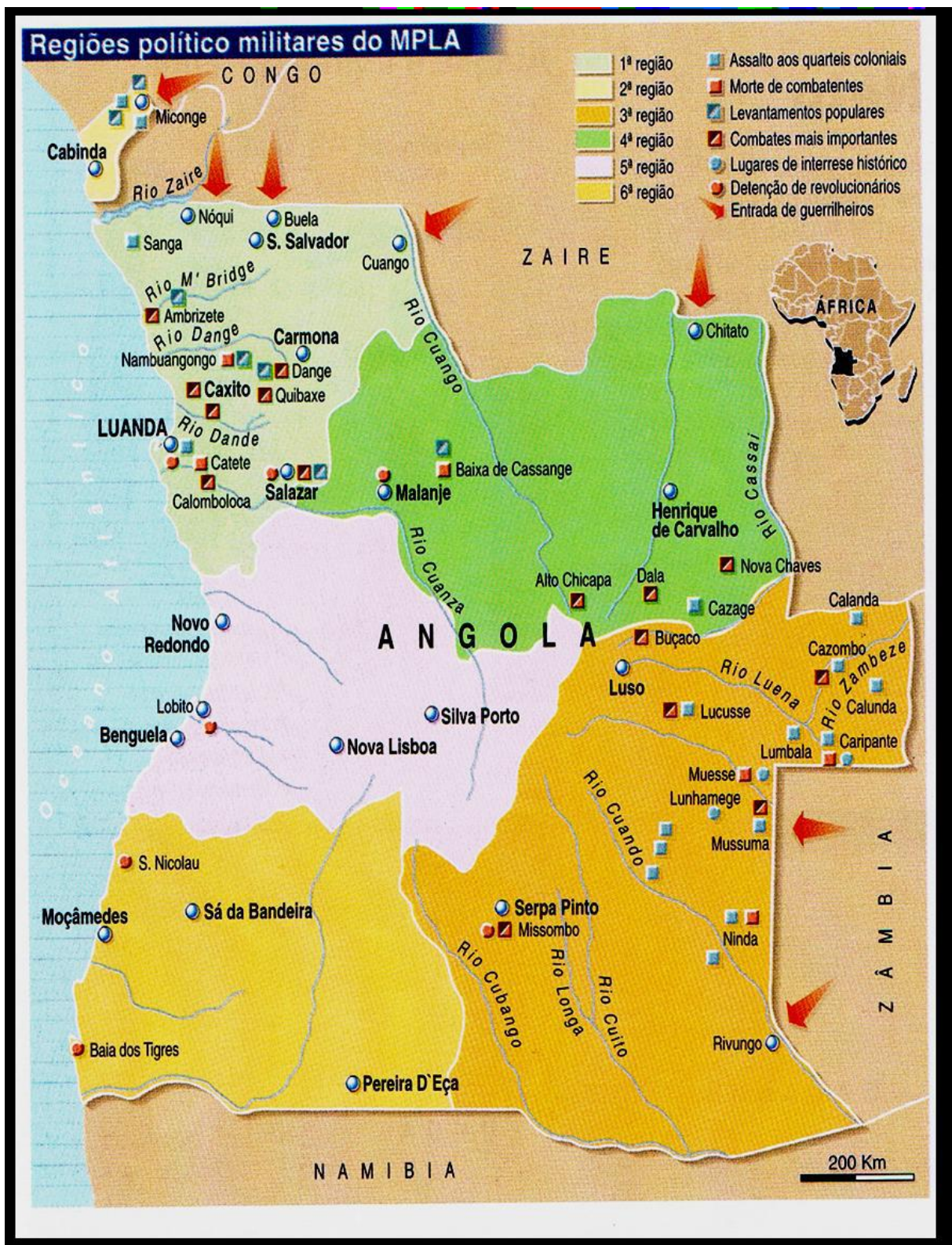
Fonte: CECA, 2006.

ANEXO F – ÁREA DE FIXAÇÃO E ACÇÃO DOS TRÊS MOVIMENTOS



Fonte: CECA, 2006.

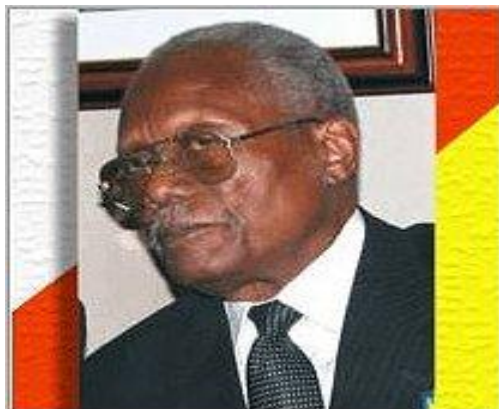
ANEXO G- REGIÕES POLÍTICO MILITARES DO MPLA



Fonte: Afonso; Gomes, 2000, Diário de Notícias.

Anexo H - Entrevista com Holden Roberto (HR) NO DN EM 25. 04. 1999

Diário de Notícias



Álvaro Holden Roberto (1923-2007), dirigente nacionalista angolano, nasceu em 1923, no município de Mbanza Kongo, ex- São Salvador, na província do Zaire.

Holden Roberto, desenvolveu um trajecto atribulado no seio dos movimentos anticoloniais. Começou a sua actividade política em 1954, com a fundação da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), uma organização de povos bakongos, mais tarde designada UPA para lhe extrair o carácter tribal. Foi o líder principal da FNLA, desde a sua fundação e durante a luta de libertação. Esteve presente no acordo de Alvor, como representante máximo do seu movimento

P – Como foram preparados os acordos de Alvor?

HR – Os acordos foram preparados primeiro como a cessação completa das hostilidades em Angola à 15 de Outubro depois de negociações com uma delegação portuguesa que se tinha deslocado para Kinshasa onde estava a direcção da FNLA. Só que naltura havia um outro problema, o MPLA estava dividido em três facções e necessário primeiro reconciliar o MPLA e depois encontrarmos uma plataforma conjunta de servisse de base de negociações com os portugueses. Mesmo assim nós a FNLA elaboramos um texto que com pequenas emendas foi o texto base dos acordos de Alvor. A primeira discussão desse texto foi em Mombassa, Kenya, onde juntamos os três movimentos a FNLA, MPLA e UNITA as linhas fortes da negociações com os portugueses.

P - Nesse encontro de Mombassa os outros movimentos haviam apresentado também propostas?

HR – Absolutamente nada, só limitamo-nos a discutir o nosso texto e praticamente não houve trabalho nenhum, porque a reunião serviu apenas para permitir a aprovação do texto por nós elaborado. Depois disso marcamos o encontro seguinte em Alvor

P – Qual foi o primeiro movimento a chegar a Portugal?

HR – Foi o MPLA e depois a UNITA. Nós partimos de Kinshasa para Portugal, num avião que nos tinha sido emprestado pelo presidente Mobutu. Chegados a Portugal, notamos que havia uma grande contra nós.

P – Quem fomentava essa campanha?

HR – A imprensa portuguesa , desde a Rádio, a Televisão até aos jornais, era uma campanha que metia medo.

P – O que é quê diziam da FNLA?

HR – Mostravam as imagens do acontecimentos de 15 de Março, éramos tratados de selvagens, analfabetos zaienses de quase todos os nomes possíveis. O curioso é que não havia nada contra a UNITA nem tão pouco o MPLA.

Nós acompanhamos toda aquela situação e pouco antes do inicio das negociações interpelamos os senhores Mário Soares então ministro dos negócios estrangeiros e Almeida Santos titular naltura da pasta da Administração do território, aquém manifestamos o nosso desagrado e a intenção de abandonarmos Portugal caso a propaganda hostil continuasse. A delegação portuguesa desculpou-se primeiro com as alegações de que em Portugal havia um pleno exercício da liberdade de imprensa, mas , mais tarde depois de consultas com o presidente da Republica, Marchal Gomes Costa, os ataques terminaram. Na sala de reuniões entretanto existiu um outro elemento que nos dividiu que era a presença do senhor Rosa Coutinho. Nós havíamos rejeitado a presença dele nas negociações porque esse quando chegou a Angola como alto comissário, cometeu muitas atrocidades contra

os nossos compatriotas e depois porque foi o primeiro prisioneiro de guerra que a FNLA tinha feito no início da luta armada e foi um pouco maltratado porque nós ainda não possuíamos uma experiência de coabitação com os prisioneiros de guerra. E ele poderia transportar para as negociações um sentimento de vingança, por esta razão pedimos a retirada dele.

P- Durante as negociações a FNLA em algum momento sentiu-se prejudicado em detrimento de outros movimentos, o MPLA e a UNITA?

HR – Era muito claro. Mas para nós o mais importante é que estávamos a conquistar a liberdade depois de 14 anos de luta.

P - O quê é que definiram os Acordos de Alvor?

H.R- Bom, Alvor definiu a formação de um Governo de Transição. Discutimos várias questões políticas, a tomada do poder pelos angolanos, a independência e os seus instrumentos e a marcação do 11 de Novembro de 1975 como data dessa independência. Tínhamos duas vertentes das negociações: a política e a económica. Quando concluímos as questões políticas nós, a FNLA, porque éramos os autores do Acordo de Alvor, levantámos a questão económica e a delegação portuguesa presente nas negociações exaltou-se: disse que não havia nada a discutir e que Portugal não devia nada à Angola. Antes pelo contrário, Angola é quem devia a Metrópole. Nós queríamos discutir a realidade da situação mas os portugueses não nos permitiram. Tenho em memória a reacção do senhor Melo Antunes, que foi uma reacção violenta, e como não tínhamos o apoio dos outros dois movimentos - MPLA e a UNITA - o assunto ficou enterrado e falamos apenas da independência.

P - Que discussão económica é que o FNLA queria ter com os portugueses?

H.R- Onde há entrega do poder há muita coisa a dizer. Portugal é que colonizou Angola e tinha a obrigação de revelar a situação económica do país que estava a deixar. Nós queríamos saber que acordos Portugal tinha com o exterior em relação a Angola, não podíamos receber o país sem conhecer as suas finanças, isso é natural e aconteceu com todos os países descolonizados. Acho que Angola é o único país que não abordou este problema.

P – Como é que o MPLA e a UNITA reagiram a vossa proposta?

HR - Não abriram a boca nenhum deles abriu a boca para dizer alguma coisa. E nós como estávamos no terreno do inimigo e depois os nossos parceiros não nos ajudaram preferimos encerrar o assunto. Mas se e estivemos num local neutro como Genebra que nós havíamos proposto antes , seríamos muito exigentes em relação a essa questão. O que se passou é que as negociações decorreram um grande de intimidação. Basta ver que quando aterramos em Faro, encontramos o aeroporto fortemente cercado por tropas portuguesas e o mesmo cenário repetiu-se em Alvor , no hotel onde as delegações estavam hospedadas apesar, de também nós termos levado para Portugal homens armados, cento e cinquenta comandos muito armamento no avião.

P - Evoluíram depois para o Governo de Transição. De que maneira é a FNLA entrou nele?

H.R - O Governo foi marcado pela distribuição das pastas ministeriais pelos três movimentos; depois discutimos o calendário das tarefas que nos iriam conduzir á independência nacional, preparar as eleições gerais, proporcionar o regresso dos refugiados espalhados pelos países vizinhos e, ao mesmo tempo, instalar as populações deslocadas. Os trabalhos começaram em Janeiro e a independência veio a ser proclamada 11 meses depois em Novembro, mas infelizmente em condições muito difíceis. Dois meses depois dos Acordos de Alvor iniciaram os confrontos militares em Luanda.

P - Quais foram os motivos do fracasso do Governo de Transição?

HR- A desconfiança e a intriga da potência colonial, porque Portugal não facilitou a independência. Porque repare, houve uma intervenção das forças cubanas, quando Portugal ainda era soberano neste país, e o alto-comissário português para Angola, Leonel Cardoso ainda encontrava-se em Luanda. Ele deu a independência ao MPLA, quando os Acordos de Alvor tinham sido assinados pelos quatro - Portugal, FNLA, UNITA e o MPLA - mas ele retirou-se entregou o poder ao MPLA. Foi a mais greve violação dos Acordos subscritos em Alvor. Como se pode ver Portugal assume a maior responsabilidade por ter permitido a entrada de estrangeiros quando ainda era o poder. A partir desse momento a desconfiança generalizou-se, a guerra iniciou e esta guerra que dura até hoje.

P - A guerra iniciou aqui em Luanda, precisamente entre a FNLA e o MPLA, é assim?

H.R- Sim, começou aqui em Luanda, houve provocações que a história um dia vai se encarregar de revelar, porque há pormenores que necessitariam de muito espaço para serem contados. Posso dizer que essas provocações tinham sido bem planeadas, por exemplo para conduzir o processo da descolonização até ao dia 11 de Novembro. Os movimentos tinham aceite a presença de 26 mil homens da tropa portuguesa, mas quando se registaram os combates em Luanda essa tropa portuguesa participou nos ataques, contra a FNLA temos provas!

P - A tropa portuguesa combateu a favor de quem?

H.R- A favor do MPLA. Temos provas e despachos das agências que estavam aqui e publicaram isso. Essas tropas eram do Movimentos das Forças Armadas (MFA), e eram comunistas e esquerdistas, Alias já nos tinham alertado por amigos nossos, que as forças que se encontravam. em Luanda estavam misturadas com os comunistas e foram esses que ajudaram o MPLA. Quando iniciaram os confrontos aqui em Luanda a FNLA estava a conquistar todos os quartéis do MPLA. Um dia a noite eu estava a trabalhar no meu escritório em Kinshasa recebo um telefonema por volta das duas horas da noite, do palácio do Belém do marechal Costa Gomes a pedir-me um cessar fogo porque os combates em Luanda tinham feito muitos mortos e que os hospitais não tinham capacidade para receberem mais feridos segundo ele o Agostinho Neto é que tinha proposto o cessar fogo, e acrescentou caso nós não aceitássemos ele havia de ordenar as tropas portuguesas que se encontravam em Luanda para intervirem à favor do MPLA. Bem eu analisei a situação da nossa logística e resolvi na mesma noite

telefonar para o presidente Mobutu que também disse-me ter recebido uma chamada de um embaixador americano que tinha feito a mesma sugestão. Mobutu convenceu-me a aceitar o cessar fogo e assim fizemos. Foi nessa altura em o MPLA reorganizou-se para lançar outros ataques, que culminaram com a nossa retirada de Luanda.

P - O senhor está a falar numa conspiração que visava afastar a FNLA?

H.R. - Isso já começou há muito tempo. Posso revelar um caso que acho interessante. Quando a delegação portuguesa chegou a Kinshasa depois das discussões que tivemos, estava-se prestes a assinar um acordo de paz, a delegação portuguesa disse-nos que Portugal aceitava a presença do MPLA e da UNITA em Luanda e nas províncias e a FNLA podia apenas abrir uma delegação em Luanda e mais nada. Perguntamos o porquê dos outros instalarem-se na capital e nas províncias e nós não? A única resposta que deram é que tinha sido uma decisão do Governo português. Então naquelas condições nós decidimos não assinar o cessar-fogo e as negociações ficaram suspensas por 24 horas, tempo que os portugueses precisavam para contactar o Presidente da República. No dia seguinte vieram dizer-nos que Portugal aceitava delegações da FNLA também nas províncias. Achamos aquela atitude muita estranha e sabíamos que alguma coisa havia de acontecer.

P - A FNLA negociou a sua saída de Luanda ou não?

H.R. - Houve combates, a FNLA e a UNITA tiveram que sair de Luanda. Combates, aliás, que tiveram a intervenção das forças cubanas e de países africanos como o Congo-Brazzaville, Moçambique, Guiné-Bissau, Argélia e os 26 mil soldados portugueses. Foi uma coligação de forças.

P - A FNLA também trouxe forças estrangeiras, ou não?

H.R. - A guerra começou em Fevereiro, o primeiro soldado que nós fizemos prisioneiro era do Congo-Brazzaville e mais tarde apanhamos guineenses. Descobrimos que eram forças coligadas, e então pedimos ao Zaire que deus nos três batalhões 1800 soldados. E em Maio de 1975 entrei com essas tropas em Angola, mas já havia uma coligação de forças estrangeiras que ajudavam o MPLA. Tenho cá por exemplo, um despacho da France-Press que falava no regresso das tropas da Guiné-Conacry depois dos combates em Angola. Temos documentos bem guardados.

P - As forças zairenses que entraram como senhor em Maio de 1975 tinham como objectivo impedir a proclamação da independência?

H.R. - A data da independência já estava marcada, só que MPLA lançou a palavra de ordem "resistência popular generalizada", e queria tomar o poder pela força e era isso o que nós tentamos impedir. Mas como disse há bocado, as provocações estavam bem planeadas, porque Portugal fez muita luta para inviabilizar a realização das eleições gerais previstas nos acordos. Eu sofri muitas pressões mesmo em Alvor, no último dia das negociações fui chamado à parte pelos senhores Melo Antunes, Mário Soares, Almeida Santos e Vítor Alves para me dizerem que o povo angolano era muito atrasado para ir às eleições. O próprio Agostinho Neto também disse-me: "olha irmão, o militante da FNLA vai votar à favor da UNITA, do MPLA à favor da FNLA e assim haverá confusão". Eles proponham uma ideia que achei uma ingerência nos nossos assuntos internos onde Portugal deveria definir Agostinho Neto como Presidente da República, com o controlo do Exército e das Relações Exteriores; eu iria controlar o resto do Governo, como primeiro-ministro e o Savimbi seria presidente da Assembleia Nacional. Os portugueses disseram-me que tinham já conversado com o Agostinho Neto e com Jonas Savimbi. Achei aquilo uma traição ao povo que tinha lutado para definir o seu próprio destino e neguei essa coisa de anular as eleições. Foi por isso que chamaram as forças estrangeiras para impedir as eleições, foi essa a história que se viveu naquela altura.

P - A UNITA também não queria as eleições ou era apenas o desejo do MPLA?

H.R. - Eu não ouvi nada da UNITA, ouvi foi do MPLA. O Agostinho Neto conversou pessoalmente comigo depois os senhores Melo Antunes, Mário Soares, Almeida Santos e Vítor Alves chamaram-me de lado para me dizerem que a decisão que tinham tomado era de que não houvesse mais eleições em Angola. O povo, na opinião deles, não estava preparado, era atrasado e as eleições iriam significar uma confusão. Por isso é que eu digo: o que está acontecer hoje não é da responsabilidade do povo angolano, é sim da responsabilidade dos portugueses que não fizeram uma descolonização honesta.

ANEXO I – PROGRAMAS DOS TRÊS MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS

(1) FNLA

A) Política Interna

01.0 – Problemas políticos e sociais

01.01 Criação duma República Soberana, Laica, alicerçada numa constituição democrática e social que salvguarde a integridade territorial de Angola nos seus limites geográfico e administrativos actuais;

01.02 Reforma completa do aparelho administrativo.

02.0 Reforma Agrária

02.01 Recuperação do solo e subsolo;

02.02 Liquidação de todas as formas de produção primitiva e pré-capitalista;

02.03 Eliminação da concentração capitalista da terra pela nacionalização dos organismos oficiais de distribuição das terras;

02.04 Distribuição de terras aos camponeses que as não possuem ou as possuem em escala insuficiente, com preferência para as colectividades agrícolas que serão criadas sob égide do Estado;

02.05 Organização dos camponeses em colectividades e encorajamentos no sentido colectivo e cooperativo tradicionais da comunidade camponesa angolana. O sector agrícola deve ser um dos factores fundamentais duma reforma agrária revolucionária;

02.06 No quadro da planificação: reconhecer aos pequenos e médios produtores um certa liberdade de acção, fazendo-lhes compreender as vantagens do sistema cooperativo planificado;

02.07 A exploração pelo Estado das terras improdutivas ou das terras provenientes de latifúndios colonialistas deve ser desenvolvida;

02.08 O Estado deverá promover a diversificação e a mecanização da produção agrícola, pela utilização racional das técnicas modernas. Deverão ser posto à disposição do campesinato os meios de créditos, bem como todos os meios científicos que visam o crescimento da produção agrícola;

02.09 O Estado assegurara a comercialização da produção agrícola pela instalação de um departamento de comercialização e pelas cooperativas de venda.

02.10 O Estado deverá alargar as terras aráveis proporcionando uma política energética de irrigação, especialmente em certas regiões do Norte, do Sul e do Leste do país, consideradas improdutivas.

03.0 Sector Financeiro

03.01 Controlo e nacionalização de todos os Bancos e companhias de seguros;

03.02 Estudo dos meios de criação duma moeda nacional, dum Banco emissor e de organismos de créditos;

03.03 Liberdade de acção limitada às pequenas e médias empresas privadas, desde que as suas actividades destas se insiram no quadro duma planificação que tenha como maior objectivo a promoção socioeconómica das populações angolanas

04.0 Sector industrial

04.01 Nacionalização de todas as fontes de energia;

04.02 Controlo pelo Estado de todas as grandes empresas industriais;

04.03 Controlo ou participação do Estado em todas as empresas mineiras;

04.04 Desenvolvimento das indústrias ligeiras e de consumo e criação de indústrias pesadas.

05.0 Problemas económicos e Serviços

05.01 Nacionalização de todos os meios de transporte e beneficiamento das rodovias e outras infra-estruturas de comunicações.

05.02 Planificação de todos os meios de produção.

06.0 Problemas sociais

06.01 Luta activa contra o desemprego e subdesemprego;

06.02 Reconversão de todos os artigos combatentes, integrando-os no circuito económico do país;

- 06.03 Elaboração de uma legislação social que permita aos trabalhadores e intelectuais, assalariados e não assalariados, desfrutarem de condições salariais em função da sua capacidade de trabalho.
- 06.04 No campo da reforma médica e sanitária, criação de instituições nacionais para a preservação da saúde pública;
- 06.05 Abolição de todas as leis racistas e discriminatórias no emprego que privem as massas do direito à justiça social e actuem em proveito duma categoria de privilegiados.
- 07.0 Cultura
 - 07.01 Reforma do Ensino adaptando-o às realidades e necessidades nacionais e acabando com os monopólios culturais impostos pelo colonialismo;
 - 07.02 Ensino primário e secundário gratuitos;
 - 07.03 Alfabetização intensiva e gratuita das populações e introdução no ensino das principais línguas nacionais;
 - 07.04 Desenvolvimento da educação científica e técnica, criação da escola politécnica, de universidades do Estado e de um instituto de investigação científica;
 - 07.05 Desenvolvimento e protecção da livre criação artística e literária;
 - 07.06 Difusão intensiva do ensino agrícola e da educação revolucionária no seio do campesinato e das classes trabalhadoras.

B) Política Externa

- 01.0 Solidariedade total e apoio efectivo a todos os povos que lutam pela justiça, liberdade dos seus direitos;
- 02.0 Cooperação com todos os países do mundo na base do estrito respeito mútuo da soberania e da independência;
- 03.0 Respeito pelos princípios e iniciativas revolucionaras com vista à unificação da África e aos princípios enunciados pela carta das Nações Unidas, tanto como pela da Organização da Unidade Africana, para a libertação e promoção social do homem africano;
- 04.0 Participação sincera em todas a iniciativa africana tendente à promoção do desenvolvimento social e económico do continente e à cooperação inter-africana nos domínios financeiros, comercial, técnico e cultural.

(2) MPLA

A) Programa Mínimo

O MPLA luta pela realização do programa mínimo o seguinte:

Criação urgente de uma frente angolana de libertação que agrupe numa larga união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as etnias, todas as camadas sociais angolanas, todos os angolanos sem distinção de tendências políticas, de condições económicas, de raças, de sexo ou de idade, todos os angolanos residentes no estrangeiro, a fim de realizar os objectivos seguintes:

- 1- Continuar a luta por todos os meios para a liquidação da dominação colonial em Angola, de todos os vestígios de colonialismo ou de imperialismo, pela independência imediata e completa da pátria angolana.
- 2- Defender constantemente e essencialmente os interesses das camadas camponesas e trabalhadores, os dois grupos mais importantes do país, constituído no conjunto a quase totalidade da população angolana.
- 3- Aliar-se a todas as forças progressistas do mundo e conquistar a simpatia e o apoio de todos as povos à causa da liberdade do povo angolano.

B) Programa Maior

O MPLA luta pela realização do seguinte programa maior

1 – Independência imediata e completa

- a) Liquidação em Angola, e por todos os meios, da dominação colonial portuguesa e de todos os vestígios de colonialismo e de imperialismo.
- b) Luta em comum com todas as forças patrióticas num vasto movimento popular, com vista à tomada do poder pelo povo angolano e à instauração de um regime republicano e democrático, com base na independência total.
- c) Abolição de todos os privilégios concedidos pelos regimes coloniais aos portugueses e a outros estrangeiros.
- d) A soberania do Estado angolano pertencerá inteira e unicamente ao povo angolano, sem distinção de etnia, de classe, de raça, de sexo, de idade, de tendência políticas, de crenças religiosas ou de convicções filosóficas.

- e) A nação angolana terá o direito de dispor de si mesma, tanto no plano político, sócio económico, diplomático, militar e cultural, como noutro plano qualquer.
 - f) Revisão da posição de Angola em todos os tratados, acordos e alianças em que Portugal tenha comprometido o país, sem o livre consentimento do povo angolano.
 - g) União popular a fim de liquidar toda a tentativa da agressão imperialista e todos os actos de manobra que visem lesar a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de Angola.
 - h) Estabelecimento da paz em Angola pela instauração de um regime de justiça social e a base do reconhecimento pelos outros países da independência, da soberania, da unidade, da integridade territorial de Angola
- 2 – Unidade da Nação
- a) Garantir a unidade de todos os angolanos, reforçar a união e a entre-ajuda fraternal.
 - b) Opor-se resolutamente a toda a tentativa de divisão do povo angolano.
 - c) Criar as condições que permitiam o regresso ao país de todos os angolanos que foram obrigados a exilar-se por causa do regime colonial.
 - d) Cada etnia terá o direito de utilizar a sua língua, de criar uma escrita própria e conservar ou renovar o seu património cultural.
 - e) No interesse de toda a Nação Angolana, suscitar e desenvolver a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões de Angola.
 - f) Garantir a liberdade de circulação de todos os cidadãos angolanos através do território nacional.
- 3 – Regime Democrático
- a) Regime republicano, democrático e laico para Angola.
 - b) Garantia da liberdade de expressão, de consciência, de culto, de imprensa, de reunião, de associação, de resistência, de correspondência, etc. para todo o povo angolano.
 - c) Todo o cidadão angolano – sem distinção de etnia, raça, de sexo, de categoria social, de crença religiosa ou convicção filosófica – gozará do direito de eleição a partir dos 18 anos e o direito de elegibilidade a partir dos 21 anos.
 - d) Regime eleitoral baseado no sufrágio universal, igual directo e secreto.
 - e) A Assembleia do povo de Angola será o órgão supremo do poder legislativo do Estado.
 - f) A Assembleia do povo de Angola sairá de eleições gerais livres; os partidos políticos legais poderão apresentar os seus candidatos numa lista comum ou separadamente.
 - g) Todos os membros da Assembleia do povo de Angola gozarão de imunidade parlamentar.
 - h) A Assembleia do povo Angola designará um governo de união nacional que reforce efectivamente a união entre as diferentes camadas sociais mais exploradas em favor da libertação e do progresso de Angola e contra a subordinação política, económica e cultural do país a interesses estrangeiros.
 - i) O Governo da República de Angola será o órgão supremo do poder executivo do Estado.
 - j) O Governo da República de Angola receberá o seu poder da Assembleia do povo de Angola e responderá pela sua política diante desta Assembleia.
 - k) Elaboração duma política que possibilite a passagem do aparelho administrativo a quadros nacionais.
 - l) Garantia da protecção da pessoa de todos os estrangeiros que respeitem as leis em vigor no país, de acordo com a declaração universal dos direitos do homem.
- 4 – Reconstrução económica e desenvolvimento da produção.
- a) Desenvolvimento equilibrado e por etapas, e planificação da economia de Angola.
 - b) Transformação de Angola num país economicamente independente , industrial, moderno, próspero e forte.
 - c) Desenvolvimento da agricultura visando essencialmente a sua diversificação e a liquidação da monocultura, o aumento progressivo da produtividade agrícola e da tecnicização progressiva do trabalho do campo.
 - d) Criação e desenvolvimento progressivo de empresas comerciais e industriais do Estado, de cooperativas de produção de artigos de consumo corrente do povo.
 - e) Criação progressiva de indústrias pesadas e ligeiras orientando-se estas para a produção de artigos de consumo corrente do povo.
 - f) Exploração pelo Estado dos recursos energéticos do país.
 - g) Abolição dos privilégios atribuídos pelo regime colonial às empresas estrangeiras.
 - h) Restauração e desenvolvimento do artesanato africano.
 - i) Desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte.
 - j) Protecção da indústria e do comércio privados.
 - k) Encorajamento da indústria e do comércio privados, úteis à economia do Estado e à vida do povo.
 - l) As empresas exploradas pelos estrangeiros terão de se conformar com as novas leis em vigor em Angola.
 - m) Protecção das empresas económicas exploradas por estrangeiros úteis a vida, ao progresso e ao reforço da independência total do povo angolano.

- n) Desenvolvimento intensivo das relações económicas entre a cidade e o campo no sentido de um melhoramento das condições de vida do campo e da elevação do nível das populações camponesas.
- o) Abolição efectiva de uma politica tendo em conta ao mesmo tempo os interesses dos empregados e dos empregadores.
- p) Criação de um banco emissor de Estado e de uma moeda nacional. Combater a inflação e estabilizar a moeda.
- q) No interesse de todo o povo, controle pelo Estado de todo o comércio exterior de Angola.
- r) Revisão de chamadas divida de Angola para com Portugal. Combater o défice da balança de pagamentos de Angola. Equilibrar as receitas e as despesas do país.
- s) Abolição do sistema fiscal instituído pelo colonialistas portugueses e a criação de um novo sistema fiscal justo, nacional e simples.
- t) Ajustamento e estabélização dos preços.
- u) Lutar contra a especulação

5 – Reforma Agrária

- a) .Aplicação de uma reforma agrária tendente a fazer desaparecer todas as injustiças, a liquidar o monopólio privado da produção dos produtos de consumo agrícola, a realização do princípio: A terra pertence aos que trabalham.
- b) Nacionalização das terras dos adversários do movimento popular pela independência imediata e completa de Angola, dos traidores e dos inimigos declarados do Estado Angolano, independente e democrático.
- c) Definição dos limites da extensão da propriedade privada rural, tendo em conta a situação agrária de cada localidade.
- d) Após a revisão dos títulos de posse de terras, compradas pelo Estado, a preços justos, das terras que ultrapassem os limites estabelecidos pela lei.
- e) Distribuição de terras aos camponeses sem terra e àqueles que a não possuem em extensão suficiente.
- f) Os beneficiários das terras legalmente distribuídas nada terão a pagar, nem aos expropriados nem ao Estado.
- g) Savaguarda dos direitos conquistados pelos camponeses no decorrer da luta popular pela independência de Angola.

6 – Política Social de justiça e de progresso.

- a) Protecção pelo Estado dos direitos dos trabalhadores, dos camponeses e de todas as camadas sociais que defendiam activamente a independência de Angola, a soberania, a unidade do povo angolano e a integridade territorial do país.
- b) Abolição imediata do regime de trabalho forçado.
- c) Reconhecimento pelo Estado do direito dos trabalhadores de se organizarem sem sindicatos.
- d) Respeito pela independência efectiva dos sindicatos e das organizações legais dos trabalhadores.
- e) Instituição do dia de trabalho de 8 horas e aplicação progressiva de novas leis sobre a protecção do trabalhador.
- f) Fixação pelo Estado de um salário mínimo dos trabalhadores e aplicação rigorosa do princípio: Trabalho igual a salário. Abolição de todas as discriminações de sexo, idade, origem étnica e rática.
- g) Protecção das igrejas, dos lugares e objectos de culto das instituições legalmente reconhecidas.
- h) Igualdade total dos direitos sem distinção de sexo, em todos os planos: politico, económico, social e cultural. As mulheres terão rigorosamente os mesmos direitos dque os homens.
- i) Aplicação da assistência social. Assistência a todos os cidadãos angolanos desprovidos de recursos e vítimas de doenças ou de desemprego involuntário, ou tenham atingido a velhice ou estejam inválidos.
- j) Liquidação progressiva do desemprego. Garantia de trabalho aos operários, empregados, funcionários e aos jovens que acabem os seus estudos.
- k) Assistência privilegiada a todos os cidadãos inválidos em consequência a sua participação activa no combate pela independência de Angola. Assistência às famílias dos que tombaram pela Pátria.
- l) Instituição no campo de meios eficazes e suficientes para a assistência médica e sanitária gratuita às populações camponesas. Desenvolvimento equilibrado à escala nacional dos serviços de assistência médica e sanitária.
- m) Assistência do Estado à mulher grávida e à infância. Protecção às mães solteiras.
- n) Liquidação da prostituição, do alcoolismo e do uso da droga.

7 – Desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação

- a) Liquidação da cultura e da educação colonialista e imperialista. Reforma do ensino em vigor, na base da realidade cultural, económica e social do povo angolano. Desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano.

- b) Combate vigoroso e rápido ao analfabetismo em todo o país sob a sua orientação directa. Criação, difusão e desenvolvimento dos meios mais modernos de comunicação social, como rádio, televisão, cinematecas, jornais, bibliotecas, etc.
 - c) Ensino primário obrigatório e gratuito por um período mínimo de 6 anos.
 - d) Desenvolvimento do ensino secundário, do ensino técnico e profissional e do ensino superior.
 - e) Desenvolvimento do ensino secundário, do ensino técnico e profissional e do ensino superior.
 - f) Estabelecimento de relações culturais com países estrangeiros. Formação e aperfeiçoamento de quadros técnicos necessários à construção do país.
 - g) Impulso e desenvolvimento das ciências, das técnicas, das letras e das artes.
 - h) Estímulos e apoio às actividades progressivas da juventude.
 - i) Encorajamento e protecção em todo o país da cultura física.
- 8 – Defesa Nacional
- a) Criação de forças armadas e de defesa nacional, com efectivos suficientes intimamente ligados ao povo e completamente comandadas por cidadãos angolanos. Criação de escolas e academias militares.
 - b) Armar, equipar e treinar imediata e devidamente as forças armadas e unificar a instrução. Estabelecer relações democráticas entre oficiais e soldados. Consolidar a disciplina. No seio das forças todas as tendências divisionistas.
 - c) Interdição de bases militares estrangeiras sobre o território nacional.
- 9 – Política externa independente e pacífica
- a) Estabelecimento e manutenção de relações diplomáticas com todos os países do mundo à base dos princípios seguintes: respeito mútuo da soberania nacional e da integridade territorial; não agressão; não ingerência nas questões internas; igualdade e reciprocidade de vantagens; coexistência pacífica.
 - b) Respeito pelos princípios da carta das Nações Unidas e da Carta da Unidade Africana.
 - c) Não adesão a um bloco militar.
 - d) Relação de boa vizinhança com as nações limítrofes de Angola.
 - e) Protecção dos angolanos residindo no estrangeiro.
- 10 – Unidade Africana
- a) Solidariedade total com os povos africanos em luta pela sua independência completa.
 - b) Solidariedade total com os povos e movimentos políticos em luta contra o colonialismo português, fazendo prevalecer no futuro relações com estes povos.
 - c) Contribuição para a unidade de todos os povos do continente africano com base no respeito da liberdade, da dignidade e direito ao progresso político, económico, social e cultural de cada um destes povos.
 - d) União dos povos africanos determinada pela vontade popular livremente expressa e por meios democráticos e pacíficos.
 - e) Oposição a toda a tentativa de anexação ou de opressão de qualquer povo.
 - f) No processo para a unidade dos povos africanos, defesa das conquistas políticas, económicas, sociais e culturais das classes trabalhadoras e camponesas de cada país.

UNITA

ESTRUTURAS

Artigo 1: Definição

A UNITA é um partido revolucionário que agrupa todos os angolanos que lutem pela liberdade nacional e pela independência do país.

Artigo 2: Estrutura

1. A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA compreende a nação a província, o distrito, o conselho e a aldeia.
 - a) A escala nacional existe o congresso que se realiza todos os quatro anos; a conferência anual; o Bureau político e o comité central. Os métodos da UNITA baseiam-se em três princípios: Direcção colectiva, centralismo democrático, crítica e autocrítica.
 - b) Em cada província e em cada distrito, um comité é eleito pelos habitantes.
 - c) A nível do conselho, existe uma assembleia do povo, igualmente eleita pelos habitantes.
 - d) A aldeia é a organização de base. Em cada aldeia existe um comité local sempre eleito pelos habitantes.
 - e) As células são compostas de 3 a 9 pessoas e funcionam a todos os níveis administrativos do partido. Para o trabalho clandestino, as células constituem o único meio de difundir as aldeias do partido.
2. A ORGANIZAÇÃO MILITAR da UNITA (FALA) compreende:
 - a) A nível da nação:
 - 1) O supremo comando militar, encarregado de discutir a estratégia da luta armada de todas as forças nacionais.
 - 2) O Chefe do Estado Maior, que elabora a tática a partir da estratégia definida pelo supremo comando.
 - b) A nível da região:
 - 1) A Região Militar
 - 2) O Chefe do Estado Maior Regional.

- c) A nível de distrito:
 - 1) O distrito militar;
 - 2) O comando distrital, concluído pelos guerrilheiros e pelas sentinelas do povo (milícias populares).
- d) O conselho militar, formados de guerrilheiros e de sentinelas do povo.
- e) A nível da aldeia, existe uma força local, constituída pelas sentinelas do povo.

IDEÁRIO

Artigo III: Fins Imediatos

1. Continuar a mobilizar todos os angolanos especialmente os camponeses, os assalariados, os intelectuais revolucionários, a fim de criar uma base sólida para a luta de libertação nacional.
2. Lutar contra o analfabetismo e desenvolver a consciência política do povo angolano.
3. Combater energeticamente o tribalismo, inimigo latente da unidade nacional.
4. Unificar todas as forças angolanas possíveis a fim de lutar sem desfalecimento contra a dominação colonial.
5. Tirar as forças angolanas possíveis a fim de lutar sem desfalecimento contra a dominação colonial.
6. Intensificar o processo de reconhecimento das zonas libertadas, a fim de obter o bem-estar e o conforto material de todos os habitantes, até à completa reconstrução do território nacional.
7. Ensinar aos militantes da UNITA a necessidade de luta de classes no quadro da revolução democrática e nacional.
 - a) Para que o nosso combate seja dirigido pela vanguarda revolucionária da sociedade angolana.
 - b) Para que a nossa revolução e democracia seja acompanhada de uma revolução socialista, única garantia da defesa dos interesses das classes mais oprimidas e da justa distribuição dos meios produtivos.
8. Denunciar as tendências derrotistas daqueles que contam com a boa vontade do inimigo para encontrar uma solução ao problema da independência nacional.

Artigo IV: Formação de uma Frente Democrática Unificada de Angola.

A unidade de acção de todas as forças que em Angola combatem pela independência nacional é necessária. A experiência demonstrou que, sem a unidade de todas as forças patrióticas angolanas, a vitória contra o inimigo será difícil. Não desperdiçar as nossas energias inutilmente.

1. A UNITA está pronta a participar numa larga frente democrática, ao lado das outras formações políticas que lutam, com as armas na mão, contra o colonialismo português.
2. Para se democrática, essa frente deve reunir todos os patriotas angolanos, todas as organizações nacionalistas, todas as personalidades políticas anticolonialistas, todos os grupos religiosos, as associações sindicais e estudantis que se opõem ao colonialismo português. Mas uma unidade verdadeira, capaz de resistir às intrigas imperialistas, deve basear-se em princípios ideológicos claros, traduzidos na prática pela dinâmica da luta de classes.
3. A UNITA está pronta a aderir a uma vasta frente de todas as forças revolucionárias que, na África Austral, lutam contra os regimes minoritários dos racistas que exploram e oprimem os nossos povos respectivos. Todas as forças revolucionárias do continente Africano devem estabelecer uma estratégia comum na luta contra o nosso inimigo comum. À unidade revolucionária do inimigo, devem nós opor uma unidade revolucionária que nos permita atingir, os nossos objectivos.
4. A UNITA está igualmente pronta a participar numa vasta frente de todas as forças progressistas do mundo, lutar em comum contra o colonialismo e o imperialismo, fim de salvaguardar os interesses da paz, na liberdade, a democracia e do socialismo.
5. Em relação a qualquer auxílio eventual do estrangeiro a UNITA reserva-se o direito de conservar a sua total independência.

Artigo V: Membros

Todo o angolano que aceita lutar pela aplicação da carta da UNITA pode tornar-se membro do partido. A admissão de novos membros faz-se sob recomendação de dois militantes do partido, devendo ser aprovada por um dos seus órgãos, por exemplo, o comité local.

Artigo VI: Política Nacional

Os objectivos da UNITA são os seguintes:

1. Instaurar em Angola um governo soberano de maioria africana.
2. Libertar e desenvolver todas as forças produtivas do país.
3. Libertar todos os prisioneiros políticos detidos pelo regime colonial.
4. Reconquistar, a totalidade da nossa independência nacional.
5. Organizar eleições gerais no espírito da declaração universal dos direitos do homem, com vista à constituição de uma assembleia nacional, a partir de 18 anos. A Assembleia Nacional será o órgão supremo do Estado e devesa discutir a constituição que garantia os direitos fundamentais de todos os cidadãos. Antes de entrar em vigor, a constituição será aprovada pelo povo, por ocasião de um referendo à escala nacional. Todos os deputados da assembleia Nacional gozarão da imunidade parlamentar.
6. Garantir a integridade territorial de Angola.

7. Instaurar um sistema de educação gratuito desde a escola primária à universidade.
8. Promover uma cultura autenticamente angolana e africana e lutar contra o obscurantismo.
9. Garantir a emancipação da mulher angolana.
10. Proteger a família e as crianças.
11. Promover uma reforma agrária segundo o princípio «a terra pertence àqueles que trabalham». A terra deve ser considerada propriedade colectiva e não privada.
12. Garantir a igualdade de todos os angolanos diante da lei, sem nenhuma discriminação.
13. Promover uma economia planificada em ordem ao desenvolvimento sistemático de todas as possibilidades humanas e materiais do nosso país, a fim de garantir a construção do socialismo em Angola.
14. Criar uma moeda nacional.
15. Abolir todos os privilégios concedidos pelo regime colonial.
16. Suprimir todas as formas de trabalho forçado e todas as formas de exploração humana.
17. Criar um exército nacional para a defesa da pátria de que farão parte os veteranos da guerra de libertação, que durante longos anos aprenderam a servir o povo até ao desprezo da própria vida.
18. Favorecer a participação do povo na gestão dos negócios do Estado, segundo as melhores tradições revolucionárias duma democracia popular.

Artigo VII: Política Exterior

1. Proibir a manutenção ou estabelecimento de bases militares estrangeiras no território nacional.
2. Recusar qualquer pacto ou aliança militar com uma potência estrangeira.
3. Elaborar uma política progressista que garanta a nossa independência e soberania.
4. Anular todos os tratados desiguais e injustos assinados pelos coloniais portugueses.
5. Ajudar generosamente todos os movimentos que lutam pela liberdade de África.
6. Apoiar sem reservas a luta do nosso irmão de origem africano que vivem no estrangeiro.
7. Subscrever a carta da OUA. Contando que esta organização mantenha os seus princípios anti-imperialistas. Nunca aceitaremos compromissos com o inimigos de África.
8. Respeitar o princípio da Carta das Nações Unidas, que condena a ingerência nos negócios internos dos outros Estados, grandes ou pequenos.

Artigo VIII: Finanças

Os fundos do partido provêm da cotização dos seus membros e de quaisquer outros dons.

Fonte: José de Freitas, Amadeu. Angola: O Longo Caminho da Liberdade; 1975, Morais editora, Lisboa, p. 115-128.

ANEXO J - TOTAL DE MATERIAL ENTREGUE À FNLA E À UNITA

(Documento da CIA não Classificado)

Mísseis: 26 Anti-aéreos SA-7 "Grail", terra – ar

Armas Pesadas: 14 Morteiros de 120 mm; 14 canhões sem recuo de 106 mm; 38 morteiros de 106 mm; 90 lança granadas foguetes de 89 mm (bazuca); 20 morteiros de 82 mm; 80 morteiros de 81 mm, 319 morteiros de 60 mm; 20 metralhadoras pesadas de cal 50; 2 metralhadoras pesadas de 12,7 mm; 25 lança granadas foguetes RPG-7.

Metralhadoras, espingardas e armas automáticas individuais: 4210 LAW s-M72 de 66 mm; 410 lança-granadas M-79 de 40 mm; 240 metralhadora ligeiras cal. 30; 124 metralhadoras ligeiras de 7,62 mm; 10 BAR cal. 30; 7.771 espingardas de 7,62 mm; 12.215 carabinas de cal 30; 66 pistolas-metralhadoras de 9 mm; 150 pistolas de 9 mm; 1.170 granadas de mão.

Munições: 3.430 granadas de morteiros HE de 120 mm; 1.974 granadas de canhão sem recuo HEAT de 106 mm; 1800 granadas canhão sem recuo HEP de 106 mm; 2.549 granadas de morteiros HE de 106 mm; 100 granadas de morteiro ILLUM de 106 mm; 1.649 granadas de lança foguete de 89 mm; 2456 granadas HE de 90 mm; 2.032 granadas HEAT de 90 mm; 9.743 granadas de morteiro HE de 81 mm; 810 granadas de morteiro WP de 81 mm; 249 granadas de morteiro ILLUM de 81 mm; 19.821 granadas de morteiro HE de 60 mm; 1.760 granadas de morteiro WP de 60 mm; 490 granadas ILLUM de 60 mm; 108.758 cartuchos de 40 mm (M-79); 5060 cartuchos cal 50 (F/U/W RR de 106 mm); 17.345 cartuchos LINK API cal 50; 12.700 cartucho LINK de 12,7 mm; 4240.420 cartuchos de 7,62 mm; 849.000 cartuchos LINK cal 30; 3.406.400 cartuchos de carabina cal 30; 46 080 cartuchos de 9mm.

Diversos: 200 rádios PRC-25/77; 20 rádios NA GRC – 9; 10 rádios RF-301; 4 rádios TAR-244; 49 rádios TRA – 921; 818Kg de medicamentos.

(não estão incluído e seis auto metralhadora Panhard e artilharia fornecidos pelo Zaire)

Fonte: Stockwell, John (1979). A CIA contra Angola, Ulmeiro, Lisboa.